

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Sandra Nicoli

*I/EMIGRAÇÃO EM ITUETA E SANTA RITA DO ITUETO – A CHEGADA DOS NONOS
E A PARTIDA DE SEUS DESCENDENTES PARA O NORTE DA ITÁLIA*

Governador Valadares

2014

SANDRA NICOLI

*I/EMIGRAÇÃO EM ITUETA E SANTA RITA DO ITUETO – A CHEGADA DOS NONOS
E A PARTIDA DE SEUS DESCENDENTES PARA O NORTE DA ITÁLIA*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Siqueira.

Co-orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos.

Governador Valadares

2014

Catálogo na fonte por Eliana Nunes Hipólito – CRB6/2075

Nicoli, Sandra.

*I/Emigração em Ituaeta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos *nonos* e a partida de seus descendentes para o norte da Itália / Sandra Nicoli. – 2014.*

141 f.: il.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Siqueira

1. Imigração Italiana - Brasil. 2. Emigração dos descendentes. 3. Território. I. Nicoli, Sandra. II. Universidade Vale do Rio Doce. III. Título.

CDU 325(81:450)

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

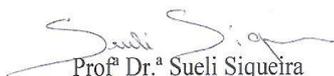
**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE
SANDRA NICOLI**

Matrícula Nº 43527

Aos quatorze dias do mês de março de 2014 (dois mil e quatorze), às 13h00 (treze horas), na sala 04 do Edifício Pioneiros no *Campus* Antônio Rodrigues Coelho da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação da Mestranda intitulada “//Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto - A chegada dos *nonos* e a partida de seus descendentes para o norte da Itália”, Linha de Pesquisa: Território, Migração e Cultura, elaborada pela aluna **Sandra Nicoli**. A comissão julgadora foi composta pelos professores Doutores Sueli Siqueira (orientadora) – GIT/UNIVALE, Patrícia Falco Genovez - GIT/UNIVALE, Duval Magalhães Fernandes – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof^ª Dra Sueli Siqueira, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestranda Sandra Nicoli para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação aprovada fazendo as seguintes observações:

Trabalho relevante com contribuições para a área de estudo, recomendando publicações de artigos decorrentes da dissertação.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora. Governador Valadares, 14 de Março de 2014.


Prof^ª Dr.^a Sueli Siqueira


Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes

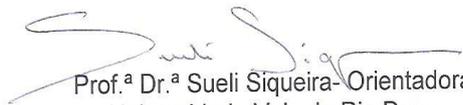

Prof^ª Dr.^a Patrícia Falco Genovez

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

SANDRA NICOLI

“*I*Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto - A chegada dos
nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália”

Dissertação aprovada em 14 de março
de 2014, pela banca examinadora com
a seguinte composição:


Prof.^a Dr.^a Sueli Siqueira-Orientadora
Universidade Vale do Rio Doce


Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais


Prof. Dr. Patrícia Falco Genovez
Universidade Vale do Rio Doce

Dedico aos meus pais, Isáías e Neuza, pelo amor, confiança, apoio e incentivo em todas as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre é uma tarefa difícil. Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu vida, saúde, e, sobretudo, me deu forças para conseguir chegar até aqui e nunca desistir.

Aos meus pais Isaías Nicoli e Neuza Nicoli e ao meu irmão Alessandro Nicoli, agradeço-lhes sempre por fazer parte de minha vida. Um agradecimento especial à minha amada mãe que sempre me apoia, compreende e que acima de tudo não mede esforços para ver a minha felicidade.

À minha orientadora, Professora Dra. Sueli Siqueira, por seu apoio e amizade, além de sua dedicação, competência e especial atenção nas revisões e sugestões, fatores fundamentais para a conclusão deste trabalho. Obrigada por ser mais que uma orientadora, por não desistir de mim.

Ao meu co-orientador, Professor Dr. Mauro Augusto Santos, pelo apoio e amizade, além da dedicação nas sugestões e correções.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória educacional, pois contribuíram para minha formação.

Ao Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Regional - NEDER, da Universidade Vale do Rio Doce – Univale, pelo apoio nas transcrições dos relatos orais e entrevistas em profundidade da minha pesquisa de mestrado. Aos bolsistas que se tornaram amigos agradeço pelo apoio, carinho e amizade. Um agradecimento especial à Erika Almeida e ao Lucas Brandão que se tornaram grandes amigos.

À Neuzinha, pelo carinho especial e competência com que me atendeu nos momentos de aflições, dúvidas e entrega de trabalhos, como secretária do mestrado.

Aos colegas da terceira turma de mestrado pelo companheirismo durante o ano de 2011 e àqueles que se tornaram amigos ao longo do tempo como: Rodrigo, Cibele, Lídia, Letícia, Carol, Gustavo, Patrícia, Luciano Rodrigues, Adriene, Luciano Souza e Aline. Os momentos vividos (alegrias e tristezas) nesse ano serão lembrados sempre!

Aos familiares e amigos (novos e antigos) que sempre me incentivaram e apoiaram nessa jornada.

E, por fim, agradeço aos sujeitos da minha pesquisa que tanto contribuíram para que eu conseguisse alcançar meus objetivos. Agradeço sempre a acolhida, atenção e carinho com que me receberam. Também agradeço por me apresentarem valores que muito contribuíram para a minha formação como pessoa e pesquisadora.

RESUMO

Caracterizada por ser uma imigração familiar com a maior procedência vinda da região do Vêneto na Itália, a presença de imigrantes italianos no território brasileiro ocorreu, com maior ou menor intensidade, em várias regiões. O atual estado do Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes para o Brasil, com destaque para os italianos. O projeto imigrantista para esse território geográfico era fundamentado na pequena propriedade familiar. Minas Gerais foi destino secundário dos imigrantes italianos. Este estudo analisa os impactos da *i/emigração* de italianos e de seus descendentes em Itueta e Santa Rita do Itueto nas Minas Gerais, numa dimensão de mobilidade populacional. Esses municípios localizados na Microrregião de Aimorés situada na Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce foram pontos de chegada de diversas famílias de migrantes italianos, vindos principalmente do Espírito Santo, a partir do início do século XX. Para uma melhor compreensão desse fenômeno e a formação de um território “italianizado”, trabalhamos com a memória dos descendentes de imigrantes italianos. Os sujeitos da pesquisa foram os descendentes mais antigos residentes na região, formando assim o Grupo I, e os descendentes que emigraram para a Itália, formando o Grupo II. A chegada de diversas famílias de imigrantes italianos permitiu nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores. No entanto, ao longo dos anos, com o fracionamento das terras devido à herança dividida entre os muitos filhos dos primeiros migrantes, a sobrevivência dos descendentes italianos, no caso, das gerações mais novas, na região, fica comprometida, pois não há mais perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Essa situação atrela-se também à busca pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo. Tal circunstância faz com que muitos descendentes, a partir da década de 1990, comecem a buscar o reconhecimento da cidadania italiana com o principal objetivo de emigrar primeiramente para os Estados Unidos da América e posteriormente para a Itália. A partir dos relatos orais, entrevistas em profundidade e revisão bibliográfica, o estudo conclui que enquanto os italianos imigraram com o objetivo de permanecer no destino, seus descendentes emigram com o objetivo de trabalhar, fazer poupança, investir e retornar para a origem. Nesse contexto, a *i/emigração* são motivadas pela busca da melhoria de vida. Ao chegar às terras brasileiras, os imigrantes italianos buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes, das festas e da ideia transmitida para os descendentes de que ser descendente é ser diferente dos brasileiros. Por outro lado, os descendentes que fazem a emigração inversa dos seus antepassados, ao chegarem às terras italianas percebem-se brasileiros, pois não encontram a Itália reconstruída pela memória transmitida por seus *nonos*.

Palavras-Chave: Território, Imigração Italiana, Emigração dos Descendentes.

ABSTRACT

Characterized as a family immigration with the largest coming merits of the Veneto region in Italy, the presence of Italian immigrants in the Brazilian territory occurred, with greater or lesser intensity in various regions. The current state of the Espírito Santo State had fundamental importance in relation to the arrival of immigrants to Brazil, especially the Italians. The immigrantist design for this geographical territory was based on small family farms. Minas Gerais State was secondary destination of Italian immigrants. This study analyzes the impacts of i / emigration of Italians and their descendants in Itueta and Santa Rita do Itueto Villages in Minas Gerais State, a dimension of population mobility. These municipalities located in Microregion of Aimorés located in the mining Mesoregion of Vale do Rio Doce were points of arrival of several families of Italian migrants mainly coming of the Espírito Santo State, from the early twentieth century. For a better understanding of this phenomenon and the formation of an "Italianate" territory, we work with the memory of the descendants of Italian immigrants. The study subjects were older children residing in the region, thus forming Group I, and the descendants who emigrated to Italy, forming the Group II. The arrival of several families of Italian immigrants allowed new configuration to the territory, entering new techniques of land management, new customs and values. However, over the years, with the division of land due to the divided inheritance among the many sons of the first migrants, the survival of Italian descent in the case of younger generations, the region is compromised because there is no expectation to continue taking sustenance from the land only. This situation also harnesses - the quest for financial independence and improved quality of life within the new consumption patterns. This circumstance makes many descendants from the 1990s begin to seek recognition of Italian citizenship with the main objective to migrate primarily to the United States and later to Italy. From oral histories, interviews and literature review, the study concludes that while the Italians immigrated in order to stay on target, their descendants emigrate for the purpose of working, saving, investing and return to the origin. In this context, the i/emigration are motivated by the search for better life. Arriving in the Brazilian territory, Italian immigrants tried to maintain their Italian identity through the reconstruction of habits and customs, festivals and the idea transmitted to offspring that Italian descendant is different to be Brazilian. On the other hand, the descendants who make the reverse emigration of their ancestors, to reach the Italian lands perceive themselves Brazilians because Italy are not reconstructed by memory transmitted by "grandparents".

Keywords: Territory, Italian Immigration, Emigration of Descendants.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
01 OS CAMINHOS DA PESQUISA	12
1.1 Emigrando ao encontro do objeto de estudo	12
1.2 A localidade da pesquisa	13
1.3 Metodologia da pesquisa	17
02 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	21
2.1 Conceito de Território	21
2.2 Conceito de Territorialidade	27
2.3 Processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização	29
2.4 Conceito de Memória e a contribuição da História Oral	33
03 IMIGRAÇÃO NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX	37
3.1 A chegada dos primeiros imigrantes	37
3.2 A imigração italiana no Brasil	40
3.3 Procedência regional e perfil dos imigrantes italianos	48
3.4 A presença italiana nas regiões brasileiras Sul e Sudeste	51
04 FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ITALIANOS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO “ITALIANIZADO” EM ITUETA E SANTA RITA DO ITUETO NAS MINAS GERAIS	62
4.1 O Sertão e as transformações a partir do final do século XIX	63
4.2 Os migrantes italianos que chegaram às terras mineiras: quem são e de onde vieram?	66
4.2.1 O contexto da decisão de migrar: Itália/Espírito Santo	68
4.2.2 A chegada em solo espírito-santense: Alfredo Chaves e Castelo	75
4.3 Em terras mineiras: formação do território “italianizado”	85
05 O CAMINHO INVERSO: A EMIGRAÇÃO DOS DESCENDENTES	104

5.1 Emigração da geração mais nova: Estados Unidos da América e Itália.....	107
5.2 Os descendentes na Itália: a descoberta de ser estrangeiro na terra dos antepassados	110
5.3 O Retorno e a diferenciação entre os projetos migratórios	116
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS ORAIS E BIBLIOGRÁFICAS	125
APÊNDICE	136

INTRODUÇÃO

Segundo Saquet (2003), a imigração para Brasil iniciou com a vinda dos portugueses, porém, é a partir do início do século XIX que a imigração europeia aconteceu de forma mais intensa com a abertura dos portos. Santos (2010) destaca que a imigração transoceânica trouxe, para o continente americano, milhares de europeus de origem camponesa. A imigração europeia significou muito para o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (BONI, 1990).

A imigração italiana para o Brasil, segundo Trento (1989), teve início a partir dos anos de 1870, transformando-se em um fenômeno de massa anos depois. Os italianos que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, da Lombardia, da Toscana, do Trentino e de outras regiões da Itália junto com suas lembranças e suas raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras. Segundo Bassanezi (1995) a corrente imigratória italiana, no Brasil, revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

A presença de imigrantes italianos no território brasileiro ocorreu, com maior ou menor intensidade, em várias regiões, contudo as regiões brasileiras Sul e Sudeste contaram com uma intensa presença de imigrantes europeus, em especial os italianos. No Sul, a corrente migratória foi notória devido à concentração em colônias cuja produção agrícola foi importante fonte de abastecimento do mercado brasileiro. A região Sudeste também teve um grande destaque em relação à imigração italiana e foi a que recebeu a maioria dos imigrantes.

O atual Estado do Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil, em especial os italianos. Levas expressivas de imigrantes italianos desembarcaram no porto de Vitória, capital do Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, sendo direcionadas ao interior do Estado, que abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil. A quantidade de imigrantes europeus que ingressou no Estado foi pequena, se comparada aos demais Estados brasileiros receptores. Porém, a introdução do imigrante europeu, em especial os italianos, se deu de forma marcante, segundo Busatto (1990).

O projeto imigratório familiar de colonização proposto à época era ditado pela necessidade de se povoar o atual Estado do Espírito Santo e de promover o seu desenvolvimento econômico (DADALTO, 2009). Nesse contexto, os imigrantes italianos que foram direcionados para a região de Alfredo Chaves colonizaram e povoaram a região. Após

um período de crescimento populacional e desenvolvimento econômico em terras espírito-santenses, ocorreu a necessidade de aumentar a produção agrícola e o desenvolvimento da pequena propriedade familiar. Muitos imigrantes italianos e descendentes optaram por migrar para outras localidades, diante de um cenário que impossibilitava-os de garantir o sustento das novas famílias, constituídas com os casamentos dos filhos, a partir da pequena propriedade familiar. Desse modo, diversas famílias italianas se direcionam para outras terras do próprio Estado do Espírito Santo (regiões sul, norte e central) e áreas mineiras, localizadas próximo à divisa¹ interestadual. A trajetória das famílias italianas, desde a partida da terra natal até a chegada ao território espírito-santense e a nova migração para as terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto, é um dos nossos objetos de estudo nesta dissertação.

Segundo Monteiro (1994), o fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais foram os italianos. As famílias de imigrantes italianos, vindas principalmente do Espírito Santo, chegaram às terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto na Microrregião de Aimorés localizada na Mesorregião do Vale do Rio Doce no início do século XX. Essa migração promoveu uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores.

Ao longo dos anos, com o fracionamento das terras devido à partilha das heranças entre os muitos filhos dos primeiros migrantes, a sobrevivência das gerações mais novas ficou comprometida, pois não havia mais a perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Essa situação, atrelada à busca pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo da atual sociedade, acabou gerando um cenário que desencadeou uma prática dos antepassados: a migração.

Muitos dos descendentes das gerações mais novas escolheram migrar internamente em busca de trabalho ou para estudar. Essa dissertação tem, também, como objeto de estudo, aqueles que fazem o movimento migratório internacional, até os dias de hoje. Inicialmente, acompanharam o fluxo em direção aos Estados Unidos da América². A cidadania italiana possibilita a entrada naquele país sem a necessidade de visto, entretanto, não se permite a inserção no mercado de trabalho. Diante dessa dificuldade, muitos optam por emigrar para a terra de seus antepassados, a Itália.

¹ De acordo com os conceitos da Geografia a palavra “divisa” designa a separação de Estados, “fronteira” separação de países, e a palavra “limite” a separação de municípios. Fonte: <http://geografia-mgf.blogspot.com.br/2013/03/limite-divisa-e-fronteira-qual-e.html>. Acesso em 26/03/2014.

² Essa microrregião está próxima da Microrregião de Governador Valadares que possui um fluxo migratório para os Estados Unidos há mais de 50 anos.

O estudo pretende compreender os impactos da *i/emigração* de italianos e de seus descendentes no território em observação numa dimensão de mobilidade populacional. Através dos conhecimentos teóricos da migração e do conceito de Território, foi possível analisar esse fenômeno social, a partir das seguintes questões: quais foram os fatores locais e globais que levaram as gerações mais novas a tomar o caminho de volta dos antepassados? Quais as diferenças e semelhanças entre a imigração dos italianos e a emigração de seus descendentes? Qual o impacto desses movimentos no território?

Os resultados são apresentados em cinco capítulos. No primeiro capítulo, são descritos os caminhos e metodologias utilizadas para a realização da pesquisa. Compreendendo que o estudo está centrado numa visão do território e suas territorialidades é fundamental desenvolver as discussões acerca dos conceitos de Território, Territorialidade, Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização e Memória, o que é feito no capítulo II.

A partir de uma revisão bibliográfica, no capítulo III, temos uma descrição da chegada dos primeiros imigrantes no Brasil com destaque para a imigração italiana, sua procedência regional, bem como o perfil desses imigrantes.

No capítulo IV são descritas as transformações do Sertão a partir do final do século XIX; quem são e de onde vieram os migrantes italianos que chegaram às terras mineiras; em qual contexto decidiram migrar; a chegada em solo espírito-santense e a formação do território “italianizado” em terras mineiras.

No capítulo V destacam-se a emigração da nova geração para os Estados Unidos da América e para a Itália; a descoberta, pelos descendentes, de ser estrangeiro na terra dos antepassados; o retorno e a diferenciação entre os projetos migratórios.

Compreender a *imigração* e *emigração* de italianos e de seus descendentes no território estudado é de grande relevância, tendo em vista que não existem estudos científicos sobre esse movimento populacional. Elucidar as trajetórias das famílias de imigrantes italianos até a região e o movimento de emigração de seus descendentes para a Itália, quase um século depois, dentro de um novo contexto social, econômico e político permitirá lançar luzes e revelar aspectos que possibilitarão uma maior compreensão do território e do seu entorno.

I - OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1 Emigrando ao encontro do objeto de pesquisa

Em 2001, parti da zona rural do município de Itueta, para a cidade de Governador Valadares, com a finalidade de dar continuidade aos meus estudos. Desde então percebi que estava em uma sociedade totalmente diferente daquela a que eu pertencia. Muito mais moderna, urbana e, acima de tudo, sem traços definidos da presença italiana como é específico da minha “terrinha”. Foi em Governador Valadares que me senti totalmente fora do meu território. Ou seja, eu estava fora do meu espaço de convivência.

Em 2004, prestei vestibular e fui aprovada para o curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Vale do Rio Doce – Univale. No primeiro semestre de 2006, concorri e fui selecionada para uma bolsa de iniciação científica. Nas aulas de História do Brasil foram destacadas questões relacionadas à imigração de estrangeiros para o Brasil e ao recente fluxo de brasileiros para o exterior. Tais aulas levaram-me a refletir sobre tão instigante tema – a migração internacional.

As atividades de iniciação científica no Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Regional (Neder), ligadas a uma pesquisa sobre emigração internacional de valadarenses, colocaram-me diretamente relacionada com uma rica bibliografia, discussões e reflexões sobre o tema. O que mais me instigava era a comparação que eu fazia com as experiências de mobilidade humana presentes na história da minha região³. As reflexões teóricas possibilitaram-me um referencial teórico e uma maior compreensão sobre o fenômeno, ou seja, um “novo olhar” sobre as histórias que ouvia dos meus *nonos*⁴, pais e tios sobre a chegada dos meus antepassados ao Brasil e região onde viviam.

No final de 2007, concluí a iniciação científica e o curso de História. No entanto, continuei participando de várias pesquisas sobre migração internacional, cada vez mais aprofundando sobre o tema. Busquei bibliografia que apresentasse informações sobre os fluxos imigratórios dos italianos nos municípios mineiros da Microrregião de Aimorés, mas encontrei poucas referências. Como descendente de imigrantes italianos formada em História, compreender como foi a chegada, a formação das propriedades rurais e as razões de um fluxo

³ Quando se cita “minha região” estou me referindo aos municípios de Itueta, o perímetro urbano de Resplendor e Santa Rita do Itueto – MG.

⁴ É a maneira que os descendentes de imigrantes italianos chamam/tratam os avôs e bisavôs.

inverso que se estabelecia, ou seja, a emigração dos descendentes para os Estados Unidos e Itália era algo que me estimulava. Comecei a investigar sobre a chegada das diversas famílias de origem italiana nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto, conhecidas como “italianos”⁵. Observei com maior atenção a busca pelo reconhecimento do documento de Dupla Cidadania⁶ por muitos descendentes, com o objetivo de emigrar para Estados Unidos da América, Portugal, Inglaterra e para o país de origem dos seus antepassados, a Itália, em busca de melhores condições de vida⁷.

A partir dessas indagações, e com o objetivo de investigar esse fenômeno, participei, em 2011, do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – Univale, na linha de pesquisa *Território, Migração e Cultura*. Destaca-se que esse fenômeno ainda não fora estudado nesse território geográfico.

1.2 A localidade da pesquisa

Para uma melhor compreensão do campo onde foi desenvolvida a pesquisa farei, a seguir, a apresentação dos dois municípios que foram os pontos de chegada de famílias de imigrantes italianos, no início do século XX, e de saída de muitos de seus descendentes a partir do final do século XX e início do século XXI, para o exterior. A título de localização, pode-se visualizar, na figura 01, a Microrregião de Aimorés, situada na Mesorregião do Vale

⁵ Nos municípios de Itueta, Santa Rita do Itueto e proximidades, as pessoas de origem italiana são denominadas de “italianos” e os que não possuem a origem italiana ou alemã são denominados de “brasileiros”.

⁶ “A cidadania é o conjunto dos direitos políticos de que goza um indivíduo e que lhe permite intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao concorrer a cargo público (indireto)” (<http://www.dicionarioinformal.com.br/cidadania/> acesso em 23/12/2013). “A Dupla nacionalidade, comumente referida também como dupla-cidadania, é um *status* no qual um indivíduo é titular da nacionalidade de dois Estados nacionais concomitantemente. A dupla-nacionalidade não é um título concreto e independente, ou seja, uma pessoa não *tira dupla-nacionalidade* ou *ganha dupla-cidadania*. A dupla-nacionalidade é, portanto, um *status* derivado simplesmente da acumulação de duas nacionalidades, autônomas entre elas” (<http://societaitalianapiracicaba.com/dupla-cidadania/> acesso em 23/12/2013). Destaca-se que o Brasil autoriza a obtenção de outra nacionalidade. A Itália permite a obtenção de sua nacionalidade por *jus sanguinis*. No caso dos descendentes de imigrantes italianos, a obtenção da dupla cidadania é por *jus soli* (Brasil) e por *jus sanguinis* (Itália).

⁷ Na “Grande Imigração Transoceânica”, a partir da segunda metade do século XIX, buscar melhores condições de vida significava obter os bens para a sobrevivência. Na emigração atual, ou seja, a partir da segunda metade do século XX, significa obter bens para o consumo (ROSA, NICOLI, SIQUEIRA, SANTOS, 2012).

do Rio Doce, e os municípios que a compõem, entre eles, Itueta e Santa Rita do Itueto, focalizados na pesquisa.

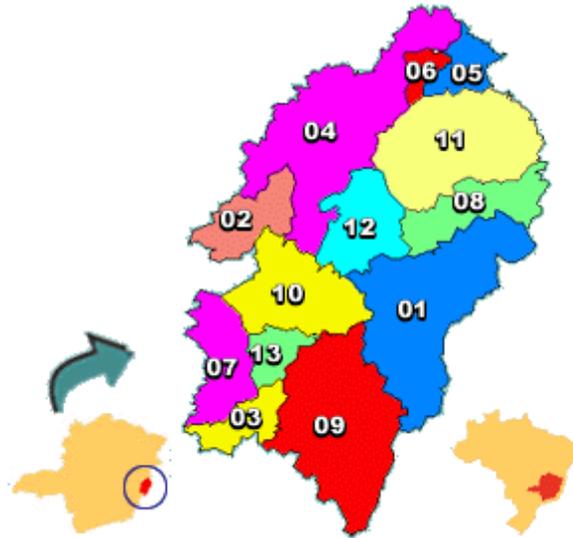


Figura 01: Microrregião de Aimorés – MG

Fonte: Elaboração própria. 1. Aimorés, 2. Alvarenga, 3. Conceição de Ipanema; 4. Conselheiro Pena; 5. Cuparaque; 6. Goiabeira; 7. Ipanema; 8. Itueta; 9. Mutum; 10. Pocrane; 11. Resplendor; 12. Santa Rita do Itueto; 13. Taparuba

O município de Itueta⁸ possui uma área territorial de 452,7 Km² e uma população, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 de 5.830 habitantes, sendo que 56,6% deles residiam na zona urbana do município e 43,4% na rural.

A colonização efetiva do atual município de Itueta⁹, deu-se a partir do início do século XX, isso devido provavelmente a obstáculos existentes, como a mata muito densa e a presença dos índios Botocudos, dos quais havia se disseminado a fama de serem ferozes e antropófagos¹⁰ (REZENDE e ÁLVARES, 2009).

A ocupação mais intensa do município ocorreu aproximadamente após o ano de 1914, com a fixação de colonos de origem alemã na margem esquerda do Rio Doce e colonos italianos na margem direita – ou seja, na parte norte do município a colonização alemã, e na parte sul a colonização italiana. O desenvolvimento da sede municipal tomou impulso com a

⁸ Para maiores informações acesse o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 12/04/2013.

⁹ O município é dividido em duas regiões separadas pelas águas do Rio Doce.

¹⁰ Segundo Espíndola (2005, p. 422) “A antropofagia dos Botocudo também não se encontra fundamento na documentação das divisões militares, não passando assim, de acusações para justificar as investidas contra eles e seus territórios, dentro da tradição portuguesa do conceito de guerra justa”.

implantação, por volta do ano de 1925, de uma grande propriedade agrícola denominada Fazenda Barra do Quatiz¹¹, na margem direita do rio. Associadas à implantação da Estação Ferroviária, instalaram-se algumas serrarias no local, resultando no crescimento do povoado¹². Em 1939, Itueta foi elevada à categoria de distrito do município de Resplendor. Sua emancipação política registrou-se em 27 de dezembro de 1948 (REZENDE e ÁLVARES, 2009a).

Itueta é um município tipicamente rural, prevalecendo propriedades de caráter familiar. Dentre as atividades econômicas mais significativas destacam-se o cultivo de milho, café, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, além da criação de gado leiteiro¹³ e de corte, e com menor expressão, a suinocultura. Outra atividade econômica que se pode destacar é a extração de madeira¹⁴ (REZENDE e ÁLVARES, 2009a).

Os antigos moradores de Santa Rita do Itueto¹⁵ relatam que essas terras eram habitadas por índios crenaques. A chegada de pessoas, não indígenas, teve início no princípio de maio de 1911. Aproximadamente em 22 de maio, dia de Santa Rita de Cássia, começaram a derrubada da densa mata. Em 15 de outubro de 1948, o povoado foi elevado à categoria de Distrito e em 30 de dezembro de 1962 conquistou a sua emancipação, com território geográfico desmembrado do município de Resplendor – MG (INFORMATIVO da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto, 2006).

O município possui uma área territorial de 485,1 Km² e sua população, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, era de 5.697 habitantes, sendo que 40,5% residiam na zona urbana e 59,5% na rural.

¹¹ “Em 1925, chega à região o coronel Osório Barbosa de Castro e Silva. Este adquire a fazenda da Barra dos Quatiz, trazendo consigo colonos, pedreiros, carpinteiros e ferreiros. O resultado desta chegada será o grande impulso ao desenvolvimento do local, ou seja, da sede municipal até o ano de 2004”. Fonte: (<http://www.itueta.com.br/perfil>). Destaca-se que a relocação da sede municipal de Itueta, em 2004, foi necessária para a implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés, obra de responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce- CVRD, atual Vale, e da Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG.

¹² “A partir dos anos de 1950, a madeira torna-se escassa na região e as serralherias começam a fechar, provocando evasão da população na sede municipal”. Fonte: (<http://www.itueta.com.br/historia>).

¹³ A cooperativa Agropecuária de Resplendor – Capel, conta com 7% da produção de leite no município de Itueta. E possui 313 cooperados nesse município (RELATÓRIO ANUAL, 2012).

¹⁴ Atualmente, o município possui uma única serralheria pertencente à família Benicá de origem italiana. Esta se situa na rua principal do Distrito de Quatituba na parte sul.

¹⁵ Sobre a história e os dados referentes a este município pesquisei em material fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, principalmente no Informativo da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto – Compromisso com o Agricultor, confeccionada em 2006. Alguns dados sobre a história e antigas fotografias do município também foram colhidos durante uma conversa com a professora Djanira Maria Vieira da Silva de 74 anos de idade (lecionou por 32 anos no município). Tal professora colheu dados preciosos sobre o município e escreveu sua história. Em sua residência, é possível encontrar valiosas e antigas fotografias de Santa Rita do Itueto. Para maiores informações também acesse: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 12/04/2013.

Santa Rita do Itueto é também um município tipicamente rural, predominando propriedades¹⁶ de caráter familiar. Sua base econômica está fundamentada na agricultura. A produção de café¹⁷ e a pecuária leiteira¹⁸ constituem as principais atividades econômicas do município. Como culturas tradicionais de subsistência também são cultivados o milho, o feijão e o arroz, que constituem a base alimentar das famílias no município. A fruticultura é outra atividade que vem ocupando destaque em Santa Rita do Itueto, como alternativa de diversificação agrícola e busca de novas opções de renda para o produtor rural (INFORMATIVO da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto, 2006).

A Mesorregião do Vale do Rio Doce corresponde a uma das porções de colonização mais tardia do território mineiro. Seu território geográfico é alterado a partir das primeiras décadas do século XX, com a construção da Estrada de Ferro Vitória - Minas, que cumpre um duplo papel no processo de desenvolvimento regional. De um lado, representa uma via de acesso a áreas até então isoladas, facilitando a penetração das frentes de povoamento e, do outro, cria um canal para o escoamento da produção, estimulando o avanço da fronteira produtiva. A existência de extensas reservas florestais, formadas pela Mata Atlântica, juntamente com as explorações econômicas a partir da entrada da ferrovia, foram os principais fatores que atraíram um expressivo fluxo migratório, fomentando o povoamento da referida área geográfica. Essa ocorrência envolveu expressivo número de famílias de grupos étnicos europeus, sobretudo italianos e alemães (pomeranos), que tiveram grande importância na formação e desenvolvimento dos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto (INFORMATIVO da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto, 2006).

A pesquisa foi realizada nos dois municípios caracterizados acima, ou seja, localidades de chegada dos imigrantes e descendentes italianos e atualmente ponto de emigração de descendentes para o exterior, em especial a Itália.

¹⁶ Grande parte das propriedades rurais estão situadas em locais lindíssimos, entre pedreiras, cachoeiras e remanescentes de vegetação característica de Mata Atlântica.

¹⁷ O café é a cultura de maior expressão econômica no município. Tal expressão se deve ao fato de sua área geográfica contar com água em abundância, clima e solos favoráveis e um relevo montanhoso com fortes ondulações. As espécies *Coffea canephora* (Conilon) e *Coffea arábica* (arábica) ocupam uma área cultivada em torno 8.680 hectares (INFORMATIVO da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto, 2006).

¹⁸ A pecuária leiteira é a segunda atividade do município. A maior parte do leite produzido é comercializada na Cooperativa Agropecuária de Resplendor - CAPEL, localizada no município vizinho de Resplendor. A cooperativa conta com 5% da produção de leite do município de Santa Rita do Itueto. E possui 202 cooperados (RELATÓRIO ANUAL, 2012).

1.3 Metodologia da Pesquisa

O presente estudo, de natureza qualitativa, objetiva realizar uma investigação de natureza descritiva, a partir de um enfoque mais subjetivo, descrevendo aspectos intrínsecos, não facilmente revelados do objeto de estudo. Nesse tipo de pesquisa, além de entrevistas em profundidade, relatos orais, observação, utiliza-se análise de documentos coletados ao longo da pesquisa em instituições ou com os próprios informantes (SIQUEIRA, 2005).

Os sujeitos da pesquisa são os descendentes mais antigos da localidade ou proximidades e os descendentes que emigraram para a Itália – com o recurso da cidadania ou que a adquiriram no destino – e que retornaram para a região em definitivo ou estão a passeio.

Com o primeiro grupo, ou seja, os descendentes de imigrantes italianos mais antigos residentes na região, utilizou-se a técnica dos relatos orais (ver apêndice A). Esses sujeitos foram identificados através de contatos com os moradores antigos da região.

Os relatos orais possibilitam ao informante relembrar situações vivenciadas no passado e resgatar informações que possibilitarão compreender o fenômeno estudado. Assim sendo, todo relato é baseado na experiência vivida por um ator social que fala de suas perspectivas e sensações em relação a um determinado fato social. Nos relatos orais, o informante recorre à sua memória do vivido na coletividade. Isso significa que a memória individual está também inserida no coletivo (SIQUEIRA, 2005).

Essa técnica se mostrou adequada à pesquisa, tendo em vista que o grupo pesquisado nos forneceu não apenas informação sobre sua experiência vivida, mas também os registros em suas memórias das histórias contadas por seus antepassados sobre a Itália e a viagem para o Brasil. Desse grupo, também foram coletadas informações de fonte documental dos seus acervos particulares, como fotografias, cartas e documentos que continham informações sobre o percurso da Itália até a Microrregião de Aimorés.

O segundo grupo de informantes foi constituído pelos descendentes portadores do documento de cidadania italiana, maiores de 18 anos, que emigraram e retornaram em definitivo ou estavam a passeio na região. Com esse grupo foi utilizada a técnica de entrevista em profundidade (ver apêndice B). Para identificar esses sujeitos, utilizou-se a técnica “bola de neve” em que um sujeito vai informando sobre outro(os) sujeito(os) dentro do perfil pesquisado.

Segundo Siqueira (2009), essa técnica consiste em identificar alguns elementos com características para compor a amostra. Nesse caso, foram considerados os emigrantes

descendentes que retornaram em definitivo ou estão a passeio na região. Os primeiros sujeitos indicaram outros que, por sua vez, também fizeram outras indicações, até chegar a um número em que as informações e indicações começaram a se repetir.

A partir do segundo semestre de 2011, depois de serem identificados os informantes, teve início a pesquisa de campo.

Na sede dos municípios, quando informava sobre o objetivo da minha pesquisa, era comum ouvir a seguinte afirmativa: *“Ah, isso aqui será muito fácil! É puro italiano por aqui. Eu também sou!”*. Depois de alguns contatos, realizei a primeira entrevista com um descendente de 97 anos que emigrou do Espírito Santo para Minas, com apenas 10 anos de idade.

A minha incursão no campo logo foi noticiada entre os moradores e esses, quando me encontravam, abordavam-me: *“Você é a menina que estuda os italianos?”*. Ao responder que sim, diziam: *“Ali tem um italiano. Lá naquela rua tem outro. No córrego tal tem outro. Ixiii, aqui é o que você mais vai encontrar”*.

Com essas indicações e as indicações dos sujeitos pesquisados foi possível identificar os sujeitos nas sedes e na zona rural dos dois municípios. Nesse ponto destaco a generosa colaboração que recebi dos descendentes, não só no sentido de informar outros possíveis entrevistados, como também para hospedar, oferecer lanche, almoço, jantar e informações sobre como chegar a cada localidade.

Seguindo a metodologia da técnica bola de neve, como especificada por Becker (1993), foi possível conseguir, através das indicações, os informantes do grupo I (descendentes mais velhos).

A maior facilidade com o grupo foi a de encontrá-los em casa e com disponibilidade para falar de sua história de vida. Já a dificuldade, foi o fato de a maioria residir na área rural e muitas vezes em locais de difícil acesso e distantes da sede municipal.

Coletando dados com o primeiro grupo, iniciei também a coleta de dados com os sujeitos do segundo grupo (descendentes que emigraram para a Itália e estavam na região durante a realização da pesquisa).

Para encontrar os sujeitos desse grupo foi também utilizada a técnica bola de neve. Alguns estavam a passeio no município e outros haviam retornado em definitivo. Os contatos foram realizados através de e-mail, facebook, MSN e telefone.

Tivemos o indício de que o número de entrevistas era suficiente, em ambos os grupos, quando as indicações e informações começaram a se repetir.

Ao final de 08 meses de campo, foram realizados 29 relatos orais¹⁹ com informantes do primeiro grupo e 15 entrevistas em profundidade²⁰ com o segundo grupo, além da pesquisa documental, do registro fotográfico e das anotações no diário de campo. A tabela 01 apresenta os dados sobre os informantes.

Tabela 01: Caracterização dos relatos e das entrevistas realizadas por municípios²¹

Municípios	Primeiro grupo (Descendentes mais velhos)			Segundo grupo (Descendentes Emigrantes)			Total
	Sexo		Idade	Sexo		Idade	
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		
Itueta	3	4	58 a 81 anos	3	4	28 a 47 anos	14
Santa Rita do Itueto	11	4	64 a 97 anos	8	1	23 a 61 anos	24
Resplendor	2	4	54 a 94 anos				6
Conselheiro Pena	1	1	84 a 85 anos				2
Total	17	13	54 a 97 anos	11	5	23 a 61 anos	46

Fonte: Pesquisa de Campo 2011/12.

Realça-se que tanto os sujeitos do primeiro grupo quanto os do segundo grupo, residentes no município de Itueta ou de Santa Rita do Itueto, indicaram tanto pessoas do seu município quanto pessoas de municípios que fazem limite. Isso se deve ao fato de serem famílias conhecidas na região e viverem em uma área geográfica pequena se comparada a outros municípios mineiros.

Após a coleta dos relatos orais e das entrevistas em profundidade, esses foram transcritos e analisados para buscar responder o objeto central desse estudo, ou seja: passados quase cem anos da chegada de diversas famílias de imigrantes italianos aos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto, muitos de seus descendentes iniciam um caminho de retorno. Quais foram os fatores locais e globais que levaram a geração atual a tomar o caminho de

¹⁹ A realização de um dos relatos orais contou com a participação do casal. Portanto, a soma entre homens e mulheres resultará no total de 30 participantes do primeiro grupo, sendo que foram colhidos 29 relatos orais.

²⁰ A realização de uma das entrevistas em profundidade contou com a participação de duas irmãs. Portanto, a soma entre homens e mulheres resultará no total de 16 participantes do segundo grupo, sendo que foram colhidas 15 entrevistas em profundidade.

²¹ Uma questão a ser destacada nesse ponto é que alguns relatos orais foram colhidos nos municípios vizinhos de Conselheiro Pena e Resplendor. Tal fato ocorreu por serem sujeitos indicados pelos participantes da pesquisa e já terem residido em um dos dois municípios que foram ponto de chegada, no início do século XX, de famílias de imigrantes italianos. Migraram, depois de alguns anos, para um dos dois municípios citados acima, devido à oferta de menor preço pelo pedaço de terra ou ter que morar com os filhos na velhice, ter casado com pessoas desses municípios e em alguns casos, pela demanda de serviços públicos nas localidades.

volta percorrido pelos antepassados até a região? Quais as diferenças e semelhanças da imigração dos *nonos* e da emigração de seus descendentes? Qual o impacto desses movimentos no território? Essas são questões intrigantes que nortearam esta pesquisa.

No próximo capítulo serão apresentados os conceitos acerca de Território e Territorialidade, referências teóricas que sustentaram a análise do objeto de pesquisa do presente estudo.

II - TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Para o estudo do problema proposto é importante apresentar os conceitos acerca de Território e Territorialidade, referências teóricas que sustentaram a análise do objeto de pesquisa do presente trabalho. Através desses conceitos compreenderemos melhor o fenômeno da migração, ou seja, da chegada e saída nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto a partir do início do século XX até o início do século XXI.

2.1 Conceito de Território

Raffestin (1993) e Haesbaert (2007) apresentam sobre o território articulações teóricas que utilizaremos para o entendimento do fenômeno *i/emigratório* estudado. Haesbaert (2007) destaca que a migração é o resultado de uma multiplicidade de fatores – econômicos, políticos, ambientais, culturais. Considera que a migração é uma forma que o indivíduo utiliza para buscar estabilidade e que, por essa razão, não pode ser percebida apenas como um processo de desterritorialização. Afirma que a

[...] migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-territorialização. [...] Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que também se trata de processos internamente diferenciados [...] há migrações ditas “econômicas” vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda “ambientais” (HAESBAERT, 2007, p. 245 - 246).

Nesse sentido este estudo compreenderá a migração como um fenômeno multidimensional que envolve vários processos, desde questões relacionadas ao mercado de trabalho, privação relativa até as redes sociais que tornam a mobilidade humana acessível.

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Sendo assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Sobre as noções de território, Haesbaert (2007, p. 40) agrupa as concepções em três vertentes básicas: *Política* ou *jurídico-política* – a mais difundida, quando o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder político do Estado. *Cultural* ou *simbólico-cultural* – prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. *Econômica* – menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. Nesse sentido afirma que

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões [...] a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder [...] a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais [...] a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Para Saquet (2010), território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos que se encontram em nível do pensamento e em termos de unidade com o mundo da vida.

Mesmo salientando a importância da interligação entre as várias vertentes, Saquet (2003) trabalha enfatizando os aspectos econômicos e políticos, além de fazer uma relação com a vertente cultural. No entanto, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, o autor também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. A natureza está no território e é dele indissociável.

Em Saquet (2006), deparamos com o seguinte argumento:

Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p.83).

Desse modo, no território as relações sociais se materializam e se reproduzem em movimentos desiguais, contraditórios e conflituosos. A identidade é um componente

fundamental na constituição do território, resulta da combinação dos processos histórico e relacional. Sendo assim, para o autor, os territórios e as territorialidades

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade (SAQUET, 2010, p.25).

Nessa discussão, Zambrano (2001) acrescenta que existem a *Pluralidade dos Territórios* e os *Territórios Plurais*. Sendo o primeiro a multiplicidade na superfície terrestre e o segundo, as estratégias no espaço, além de todo espaço terrestre ocupado por distintas representações, configurando, legitimando e dominando através das relações sociais. Desse modo, território é apropriação e dominação social, enquanto a territorialidade é a mobilização de pertencimento que é um fator fundamental na construção do território.

Raffestin (1993) ressalta que “*em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.*” E também destaca que território é “*o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço.*”

Haesbaert e Limonad (2007) descrevem que a noção mais ampla de espaço compreende o mesmo como um espaço relacional, ou seja, definido pelas relações sociais. E destacam ainda que a territorialidade pode ser entendida como a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações.

Corroborando com essa ideia, Espíndola (2012, p. 165) destaca:

[...] O espaço não é um fixo, mas sim o resultado relacional de propriedades gerais [...]. No espaço, os corpos se movimentam ou são fixos, criando obstáculos ao movimento de outros corpos ou contribuindo para que os fluxos se estabeleçam. Assim, o espaço é um campo onde eventos ocorrem e se sucedem, porém não como um palco, um dado anterior da realidade, mas ele próprio resulta da espacialidade determinada pelos processos sociais.

Acrescenta ainda:

[...] a configuração do espaço não se constitui alheia às propriedades específicas do ambiente (relevo, hidrografia, clima, bioma etc.), nem à cultura, seja dos assentamentos humanos territorialmente localizados, seja do Estado e das empresas capitalistas operando na escala nacional-mundial (ESPÍNDOLA, 2012, p. 166).

Raffestin (1993) afirma que os processos sociais podem envolver atores de sistemas sociais distintos que se situam em uma multiplicidade de territórios ou se movem por eles. Assim, as posições dos atores e a sua capacidade de poder não são idênticas porque o espaço e o tempo são diferenciados do ponto de vista social, para cada um deles. Portanto, tempo e

espaço são componentes importantíssimos das relações de poder, pois funcionam como ponto de apoio para o ator aproveitar a alavanca que aciona o poder.

Segundo Raffestin (1993), o espaço é preexistente a qualquer ação humana. É no espaço que se projetam as intenções, daí poder afirmar que o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator. O autor exemplifica seu pensamento dizendo que *o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens controem para si*. Sendo assim, espaço sem territorialização é somente espaço, “um vazio de ação e interação humana”. O território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço.

Para Espíndola (2012, p. 167), “*as ações humanas operam no espaço, configurando-o, organizando-o e diferenciando-o, dando-lhe identidade particular e, dessa forma, produzindo os lugares e a diversidade de paisagem*”. Realça ainda que o espaço se torna território, quando se fazem presentes as relações de poder entre atores, configurando-o como espaço no qual prepondera determinada regulação e coesão social.

Consequentemente, o espaço pode ser compreendido de diversas maneiras, sendo que a forma como os indivíduos se interagem com ele determina se sua concepção segue uma tendência mais materialista ou simbólica. Neste sentido, Saquet (2003, p. 21 e 23) afirma:

[...] o espaço geográfico é por nós entendido como um produto da dinâmica socioespacial, ou seja, das relações sociais que os homens mantêm entre si, com a natureza nata(meio natural, sua natureza exterior) e consigo mesmo, com sua natureza interior. Este espaço é dia-a-dia re-produzido através do trabalho e demais atividades do homem [...]. Cada momento do espaço geográfico possui especificidades subordinadas à dinâmica geral da sociedade, às peculiaridades de cada lugar e ao tempo histórico, materializando-se diferentemente no fenômeno sensível de um dado lugar.

Os autores Castro, Gomes e Corrêa (1995, p. 105) esclarecem que o território simbólico, muitas vezes, aponta para a formulação de outro conceito, o *lugar* que é visto como

[...] uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive.

Saquet (2003, p. 25) conceitua lugar e destaca que este conceito assume relevância.

O lugar está intimamente ligado ao *viver* e ao *estar* no espaço, aos laços do homem com seu habitat. O lugar é a dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária. É ponto de encontro e dispersão; é resultado e condição dos processos sociais, dos diferentes tempos [...] é um território e um espaço onde se materializa diferentes modos de vida e múltiplas territorialidades e temporalidades.

Para Milton Santos (2005), o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar pode ser considerado como sendo o *espaço do acontecer solidário*. Essa solidariedade define usos e gera valores de múltiplas naturezas, tais como: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros entre outros. O lugar é também o espaço da existência e da coexistência, apreendendo os impactos do mundo.

Referindo-se à diferenciação conceitual entre espaço e território, Raffestin (1993) considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Já no conceito de território se incorporaria à apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores.

Saquet (2003, p. 27) faz a seguinte argumentação sobre a diferenciação conceitual.

[...] espaço e território se confundem e se revelam mutuamente. Um está no outro. Ambos se efetivam pelas atividades dos homens, são sociais portanto, produzidos. [...] ambos são resultado do social interagido ao natural, prenes de relações de poder e dominação; um está no outro.

Segundo Fernandes (2006), no território estão presentes a cultura, a economia e todas as outras dimensões. Assim, o território é palco onde todas as relações sociais acontecem. Cultura, produção, trabalho, infra-estrutura, organização política, educação, entre outras, são relações sociais constituintes das dimensões territoriais, que se completam e interagem.

Portanto, o conceito de território incorpora o jogo do poder entre os atores que atuam num espaço e define uma identidade relacionada a limites geográficos. Nesse sentido, o território surge como resultado de uma ação social que, de maneira concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social (FLORES, 2006).

Para Saquet (2003, p. 24) o território é

[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. [...] Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios.

Haesbaert (2005) destaca que, em qualquer definição, território tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação. E ainda acrescenta:

É fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços (HAESBAERT, 2005, p. 6777-6778).

Discorrendo sobre a visão relacional de território em Sack (1986) e Raffestin (1980), Haesbaert (2007, p. 80 e 82) relata que

O território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder. [...] O território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, [...] de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, [...]. Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.

Saquet (2009, p. 212) ao frisar que o movimento é central na efetivação de um território e por isso a relação espaço-tempo é fundamental, tanto para sua constituição quanto para sua compreensão, destaca que o território

[...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *inteiror*(do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

Para o autor o território é integração, interação entre as dimensões sociais e entre estas e a natureza exterior ao ser humano.

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e *unidade*, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças. [...] O território é processual e relacional; processualidade e totalidade; singularidade e universalidade. [...] Enfim, o território é, além de chão, obras, formas espaciais, relações, articulações, movimento, diversidade e unidade. É produzido material e ideologicamente (SAQUET, 2009, p. 214 e 215).

Surge, então, o que denominamos de territorialidade, que é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico.

É importante destacar que os conceitos de território descritos acima são elementos fundamentais para compreender o tema tratado nessa dissertação - a imigração de diversas famílias de origem italiana para os municípios mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, e a emigração de muitos de seus descendentes para o exterior, em especial para a terra dos *nonos*, a Itália, no final do século XX e início do século XXI. Nesse contexto, a definição de território será a do poder marcado pelas relações sociais com ênfase na vertente Cultural ou Simbólica-Cultural, que é vista como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo social em relação ao seu espaço vivido. Não se esquecendo, porém, da interligação entre as outras vertentes.

Nesse novo território²², a interação e integração entre as famílias de imigrantes com os demais residentes tornaram tais lugares uma construção única e carregada de simbolismo que ainda agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. O conceito de lugar, nesse sentido, é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. Nele é que as relações ganham visibilidade e se efetivam na territorialidade, ou seja, nas estratégias sociais.

Assim, pode-se afirmar que o território construído/formado a partir da chegada de diversas famílias de imigrantes italianos, foi e é o palco onde todas as relações sociais aconteceram e acontecem, se completaram e completam e por fim interagiram e interagem. Por isso, há a historicidade do território. Nesse processo histórico de chegada/instalação/vivência do cotidiano, no decorrer dos dias, meses, anos, décadas; através das relações sociais que se estabeleceram e que se estabelecem, imprimindo marcas e deixando vestígios no tempo e no espaço; a integração e a interação entre o ser humano, as dimensões sociais e a natureza, tornaram tal espaço um território. Portanto, apropriação e dominação, processos historicamente condicionados em que as relações sociais se materializam e se reproduzem, são vividos, percebidos e compreendidos de forma distinta. Sendo assim, todo o cotidiano das diversas famílias de imigrantes italianos nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto se tornou um território apropriado e dominado com e pelas relações sociais.

2.2 Conceito de Territorialidade

Segundo Saquet (2003, p. 25), “*o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas*”. O autor afirma que a territorialidade

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado. [...] o território é resultado do processo de produção *do e no* espaço (SAQUET, 2003, p. 26).

²² Assim considerado porque é constituído a partir das relações nele estabelecidas, pois foi e é um campo onde eventos ocorrem e se sucedem (festas, missas, nascimentos, falecimentos, trabalhos, costumes, tradições, entre outros).

Nessa acepção, a territorialidade é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior das forças produtivas.

A definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em *seus* agentes sociais (SAQUET, 2009, p. 213).

Para Sack (1986), a territorialidade está intimamente vinculada a uma específica realidade social, sendo sempre construída socialmente, apresentando caráter histórico-social.

Segundo Raffestin (1993), a *“territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus “produtos”*”. Para o autor, a territorialidade resume a maneira como a sociedade satisfaz sua necessidade de poder, num determinado momento e, por meio das relações sociais. Pode ser transportada, como fazem os imigrantes, que reconstróem seu território de origem no novo espaço.

A territorialidade humana é definida como uma maneira espacial de comportamento social. É uma estratégia de um indivíduo ou de um grupo de afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e do controle de uma determinada área geográfica, entendida como território. Ao serem postas em prática as estratégias²³ territoriais, um simples lugar ou uma dada região da superfície terrestre transforma-se em território. Sendo assim, a territorialidade diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (SACK, 1986).

Raffestin (1993, p.162) ressalta que *“a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações sociais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”*. Desse modo, a territorialidade, conforme o autor destaca, pode ser definida como um conjunto de relações que se origina de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, sendo a “soma” das relações mantidas por um sujeito com o seu meio.

Diante do exposto, podemos considerar territorialidade o desenrolar das diferentes atividades e estratégias cotidianas (trabalho, lazer, religião entre outras), que se tornam expressão geográfica do exercício do poder. Portanto, são os atores sociais em dinâmica relacional. Assim, a territorialidade é cotidiana e sempre revela relações de indivíduos ou grupos sociais, ela é uma reprodução de relações sociais.

Destaca-se que, na perspectiva da migração, os migrantes reconstruíram e ainda reconstróem seu território de origem no novo espaço, mantendo, aperfeiçoando e re-

²³ São estratégias de natureza múltiplas - políticas, ideológicas, econômicas ou culturais, e podem ser colocadas em prática, tanto por indivíduos ou grupos sociais quanto por instituições formais.

modificando territórios e territorialidades, englobando comportamentos sociais e estratégias de convivência.

Compreendendo os conceitos fundamentais de Território e Territorialidade, surge a necessidade de entender os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização - os T-D-R²⁴. A compreensão destes processos, também vinculados aos conceitos de Território e Territorialidade, é de grande valia para a análise do nosso objeto de estudo.

2.3 Conceitos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

Destacando os objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo, Haesbaert (2005, p. 6778) discorre que essa é abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção, além de identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais. É, também, disciplinarização ou controle através do espaço, constituindo-se em fortalecimento da ideia de indivíduo, através de espaços também individualizados; é construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente de pessoas, mercadorias e informações).

Sobre a significação de territorializar-se, Haesbaert (2007, p. 280) menciona que:

[...] territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento. [...] A territorialização [...] engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade [...]

Em Saquet (2003), a territorialização constitui-se e é substantivada em diferentes *temporalidades e territorialidades*, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem. Marca-se também pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (redes de circulação, comunicação e máquinas, entre outras).

Territorialização não é sinônimo de imobilidade, assim como desterritorialização não é sinônimo de mobilidade. Territorialização se dá no movimento e a desterritorialização pode ser concebida através da imobilidade. O fato é que a desterritorialização não é um processo de desaparecimento do território, mas uma ótica territorializadora. O movimento, sendo

²⁴ T- Territorialização, D – Desterritorialização, R – Reterritorialização.

incorporado ao território, possibilita a desconstrução da ideia de mobilidade somente como sinônimo de desterritorialização e imobilidade de territorialização (HAESBAERT, 2007).

Saquet (2009), descrevendo sobre reterritorialização e identidade, realça que no movimento, simultaneamente à desterritorialização, ocorre a reterritorialização.

São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, “a superação dos limites, das fronteiras”, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; são concomitantes e estão articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

Discorrendo sobre os italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, Saquet (2009) ressalta que existem, conjuntamente, mobilidade de força de trabalho, desejos, anseios e sentimentos. Os migrantes são, em sua maioria, agentes sociais pobres economicamente, condicionados a migrar e ao trabalho por forças econômicas, políticas e culturais, imbricadas por elementos materiais e ideológicos, em relação mútua. Sendo assim, desde a partida até o momento de chegada ao destino, os migrantes vivem e estabelecem relações sociais, territorialidades, de diversas formas e intensidades.

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial (SAQUET, 2009, p. 216).

Para Haesbaert (2003), um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços e/ou fronteiras econômico-políticas de integração. Acrescenta, também, que os indivíduos, classes e grupos sociais incorporam sempre, embora em diferentes níveis e escalas, perspectivas desterritorializadas/desterritorializantes.

Discorrendo sobre o conceito de desterritorialização, Haesbaert (2007, p. 35) destaca que, para uns,

[...] desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.

Dessa forma, a desterritorialização nunca é total ou desvinculada dos processos de reterritorialização. A reterritorialização inclui movimentos dentro das redes globais, porém não é plena, uma vez que existem restrições para locomoção (HAESBAERT, 2007).

Saquet (2003, p. 39) destaca que simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização.

São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras [...] e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características.

Haesbaert (2007, p. 99 e 101) acrescenta que

[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas.

Nessa acepção, a formação de um território não se dá sem os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Tais processos foram observados em todo o decorrer da chegada, instalação e vivência do cotidiano, a partir do início do século XX, considerando a trajetória das famílias de imigrantes italianos nas localidades em estudo. Com os descendentes emigrantes, a partir do final do século XX, não foi e não é diferente. No exterior, eles passam por todos os processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização.

A territorialização, neste estudo, é definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Desse modo, os processos T-D-R são interligados.

Os migrantes²⁵ estabeleceram e estabelecem relações sociais desde a partida até a chegada ao destino. Na desterritorialização perderam e perdem, em parte, os aspectos e elementos da vida cotidiana. Tentaram e tentam reproduzir, da melhor maneira, as relações sociais, as identidades, as tradições e os costumes no novo território, com permanências e mudanças; na reterritorialização reorganizam suas vidas. Os processos de desterritorialização-

²⁵ No caso do presente estudo, estamos considerando tanto as famílias italianas que chegaram a esse território, como os seus descendentes que partiram e partem para o exterior.

reterritorialização tornam-se intimamente ligados na dinâmica socioespacial e fundamentais, para se compreender as práticas humanas.

Destaca-se que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, haverá também um movimento de reterritorialização, podendo-se afirmar que eles são concomitantes. Segundo Deleuze e Guattari (2009, p. 69), *“temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares e que sempre é relativa, tendo, em reverso, uma complementaridade na reterritorialização”*.

Seguindo esse pensamento, Haesbaert (2007) destaca que a vida é um constante movimento de desterritorialização e de reterritorialização, sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Trata-se de uma desterritorialização/reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado.

O conceito de território como espaço concreto construído a partir das relações sociais e de atributos naturais, ocupado por um grupo social traz os elementos para a construção da história de um lugar. Os valores e a ideologia das pessoas que o constroem e que dele participam, produzem características singulares e determinantes nesse espaço, resultando na constituição de sua história e diferenciando-a de outras relativas a outros “lugares” (CASTRO, GOMES e CORRÊA, 1995).

Para a compreensão do Território, é essencial trabalhar os conceitos descritos anteriormente, em relação ao fenômeno migratório italiano para o Brasil, no final do século XIX e início do século XX; e atualmente, com a inversão do percurso – descendentes que emigram para o exterior. O território – espaço vivido pelos imigrantes e descendentes, será apreendido por eles, a partir de sua relação com o mesmo.

Compreendendo a apropriação e dominação do território formado a partir da chegada das diversas famílias de origem italiana, no início do século XX, às terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto, é possível afirmar que tais áreas geográficas em muito se modificaram no que diz respeito às questões econômicas, culturais, ambientais e políticas. A introdução de costumes, tradições, valores, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das numerosas famílias fez com que elas fossem vistas de maneira diferenciada, mesmo diante da chegada de outras nacionalidades estrangeiras além da brasileira a essas localidades.

No decorrer dos processos de T-D-R das diferentes nacionalidades, os imigrantes italianos e descendentes se destacaram, fazendo-se presentes em todos os aspectos sociais da

experiência humana. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação e vivência.

2.4 Conceito de Memória e a contribuição da História Oral

Para compreender o território em estudo e os dois fenômenos de imigração e emigração, trabalhamos com a memória dos descendentes de imigrantes italianos. Destacamos que através dessas memórias percorremos o caminho dos primeiros imigrantes que chegaram ao território geográfico, desterritorializaram e reterritorializaram. As narrativas efetuadas por meio da metodologia da História Oral²⁶ foram de crucial importância, e por essa razão é fundamental estabelecer alguns conceitos básicos de Memória.

Através da fala, dos gestos e das emoções, a metodologia da História Oral permite apreender questões relativas à motivação, à permanência no local ou país de acolhimento, além de registrar práticas, costumes, identidades e tradições referentes à origem (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Ao se analisarem os processos de adaptação e de integração, a História Oral tem muito a contribuir para a compreensão do movimento de chegada dos imigrantes italianos e seus descendentes e sua inserção no novo território, pois trabalha com depoimentos, testemunhos, traumas, verbalização, memória e re-significação do passado e das experiências de vida (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

A narrativa, aqui, pode ser compreendida como um momento de elaboração da experiência do deslocamento/desenraizamento através da fala: um recurso simples, comum e democrático. Esse processo de elaboração permite a percepção de diversas necessidades. Em muitos casos pode ser um percurso elaborativo relacionado a uma experiência traumática que, em maior ou menor grau, sempre se encontra presente num processo migratório. Ao mesmo tempo, pode recuperar a própria história do narrador (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

²⁶ Esta é uma metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX e consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Ressaltamos que a fonte oral, além de coletada, deve ser interpretada e analisada cuidadosamente e que, em função de sua natureza diversificada e estreitamente vinculada ao cotidiano, favorece uma pesquisa com espaço para falas de sujeitos, em geral, anônimos (SILVEIRA, 2007, p. 03).

Sendo assim, a convergência da memória e da narrativa contribui para que venham à tona os complexos processos de desterritorialização e de reterritorialização. As narrativas oriundas de seus atores constroem uma memória e essa memória sofre processos de subjetivação. Em outras palavras, quem narra reconfigura os eventos e os redimensiona no tempo e no espaço (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Considera-se, então, que a memória se traduz num esforço que recupera a história vivida como experiência humana de uma dada temporalidade. É possível vislumbrarmos que essa percepção pode distanciar-se da história compreendida como campo de produção de conhecimento, espaço de problematização e de crítica. Contudo, é inegável o enriquecimento obtido com essa aproximação entre a história vivida e a história, campo de conhecimento (PINTO, 1998).

A memória é um dado que proporciona diferentes cruzamentos: entre passado, presente e futuro; entre o tempo e o espaço; entre o monumento e o documento; entre o material e o simbólico; entre identidades e projetos. Dessa forma, segundo Neves (1998, p. 218), a memória pode ser apropriada como crucial porque nela

[...] se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção [...]; história e ficção; revelação e ocultação.

Em suas operações com o tempo, a memória ultrapassa o tempo individual e torna-se um eficaz instrumento para o registro do

[...] cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo [...], memórias individuais e coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico (DELGADO, 2005, p. 19).

Segundo Claval (2001, p. 40 a 43), no percurso que significa o espaço e o transforma em território, a memória torna-se uma importante chave de leitura, uma vez que favorece o acesso à subjetividade que permeia os sentidos da experiência humana em sua relação com o ambiente; assim como nos permite uma aproximação das percepções, perspectivas e afetividades que envolvem grupos, indivíduos e a maneira pela qual eles constituem suas identidades e seus territórios.

Pinto (1998) menciona que, pela memória, constituímos nosso passado. Através dela recoletamos cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentado um dado passado.

Para Pollak (1989), são elementos da memória os acontecimentos, personagens e lugares. Esses elementos que constituem a memória dos sujeitos podem envolver situações das quais eles participaram diretamente ou que participaram por tabela, mas que foram incorporados como parte de sua memória. Por isso podem dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Assim, os sujeitos reconstróem suas narrativas selecionando, recortando, reconstruindo suas memórias em função das questões que lhes são colocadas no presente.

Segundo Peralta (2007, p. 07), todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo, e essa memória é indissociável na manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais.

Concluindo sobre o conceito de memória, recorremos a Delgado (2005, p.18) que faz a seguinte afirmação: “*a memória define relevância a tudo que evoca o que passou, garantindo sua permanência reatualizada, ou mesmo ressignificada no presente*”. Sendo assim, a memória contribui para a consolidação de discursos e escolhas de valores, crenças e práticas que perdurarão em uma comunidade.

Como destaca Saquet (2003), nem todos os lugares tiveram ou têm o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico e territorial, mas eles estão, de uma maneira ou de outra, interligados, articulados por forças econômicas, políticas e culturais. O autor enfatiza ainda o importante papel da Geografia Histórica no fortalecimento cada vez maior da necessidade de se conhecer o passado, o processo de constituição dos lugares, as modificações e as permanências, para se compreender o presente e pensar o futuro.

Little (2002) afirma que se um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, isso implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Portanto, necessita-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado, para se analisar o território de qualquer grupo social.

Pode-se considerar que o território é um espaço apropriado por atores, sendo definido e delimitado pelas relações de poder, e a partir delas em suas múltiplas dimensões. Assim, cada território, como afirma Raffestin (1993), é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sociais sobre determinado espaço. Ao apresentar nossas leituras e nossas análises acerca dos conceitos de Território e Territorialidade, buscamos mostrar o caminho teórico que percorremos para a construção do nosso objeto de pesquisa.

Destacamos que foi fundamental trabalhar a memória por meio da coleta dos relatos das experiências do cotidiano e da vida dos descendentes de imigrantes italianos, nos municípios

mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto. Através da memória desses sujeitos sociais em estudo, foi possível compreender as motivações, costumes, práticas, identidades, tradições referentes à origem, além da adaptação e integração no país de acolhimento, as permanências/continuidades, as mudanças/descontinuidades.

A importância da metodologia da História Oral se deu efetivamente neste estudo porque trabalha com depoimentos, testemunhos, memória e re-significação do passado e das experiências de vida. Tudo isso teve suma importância e muito contribuiu para a compreensão do território apropriado/formado, a partir da chegada de diversas famílias de imigrantes italianos.

Nesse sentido, a memória se resume num esforço que recupera a história vivida como experiência humana, pois nela há o cruzamento entre passado, presente e futuro, entre tempo e espaço, entre o material e o simbólico. Sendo assim, se entrecruzam o pessoal e o coletivo – o sujeito e a sociedade. A memória pode ser então definida como o registro do cotidiano, das relações e das tradições, além de ser uma chave de leitura da experiência humana, permitindo a compreensão da maneira pela qual os atores sociais constituem identidades, seus territórios e territorialidades. Por fim, o desenvolvimento de uma memória é indissociável na manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar e distinguir um grupo social dos demais, nesse caso, o grupo das famílias descendentes de imigrantes italianos em Itueta e Santa Rita do Itueto nas Minas Gerais.

No próximo capítulo apresentaremos um breve histórico sobre a imigração no Brasil, nos séculos XIX e XX, com ênfase na imigração italiana, sua procedência regional, o perfil dos imigrantes e a presença desses nas regiões Sul e Sudeste.

III – IMIGRAÇÃO NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX

3.1 A chegada dos primeiros imigrantes nos séculos XIX e XX

Como mobilidade populacional, o fenômeno migratório não é um fenômeno recente. Os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações internas e internacionais se constituem num elemento essencial, para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais.

Sobre a mobilidade espacial da população, Brito (1995, p. 53) enfatiza que

[...] Cada país tem a sua própria história e, portanto, processos específicos de desenvolvimento, urbanização e mobilidade espacial da população. Entretanto, não houve economia e sociedade que se desenvolvessem sem que houvesse uma intensa mobilidade espacial da população [...]. A história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através das suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos [...]. O chamado Novo Mundo – os países das Américas - tem a sua formação fortemente marcada pelas migrações internacionais [...]

O Brasil, desde o século XVI, se estabeleceu como um importante cenário onde se processou de forma intensa o fenômeno das migrações internacionais e os deslocamentos populacionais ocorridos, posteriormente, em grande escala, dadas as necessidades de mão-de-obra e da ocupação territorial (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001). Foi por meio desse amplo fenômeno que se formaram a população e a cultura brasileira.

No processo de colonização, visando à apropriação militar e econômica da terra, os portugueses tiveram destaque e exerceram sua territorialidade com mais vigor que outros grupos que se encontravam no novo território do Império português de além-mar. A história da imigração no Brasil inicia-se com esses europeus.

Saquet (2003, p. 40), sobre o processo de imigração e colonização no Brasil, destaca que esse

[...] ocorreu inicialmente com a vinda dos portugueses. Mas é a partir do início do século XIX que a imigração de europeus no Brasil aconteceu de forma mais sistematizada, com a abertura dos portos. Antes do século XIX, a colonização tinha objetivos políticos e militares explícitos, a fim de ocupar estrategicamente áreas de disputas entre portugueses e espanhóis.

O início da produção agrícola em grande escala no Brasil deu origem à imigração forçada dos africanos. Com o tráfico negreiro, cerca de três milhões de africanos foram introduzidos no país no período entre 1550 e 1850. Essa migração esteve presente no

desenvolvimento econômico brasileiro, tanto na agricultura praticada no período quanto na mineração do ouro, diamantes e outras pedras preciosas. Os africanos eram a força que movia as lavouras e as minas (CAMARGO, 1981).

Devido a pressões internacionais, principalmente por parte da Inglaterra, o tráfico negreiro, que supria as necessidades de mão-de-obra no Brasil com a importação de escravos da África, foi proibido a partir de 1850. Como consequência, houve a diminuição gradativa da mão-de-obra disponível nas regiões em que se expandia a cultura do café. Além disso, uma grande parte do território geográfico brasileiro, em especial os atuais Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo ainda estavam inexplorados e o país, além de necessitar de mão-de-obra para o trabalho na lavoura cafeeira, necessitava também de pessoas para povoar essas terras.

Sobre o assunto, Saquet (2003, p. 44 e 45) descreve:

No processo de imigração e colonização, um fator central foi o fim do regime escravocrata na formação do mercado interno brasileiro. A extinção do tráfico negreiro para o Brasil ocorreu no processo de expansão capitalista, no nível internacional, por pressões inglesas, pois o escravo não tinha poder aquisitivo. As relações produtivas vigentes no Brasil, oficialmente até 1888, dificultavam o expansionismo inglês. Por isso, na articulação incessante que existia entre o capitalismo no nível internacional e a economia de mercado interno, havia a necessidade de abolição do trabalho escravo. Concomitantemente, acontecia o incremento da cultura cafeeira. Por isso, a classe hegemônica cafeeicultora precisava de força de trabalho para substituir os escravos. Também, era necessário ocupar de forma definitiva as terras [...]

Patarra e Baeninger (1995, p. 79) também fazem referência a essa situação.

[...] a passagem de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista exigiu a presença de contingente migratório que fosse capaz de suprir a necessidade de mão-de-obra para a lavoura. Desse modo, passou-se de um tipo de movimento migratório, ou seja, a imigração africana forçada, característico de determinada etapa do desenvolvimento econômico [...] para a migração da força-de-trabalho livre e de origem européia [...]

Segundo Seyferth (2000), a política imigratória²⁷, no Brasil, voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando foi assinado por D. João VI um decreto que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias²⁸.

²⁷ Entende-se por política migratória toda política que, de forma direta e explícita, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de população (VAINER, 2000).

²⁸ O regime de Sesmarias foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. No Brasil, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar, com algumas adaptações. É na distribuição das terras que está a origem do sistema, ou seja, uma política de povoamento estendida nas colônias portuguesas. Sua principal função era estimular a produção. O proprietário deveria, como principal dever fertilizar a terra para a produção (SEYFERTH, 2000 e SAQUET, 2003).

Segundo Seyferth (2000), o projeto imigrantista de colonização²⁹ era baseado na pequena propriedade familiar. A autora destaca que a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, abriu espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro. O investimento colonizador, em especial no Sul do país, tinha como finalidade ocupar terras devolutas, objetivando a ocupação do território num sistema que privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar. Seyferth (2000, p. 309) ainda afirma que *“tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar”*.

Segundo Brito (2004, p. 12),

A Lei de Terras³⁰, a abolição gradual da escravidão e as migrações, interna e internacional, são dimensões de um mesmo processo: a transição para o trabalho assalariado no Brasil com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente as do café. A estratégia do governo imperial nesse processo, devido à grande disponibilidade de terras, foi restringir ao máximo o acesso à propriedade, garantindo assim os interesses oligárquicos.

Vainer (2000) realça que o Estado brasileiro conseguiu conduzir a transição ao trabalho livre através de uma dispendiosa, sistemática e complexa intervenção que envolvia propaganda, recrutamento, embarque, acolhida e distribuição de imigrantes.

Na segunda metade do século XIX, inicia-se em grande escala a imigração européia, principalmente a italiana. As Províncias³¹ onde se situavam as grandes lavouras de café passaram a financiar a imigração da força de trabalho.

Discorrendo sobre os motivos da imigração internacional do século XIX e início do século XX no Brasil, Bassanezi (1995, p. 03) argumenta que

Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não-portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultora, atraiu primeiro os alemães e depois italianos e outros estrangeiros para o sul do país, de modo especial, além de outros lugares. Este processo tomou impulso na segunda metade do século XIX, prolongando-se até o século XX.

²⁹ O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (DADALTO, 2009).

³⁰ A Lei de Terras foi aprovada em 1850. Nela, proibia-se a abertura de novas posses e restringia-se o acesso às terras devolutas, a não ser pela compra. Estas se transformaram, segundo a lei, em monopólio do Estado Imperial e, no período republicano, em monopólio dos Estados (BRITO, 2004). Esta lei aboliu o sistema de sesmarias e também estabeleceu novas normas para a aquisição de terras no Brasil. A partir de 1850, terras só poderiam ser adquiridas por compra (BASSANEZI, 1995).

³¹ Destaco que até 1889 o regime governamental do Brasil era a Monarquia, assim, os atuais Estados brasileiros eram tidos como Províncias, com divisões diferentes das atuais. Somente a partir do regime republicano é que se pode falar Estado. A grande imigração iniciou-se ainda no período imperial e continuou nos primeiros anos da República.

Analisando os estudos históricos sobre a imigração no Brasil, Santos realça que

[...] a grande imigração transatlântica trouxe para as Américas milhares de europeus de origem camponesa. Seguiriam essa que ficou conhecida como a grande imigração, várias levas de imigrantes [...]. O Brasil recebeu perto de cinco milhões de imigrantes entre 1819 e fins da década de 1940. Os três principais contingentes foram os italianos, portugueses e espanhóis, grupos que se somados totalizam mais de dois terços do total, seguidos pelos alemães e japoneses (SANTOS, 2010, p. 99).

Segundo Klein (2000), o ritmo da migração europeia se intensificou durante o final do século XIX e atingiu seu auge no início do século XX. Cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram ao Novo Continente entre os anos de 1881 e 1915. Eram os Estados Unidos o principal país de recepção, seguido da Argentina e do Brasil.

3.2 A imigração Italiana no Brasil

É possível perceber que a imigração europeia significou muito para o Brasil, em termos de crescimento demográfico, desenvolvimento econômico, agrícola, industrial, cultural, artístico e sindical. Segundo Boni (1990), a presença italiana foi particularmente relevante, teve características próprias e é possível notar que os imigrantes italianos não ficaram à parte da sociedade, eles se integraram a ela. Isso é confirmado por Alvim (2000, p. 383), pois segundo ele

Diferentemente de outras correntes imigratórias que se dirigiram para o Brasil, o grupo italiano, para a maioria de seus habitantes, chega quase a ser considerado “o imigrante”, tais as marcas deixadas por essa nacionalidade na cultura brasileira [...]. De todos os grupos que se dirigiram para o País entre 1870 a 1920, os italianos com cerca de 1,4 milhões de indivíduos representavam 42% do total de imigrantes [...] a entrada maciça de italianos coincide com o período em que o governo brasileiro não poupou esforços para atrair mão-de-obra para o país.

O movimento de migração em massa na Itália iniciou-se por volta da década de 1860, quando os italianos se mudavam para outros países europeus. Uma década depois, eles começaram a migrar para o continente Americano - principalmente para os Estados Unidos da América, Argentina e Brasil. Segundo Trento (1989, p.18),

Será a partir dos anos 70 que a emigração italiana para o Brasil começará a assumir um aspecto mais preciso e dimensões apreciáveis, e, até, a transformar-se em fenômeno de massa entre 1887 e 1902. O Brasil colocava-se, assim, em 3º lugar no fluxo incessante da emigração italiana entre os anos 1880 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos e a Argentina.

Os italianos que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, da Lombardia, da Toscana, do Trentino e de outras regiões da Itália junto com suas lembranças e suas raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras. Nas malas apenas o essencial. Pela frente, longos dias de mar e céu, o imenso Atlântico, e a esperança de reconstrução da vida num novo território.

Fausto (1991) realça que a imigração internacional é um processo social que envolve grandes deslocamentos e, para uma melhor compreensão, é preciso analisar um quadro social que envolva as “áreas expulsoras” e “áreas receptoras”. Para exemplificar, o autor recorreu às obras de Trento (1984, 1989) que procurou explorar tanto a realidade social de regiões da Itália como do Brasil ao longo do período da imigração em massa. É possível perceber que Trento se espelhou, como outros autores que estudam sobre o fenômeno migratório, na teoria da migração internacional que tem como foco os fatores de expulsão e atração (*push* e *pull*), conceitos criados por Lee (1980).

Lee (1980) aponta que o fenômeno migratório sempre implicará a existência de um lugar de origem e um lugar de destino, além de uma série de obstáculos que deverão ser vencidos pelo migrante. Tanto no local de origem quanto no de destino existirão diversos fatores que irão atuar no sentido de atrair as pessoas (fatores de *pull*) ou de expulsá-las (fatores de *push*), além de fatores neutros. O indivíduo somente migrará, se o saldo a favor da migração for bastante positivo, caso contrário, segundo o autor, haveria uma inércia natural que o levaria a permanecer no local onde se encontra. Lee (1980) destaca ainda que os contatos pessoais e os sistemas de informação, aos quais o migrante tem acesso, serão de essencial valor na decisão de migrar - deixar sua terra natal e partir rumo a uma nova terra.

Massey et al (2000) têm demonstrado, através de estudos, que o fenômeno da migração internacional pode ser também explicado no estabelecimento de redes sociais. Segundo esses autores, as redes são formadas pelos primeiros migrantes que se fixam em determinados lugares e mantêm estreitas relações com a origem. As redes de migrantes são conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes. Portanto, a teoria das redes compreende o fenômeno da migração internacional, a partir de um conjunto de conexões estabelecidas pelas relações sociais tanto na origem quanto no destino.

Em seus estudos, Tilly (1990) demonstra a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes sociais. Assim, as redes sociais emergem em decorrência do próprio desenvolvimento do processo migratório e das conexões que passam a ser estabelecidas.

Boyd (1989) destaca o papel que a família, amigos e origem comum desempenham no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. Segundo o autor, esses fatores é que sustentam as redes migratórias.

A importância das redes na configuração, manutenção dos fluxos migratórios e circulação de informação, é destacada por Siqueira (2009, p. 46)

[...] as redes fornecem informações, indicam meios que auxiliam o processo de migração e atenuam as dificuldades no país de destino. A migração internacional pressupõe ir ao encontro de uma sociedade, geralmente com língua, costumes e valores diferentes. Significa um empreendimento de muitos riscos. Riscos estes que são amenizados por intermédio das redes sociais. Além de facilitadoras na concretização do projeto de migrar, as redes dão novas configurações ao meio no qual se estabelecem. Junto com os projetos pessoais ou coletivos o imigrante leva também sua identidade étnica, suas relações de parentesco, suas identidades de gênero, enfim, um *background* cultural que vai consigo. Seus valores e costumes dão nova configuração à sociedade de destino.

Analisar os fluxos migratórios requer a análise dos motivos para tal movimentação. Por um lado, o Brasil, na perspectiva de país receptor, vivia a expansão do capitalismo e necessitava de mão-de-obra para trabalhar na cafeicultura paulista, nas obras de infraestrutura urbana e construção de estradas, e para promover a ocupação de áreas despovoadas. Além disso, ainda havia fatores ideológicos que privilegiavam o contingente branco, europeu de preferência³². Por outro, as grandes migrações transoceânicas a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, estiveram inseridas em um contexto de transformações sócio-demográficas da população europeia e em mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, não só no continente europeu, como também em outras regiões do mundo (BASSANEZI, 1995).

Descrivendo sobre os fatores do ato migratório, Lee (1980) destaca que em qualquer área existem diversos fatores que atuam no sentido de reter as pessoas, e outros fatores que tendem a expulsá-las.

³² Segundo Oliveira (2002), os estudos sobre o “branqueamento” da população brasileira cresceram para que, assim, o país pudesse se destacar entre as nações civilizadas do mundo. O branqueamento da população brasileira seria alcançado com a vinda de mais brancos, ou seja, dos imigrantes. “[...] O mestiço original poderia ser melhorado, caso se introduzissem mais brancos à mistura original. A seleção de imigrantes obedeceu principalmente à demanda do branqueamento. A possibilidade de miscigenação e a disponibilidade à assimilação são variáveis fundamentais na definição de quais imigrantes são desejáveis. O imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação” (OLIVEIRA, 2002, p. 10).

Discorrendo sobre os fatores de expulsão, Klein (2000) destaca que a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas, suas comunidades e nem sua terra. A maioria escolheria permanecer no local de origem. Para esse autor as condições econômicas constituem o principal fator de expulsão. Portanto, a combinação de três fatores dominantes contribuiu na decisão de muitos europeus em migrarem para a América, sendo eles: a dificuldade de acesso à terra; as oscilações na produtividade das propriedades; e, por fim, a alta taxa de fecundidade, que fazia com que as famílias fossem numerosas.

Klein (2000) realça ainda que o fator demográfico influenciou essas migrações, pois as taxas de mortalidade mantiveram-se estáveis, durante décadas, até que começaram a cair lenta, mas progressivamente. Durante o mesmo período, as altas taxas de fecundidade persistiram, o que levou ao crescimento da população e pressionou o setor agrícola de cada país europeu. Começaram então a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção para atender as crescentes demandas alimentares. Isso provocou a perda, para muitos camponeses, de seus direitos à terra. O aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia levaram a uma menor necessidade de mão-de-obra. A Itália no momento da grande migração para o continente americano vivenciava conflitos relacionados à unificação do território, à modernidade e à modernização que estavam transformando toda a sociedade.

Em relação aos fatores de atração, Klein (2000) ressalta que a América vivia uma situação oposta à do continente europeu em termos de terra-trabalho. No primeiro a terra era abundante e estava disponível. No segundo a terra era cara e a mão-de-obra barata. A melhor explicação para a vinda dos imigrantes europeus estaria, segundo o autor, na questão demográfica e na possibilidade de obter terra. Com uma menor densidade populacional na América, a possibilidade de obter terra era grande para os imigrantes. Com a terra a preço acessível, se comparado com os padrões europeus, era enorme a possibilidade de trabalhadores imigrantes conseguirem obter suas terras.

Segundo Dadalto (2009, p. 12),

Ao emigrar, os italianos deixavam um país recém unificado e pobre, destituído de uma identidade nacional legitimada por um Estado Nacional; eram, portanto, vênnetos, sicilianos, calabreses, trentinos entre outros. A contextura de fragilidade, de mudanças e de pobreza vivenciada ganhara tal proporção, que a perspectiva de deixar seu país de origem e tudo o que significava este distanciamento perdia relevância frente à possibilidade de realizar uma nova vida na América. Nesse contexto, as consequências físicas e emocionais eram sublimadas.

Para Busatto (1990), os italianos deixavam a própria terra por não terem esperança e por não projetarem um futuro promissor na origem, o autor salienta:

Quem deixa a pátria onde nasceu por causa da pobreza, da fome, das guerras e da miséria coletiva é porque foge do inferno, e procura encontrar o paraíso noutro lugar. [...] Os italianos viviam uma realidade histórica crucial em que o inferno era a Itália, o paraíso era a América (BUSATO, 1990, p. 242).

Portanto, diversas foram as razões para que os italianos deixassem sua terra natal, entre elas a situação em que se encontrava o país, depois de um longo período de lutas pela Unificação. Com o fim dessas guerras, a economia da Itália estava debilitada, além dos problemas de alta taxa demográfica e desemprego. Sua população rural estava empobrecida e tendo dificuldades de sobreviver, seja nas pequenas propriedades que possuíam, seja através do trabalho em outras propriedades.

Outro fator importante, que fez com que os imigrantes italianos se direcionassem em maior escala para o Brasil, foi a criação de barreiras imigratórias pelo maior receptor de imigrantes – Estados Unidos da América, dificultando a entrada de imigrantes europeus no país. A crise vivida na Itália e a idéia de que o Novo Mundo poderia proporcionar uma vida melhor motivaram muitos a aventurar-se nas Américas (BONI, 1990).

Para Dadalto (2009) o contexto da Itália, nos anos de 1870, era o de decisão para um grande número de italianos: ficar no país ou partir para salvar-se, apesar dos riscos e da precariedade. No sonho coletivo, a possibilidade de partir, de fundar uma nova vida, era uma tentativa de estabelecer uma continuidade em outro continente, de ter algo sólido em que se apoiar no futuro.

Descrevendo esses acontecimentos que impulsionaram os italianos a emigrarem para o Brasil, Trento (1989, p. 30) afirma que foi “*a miséria a verdadeira causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial*”. Assim, a imigração era uma questão de sobrevivência para as famílias italianas. A depressão agrícola que provocou a falta de alimentos também contribuiu para a falta de dinheiro e o aumento dos impostos, tornando a opção pela imigração mais atraente que continuar na terra natal.

Discorrendo sobre a “Itália Expulsora”, Alvim (2000) menciona que a transição do sistema de produção feudal para o início da produção nos modelos capitalistas seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram, o que diferenciou foi a época em que cada um viveu tal transição. Também destacou os pilares dessa transição tais como: a concentração da terra nas mãos de poucos agricultores, as altas taxas de impostos sobre a terra, a oferta pela grande propriedade e pela produção a preços inferiores no mercado, com a conseqüente eliminação da concorrência do pequeno camponês e, por fim, a transformação desse em mão-de-obra para a nascente indústria. A autora realçou que “*à medida em que se implantava esse processo, foi liberando um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia de países*

como a Itália e a Alemanha, por exemplo, não tinha condições de absorver” (ALVIM, 2000, p. 385).

Descrevendo o panorama histórico sobre a imigração internacional no Brasil, Bassanezi (1995, p. 20), referindo-se a imigração italiana, realça:

Na Itália, a mobilidade geográfica intensa, desde vários séculos, foi sempre uma ferramenta usada pela população, dentro do contexto da vida familiar, para a melhoria do padrão profissional e econômico do indivíduo. Assim, a fase de intensa emigração do final do século XIX e início do século XX pode ser vista como parte de um quadro que começou a ser delineado anteriormente, como um comportamento habitual adotado pela população. Por outro lado, este movimento mostrou-se diferente devido às mudanças no plano político e à combinação de circunstâncias que dizem respeito à evolução das diferentes regiões e mudanças no cenário internacional.

Uma característica da Península Itálica, destacada por Alvim (2000), diz respeito às condições naturais difíceis, pois com áreas de montanha e colina de cultivo penoso e regiões de planície boas para a cultura, mas de extensão reduzida, transformou-se a Península numa propícia terra para a emigração de seus filhos. Aliado a essa característica, existia também

[...] um crescimento demográfico sem precedentes, como o ocorrido no século XIX – que aumentou a população da Europa em duas vezes e meia -, ao avanço da tecnologia que fez com que tarefas antes executadas pelo homem pudessem ser realizadas por máquinas, além da melhoria sem precedentes dos transportes, colocou a disposição do mercado verdadeiras hordas de camponeses sem terra e desocupados [...]. A emigração italiana constituiu, assim, um fenômeno essencial de equilíbrio socioeconômico (ALVIM, 2000, p. 386).

O fenômeno migratório, segundo Sayad (2000), está sempre associado a uma necessidade/ausência: *o trabalho*. E é pela ausência dele que diversas pessoas abandonam o espaço físico no qual está construído seu sentido de ser e de pertencer ao mundo. Necessidade essa que se transforma em utopia de uma possibilidade geradora de mobilidade social a ser adquirida em outro lugar. É o trabalho, ou sua necessidade/ausência, que está na origem do movimento migratório transoceânico a partir da segunda metade do século XIX.

Para Sayad (1998, p. 109) “*é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença*”. Trabalhar é a única razão de existir na imigração.

O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente (SAYAD, 2000, p. 21).

Discorrendo sobre os atributos civilizatórios do imigrante italiano, Colbari (1997) destaca que o espírito de iniciativa, a ética do trabalho, o domínio das técnicas de produção e

o respeito às leis eram considerados funcionais tanto para as intenções de constituição do mercado de trabalho livre para a cultura cafeeira, quanto para garantir o sucesso dos núcleos coloniais instalados nas áreas destinadas ao povoamento. Por isso, segundo a autora, houve preferência pelo trabalhador italiano.

A impossibilidade, para muitos camponeses, de conseguirem ascensão social, impulsionou diversas famílias a atravessar o oceano. É possível observar, a partir de apenas uma estrofe e o refrão do canto popular dos emigrados vênets, “Mérica-Mérica³³”, que os imigrantes italianos, a partir do canto em procissão rumo ao navio, não tinham noção do que seria a América, porém imaginavam-na como um paraíso onde construiriam uma nova vida.

Original em dialeto vêneto

Dalla Italia noi siamo partiti
 Siamo partiti col nostro onore
 Trentasei giorni di macchina e vapore,
 e nella Merica noi siamo arriva'.
Merica, Merica, Merica,
Cossa saràlo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica,
Um bel mazzolino di fior.

Tradução em português

Da Italia nos partimos
 Partimos com nossa honra
 Trinta e seis dias de máquina e vapor,
 E na América chegamos.
América, América, América,
O que será esta América?
América, América, América,
Um belo ramallete de flores.

Esse canto, de autoria de Ângelo Giusti, composto no ano de 1875 e instituído, em 2005, como hino oficial da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, descreve as condições de partida, a longa viagem e a expectativa em relação ao que encontrariam. “O belo ramallete de flores”, em linguagem figurada, indicava toda a esperança de encontrar um lugar que representaria o oposto do que deixavam para trás, levando apenas a honra. A palavra “América” se traduzia em uma delicada metáfora que incorporava a esperança e o desejo de dias melhores (GROSSELLI, 2008).

Para Dadalto (2009), *Fazer a América*³⁴ era um projeto de transformação fundado em condições de miséria, marcado pela fome e pela falta de trabalho, propulsionado pelo sonho e objetivado na possibilidade de trabalho e aquisição do próprio pedaço de terra no Brasil.

³³ <http://italiasempre.com/verpor/merica-merica2.htm>. Acesso em 26/02/ 2013.

³⁴ Era o lema de quase todos os imigrantes que cruzaram o Oceano Atlântico na segunda metade do século XIX e início do século XX. O termo era utilizado para expressar uma possibilidade de melhorar a condição de vida dos cidadãos europeus (DADALTO, 2009). Este termo é caracterizado na segunda metade do século XIX para designar o continente americano. Distinguindo dos emigrantes brasileiros no final do século XX que utilizam este termo para expressar o desejo de ser bem sucedido nos Estados Unidos da América.

Visualizavam na América a terra, o trabalho e a fortuna que a Itália não tinha condições de oferecer. Nesse sonho, os imigrantes italianos embarcaram³⁵ rumo ao Brasil em busca de trabalho e da realização de se tornarem donos de seu próprio pedaço de terra. Partiram com destino ao Brasil, incertos do desconhecido, mas certos de seus objetivos, entoando os versos “*Merica, Mérica, Merica, um bel mazzolino di fior*”.

Como descrito anteriormente, a imigração italiana para o Brasil atendia aos interesses econômicos e políticos tanto da Itália como do Brasil. A princípio, foi uma imigração agenciada, pois a ideia era divulgada através de propagandas oficiais. A gravura a seguir é uma propaganda que objetivava promover e difundir a imigração italiana para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Nela, se lê a frase escrita em italiano: “*Venham construir os seus sonhos com a família. Um país de oportunidade. Clima tropical e abundância. Riquezas minerais. No Brasil vocês poderão ter o seu castelo. O governo dá terras e utensílios a todos*”.



Figura 02: Propaganda sobre a Imigração para o Brasil.

Fonte: Disponível em: www.brasilmaitalia.net. Acesso em 22/02/2011.

³⁵ Em geral, os imigrantes italianos que se destinavam ao Brasil se dirigiam ao porto de Gênova. Os que tinham como destino os Estados Unidos da América, em geral, se dirigiam para o porto de Nápoles (DADALTO, 2009, p. 36). Embarcam rumo ao desconhecido destino do além-mar e transportam além das bagagens essenciais, suas tradições, ideologias, atitudes, fé religiosa, contos folclóricos, valores, sentimentos, amores, ódios e saudades.

Perseguindo esse sonho divulgado em prosa, versos e propagandas oficiais, muitos italianos, que viviam a penúria de tempos difíceis na Itália, buscaram garantir a sua sobrevivência e de suas famílias embarcando nos navios que partiam, principalmente, do porto de Gênova para o Brasil. Quem eram esses italianos? De que região vinham? Veremos isso no próximo item.

3.3 A Procedência Regional e Perfil dos imigrantes italianos.

No período da grande imigração transoceânica, a Península Itálica ainda estava se reconfigurando como um país unificado. Assim, os seus emigrantes se identificavam muito mais por suas regiões de nascimento - eles se consideravam muito mais vênnetos, lombardos, toscanos, trentinos, sicilianos, entre outros, do que italianos. Por isso, será destacado o perfil e a origem regional dos imigrantes que tiveram como destino o Brasil.

Alvim (2000, p. 396) afirma que *“vênnetos, calabreses, lombardos ou sicilianos se identificavam muito mais pelas diferenças regionais de que eram portadores do que como italianos”*. Petrone (1990) também menciona que a massa de imigrantes italianos chegou ao Brasil num período pouco posterior à Unificação política da Península. E acrescenta ainda que

[...] na maioria dos casos tratava-se de gente fortemente identificada com sua região de origem, gente para a qual *italianidade* era alguma coisa muito distante. Tal fato foi, sem dúvida, mais significativo justamente no seio dos contingentes mais pobres, evidentemente numericamente dominantes. Para essa gente o dialeto constituía importantíssimo elemento de sua identidade cultural [...] (PETRONE, 1990, p. 607).

As distintas origens estão presentes no dialeto que cada grupo trazia. Sobre isso Mioranza (1990, p. 597) realça:

[...] a antiga imigração italiana era predominantemente do norte da Itália, os dialetos falados hoje no Brasil são necessariamente os mesmos falados nessa área da Itália. Considerando-se que os imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Espírito Santo provinham na sua quase totalidade das regiões da Lombardia, do Trentino-Alto Ádige, Friuli-Venécia Júlia e Vêneto, temos que os dialetos italianos falados no Brasil são tipo lombardo, trentino, friulano e vênneto.

Confirmando que a origem dos italianos que chegaram ao Brasil era principalmente da região do Vêneto³⁶, Alvim (2000) assinala que foi da Itália setentrional o ponto de partida da maioria deles.

A região vêneta forneceu, entre 1870 e 1920, 30% do total de emigrados italianos para o Brasil, transformando o País em praticamente o único da América a receber vênets nesse período [...] o tipo de imigrante que aqui aportou [...] saem, sobretudo do Vêneto, famílias que pertenciam ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários. [...] Essas famílias eram formadas por 12 ou até 15 elementos ao todo, normalmente com dois ou três homens e suas respectivas mulheres e filhos. Traziam como hábito, [...] o de trabalhar juntos a terra que lhes pertencia; a autoridade máxima dentro da família estava centrada na figura do pai que, por morte, era substituído pelo filho mais velho. A saída ocorreu somente quando suas propriedades não ofereceram mais recursos para a sobrevivência do grupo (ALVIM, 2000, p. 386).

Vindos de uma região de extrema penúria e falta de perspectiva de melhoria de vida, os camponeses vênets viam na “América” a grande oportunidade para possuírem suas terras, produzirem e melhorarem suas condições de vida.

Para os vênets, o principal fator de atração do Brasil era a possibilidade de serem proprietários de seu pedaço de terra. A posse da terra era um sonho que representava o prêmio dos esforços de todo o trabalho executado, de possibilidade de ascensão social ou até de segurança econômica (DADALTO, 2009, p. 30).

Segundo Bassanezi (1995), a corrente migratória italiana, no Brasil, revelou especificidades: a imigração familiar foi mais volumosa que nos demais países receptores e a região do Vêneto, na Itália, foi a que mais forneceu imigrantes.

Estudando a imigração italiana no Rio Grande do Sul, Zanini (2010) também confirma a origem da maioria dos italianos que chegaram ao Brasil como provenientes do norte da Itália, especialmente camponeses pobres, católicos que emigravam com suas famílias. Informação reafirmada por Costa (1990, p. 531):

Originários principalmente da região do Vêneto, Lombardia, Trentino e Friuli, os imigrantes agricultores chegados ao Rio Grande do Sul foram maciçamente católicos [...] eram originários, na sua maioria, de regiões de privação e dificuldades econômicas. A emigração aparecia como uma esperança de fortuna, donde a expressão *fare l’America*. [...] a maior parte dos imigrantes se destinou à agricultura, em pequena propriedade, em colônias homogêneas, formadas de italianos [...]

Especificamente sobre a região de origem dos imigrantes italianos que chegaram ao Estado do Espírito Santo, sujeitos de estudo dessa dissertação, Dadalto (2009, p. 44) relata:

[...] sobressaíram, em quantidade, imigrantes vindos do norte da Itália, principalmente das províncias de Verona, Treviso e Vicenza; da província de Pavia, na Lombardia; Emilia-Romagna; do Piemonte, da província de Alessandria; e da província do Trento, no Trentino-Alto Adige.

³⁶ O Vêneto é a quinta região mais populosa e a oitava maior região da Itália. Situa-se no nordeste do país.

Trento (1989) também confirma a origem dos italianos vindos para o Brasil quando afirma:

De fato, o componente vênето constituía, por longo tempo, o elemento mais numeroso da nossa emigração para o Brasil. [...] além do peso esmagador dos vênетos e friulanos, a emigração lombarda também assumiu certo relevo, enquanto a presença mais significativa da Itália central é a dos toscanos. No que se refere às regiões meridionais, têm notável consistência os campânios, seguidos de calabreses e abruzenhos. [...] A propósito da procedência regional, devemos sublinhar que a predominância de trabalhadores setentrionais também correspondia às preferências manifestadas pelos fazendeiros por vênетos e lombardos, devido à sua parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade (TRENTO, 1989, p. 39-41).

Sobre os vênетos italianos, Franzina (1991) assegura que eram *religiosíssimos* e *conservadores*. Diferentemente dos anarquistas³⁷ que chegaram ao Estado de São Paulo e movimentaram os sindicatos urbanos, os italianos da região setentrional aceitaram as condições de trabalho nas lavouras brasileiras.

Com a proibição da emigração³⁸ por parte do Estado Italiano, devido às péssimas condições de trabalho, ocorreu uma drástica diminuição da entrada dos imigrantes italianos no Brasil (CAMARGO, 1981).

Bassanezi (1995) menciona que, com a proibição da emigração subsidiada por parte da Itália, principalmente pelas condições favoráveis à emigração para os Estados Unidos, os italianos deixaram de ser o principal grupo imigrante no Brasil.

Por fim, deve ser ressaltado que o processo de inserção mais veloz na sociedade brasileira não significou, como destaca Trento (1989), de maneira alguma, condições de vida e trabalho ou de ascensão social fácil e nem mesmo a perda automática da identidade nacional.

³⁷ Segundo Trento (1989, p. 213-215) “o surgimento de organizações operárias no Brasil, no plano sindical e naquele mais estritamente político, foi tardio, como a própria industrialização. Socialistas, anarquistas e socialistas revolucionários monopolizaram a organização proletária e as lutas no trabalho. No desenvolvimento da organização proletária, o papel mais importante foi interpretado pelos imigrantes. Italianos, espanhóis e portugueses formaram a maioria dos quadros dirigentes e da própria base das organizações operárias. Os militantes italianos atuaram predominantemente no Estado de São Paulo. Foram muitos os anarquistas que deram sua contribuição ativa ao movimento operário no Brasil”.

³⁸ “O Decreto Prinetti (1902) proibia a emigração subsidiada para o Brasil. São Paulo e os Estados do Sul financiavam o processo de imigração dos trabalhadores europeus, principalmente italianos” (SIQUEIRA, 2009, p. 61).

3.4 A Presença italiana nas regiões brasileiras Sul e Sudeste

A presença de imigrantes italianos no território brasileiro ocorreu, com maior ou menor intensidade, em várias regiões. Contudo, as regiões Sul e Sudeste contaram com uma intensa presença de imigrantes europeus, em especial dos italianos.

Nesse item será destacada, de maneira sucinta, a imigração italiana para as regiões Sul e Sudeste do país. Tal descrição é necessária para compreendermos a chegada desses imigrantes aos atuais Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, território de estudo dessa dissertação.

É preciso enfatizar que a população de imigrantes estrangeiros, no interior de cada uma dessas unidades, ou seja, províncias do Império ou Estados da Federação revelou perfis que variavam de região para região, quanto a nacionalidade, ocupações, número de imigrantes entre outros, isso devido às circunstâncias históricas de cada unidade (BASSANEZI, 1995).

No Sul, a corrente migratória foi notória devido à concentração em colônias³⁹ e ao fato de suas produções agrícolas terem sido importantes fontes de abastecimento do mercado brasileiro. Segundo Alvim (2000), o desejo de alguns políticos liberais do Império era trazer pequenos proprietários para povoar as regiões sulinas, o que evitaria a conquista dos vizinhos platinos sobre a região, e impediria os latifundiários de prosseguir numa política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. Dessa forma, toda a região transformou-se em receptora de imigrantes, destinados a pequenos lotes de terra.

No Sul, o Estado do Rio Grande do Sul foi o que recebeu maior número de imigrantes italianos. Santa Catarina, que até 1870, não passava de uma imensa floresta, com sua população concentrada praticamente no litoral, apresentava condições bem mais frágeis para receber os colonos italianos. Já o Estado do Paraná, mesmo tendo iniciado o processo de colonização ao mesmo tempo que nos dois Estados vizinhos, apresentou características bem diferentes desses. Os imigrantes não se dirigiram para áreas novas, foram engrossar as áreas costeiras já habitadas. Outra característica foi a extrema heterogeneidade dos imigrantes e os italianos não foram a maioria no Estado (ALVIM, 2000).

³⁹ Engloba a área colonizadora como um todo (meio rural) e, ao mesmo tempo, designa a unidade mínima de produção (o lote). Cada família recebia um lote por compra a prazo, contrariando a dívida colonial e o título definitivo de propriedade só podia ser obtido após a sua quitação (SEYFERTH, 2000). Este sistema de aquisição de terras foi aplicado em todos os atuais Estados brasileiros que receberam grandes contingentes de imigrantes estrangeiros no final do século XIX e início do século XX.

Para Saquet (2003), a colonização italiana no Sul do país foi promovida com um conteúdo complementar, pois precisava atender a cobranças externas sobre a situação dos imigrantes no Brasil e produzir alimentos para o mercado interno brasileiro.

Para Alvim (2000), a paisagem sulina ganhou uma perspectiva muito diferente do restante do país, caracterizada por um suceder de pequenos lotes. Amparados pelo clima e pela concentração, os imigrantes italianos acabaram por reconstruir uma nova terra muito similar à terra natal, dando, assim, características muito peculiares ao sul do Brasil. Segundo Alvim (2000, p. 396) *“o que se verifica é que a concentração de peninsulares no Sul, assim como o tipo de colonização desenvolvida em torno da pequena propriedade, fez dessas regiões ‘pequenas Itálias’”*.

Segundo Trento (1989), o que chama a atenção na região Sul brasileira é a reprodução de um tipo de sociedade vêneta do final do século XIX, ou seja, uma sociedade católica e tradicionalista.

A região Sudeste também teve um grande destaque em relação à imigração italiana e foi a que recebeu a maioria dos imigrantes. Isso devido, principalmente, ao processo de expansão das lavouras cafeeiras no Estado de São Paulo, considerado como o maior polo de atração. O regime de trabalho nessas localidades era o colonato⁴⁰ (BASSANEZI, 1995).

Para Trento (1989), a imigração italiana para o atual Estado de São Paulo merece uma atenção especial, devido a sua intensidade e importância. Destaca:

Será sobretudo para o Estado de São Paulo, com um território quase tão grande quanto a Itália, que se dirigirá a imigração italiana [...] os italianos em primeiro lugar em relação às outras nacionalidades. [...] contribuiram grandemente para o crescimento demográfico paulista [...]. Os municípios onde mais se fez sentir a presença dos italianos foram os situados na zona de fronteira da expansão do café [...] (TRENTO, 1989, p. 107-108).

Alvim (2000) menciona que, com o crescimento das lavouras de café em meados do século XIX, o atual Estado de São Paulo vivia sua fase de ouro, pois a exportação mundial do café atraía capital e demandava, cada vez mais, um número maior de trabalhadores agrícolas. Com a abolição do trabalho escravo, aumentou a necessidade desses trabalhadores, tornando-se a lavoura cafeeira, direta e indiretamente, a propulsora da chegada de milhões de estrangeiros a São Paulo. Alvim (2000) destaca ainda que os contratos de trabalho eram estabelecidos na mão-de-obra familiar. A preferência recaía nos imigrantes italianos, pois era

⁴⁰ A partir de 1880, o regime de trabalho que passa a regulamentar as atividades nas fazendas de café é o Colonato, que consistia em um sistema misto de remuneração por tarefa e medida colhida de café, sendo a carpa paga a um preço anual fixo por mil pés tratados e a colheita por alqueire de café colhido. Já no sistema de parceria, os imigrantes recebiam adiantamentos destinados aos custos de viagem e que seriam pagos durante determinado período de trabalho nos cafezais (AMATI, 2005).

uma maneira de trabalho próxima à desenvolvida na terra natal. O trabalho de todos da família era a única possibilidade de sobrevivência do grupo.

[...] em São Paulo também o período que vai de 1870 até praticamente 1890 é marcado pela entrada de grandes famílias, sobretudo vênetas, cuja composição envolvia 12 ou até 15 pessoas, com dois ou três homens, respectivas mulheres, filhos e netos. Na Itália, haviam sido meeiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários. A mesma composição caracterizou a imigração do sul da Itália para os cafezais nessa época (ALVIM, 2000, 396).

Situado também na região Sudeste do Brasil, o atual Estado do Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil, em especial os italianos. Levas expressivas de imigrantes italianos desembarcaram no porto de Vitória, capital do Espírito Santo, no final do século XIX e início do XX, sendo direcionadas ao interior do Estado, que abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil.

A quantidade de imigrantes europeus que ingressou no Estado foi pequena se comparada aos demais Estados brasileiros receptores. Porém, a introdução do imigrante europeu, em especial os italianos, deu-se de forma marcante. Busatto (1990) realça que a imigração italiana para o atual Estado do Espírito Santo, num primeiro momento, foi um acontecimento insignificante, mas rapidamente tomou tal expressão que ignorar qualquer um dos seus aspectos é ignorar o destino coletivo do território espírito-santense. Busatto (1990, p. 241) afirma: “*nenhum outro Estado teve seu território tão densamente ocupado por colonos de origem italiana como o Espírito Santo*”.

A imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção de riquezas⁴¹. Nesse propósito, as famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Estado eram, em sua maioria, camponeses provenientes da região do Vêneto. Sobre o projeto imigrantista no Estado do Espírito Santo, Dadalto (2009, p. 43-44) descreve:

O projeto migratório familiar de colonização proposto à época era ditado pela urgência de povoamento do Espírito Santo e pela necessidade de desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a maioria absoluta dos imigrantes que chegou ao Estado vinha com toda a família, sendo que o patriarca estava quase sempre na faixa etária acima dos 38 anos, era pouco instruído, agricultor e o tomador da decisão de migrar. Predominavam grupos constituídos em média de 4,4 pessoas, variando desde bebês a avós. Vinham também, juntos com o núcleo tradicional, parentes, afilhados e amigos.

Destaca-se a importância do papel das redes de informação no processo de tomada de decisão por migrar. As redes de fato cumpriam um importante papel informativo, e até mesmo orientador.

⁴¹ O plantio do Café foi a principal atividade exercida pelos imigrantes europeus e foi a maior fonte de renda para o Espírito Santo até 1940 (DADALTO, 2009).

Dadalto (2009, p. 45) ressalta que

[...] a maioria dos migrantes vindos tinha como objetivo cultivar seu próprio pedaço de terra, promessa da política migratória desenvolvida em primeira instância pelo governo imperial, depois pelo governo provincial. No Espírito Santo, os imigrantes viveriam ainda numa sociedade eminentemente rural, instalados em colônias em geral isoladas dos principais centros de comercialização e da produção político-cultural.

Todo o processo de imigração italiana no Espírito Santo pode ser dividido em duas fases, com características específicas. A primeira entre os anos de 1874 a 1882 e a segunda entre os anos de 1885 a 1895⁴². A primeira fase é caracterizada pela fundação e emancipação de núcleos nas colônias, em regiões próximas aos centros de comercialização, e pela chegada dos italianos em grupos. Na segunda fase os imigrantes vinham em grandes levadas e eram repartidos pelos novos núcleos em contingentes menores e levados para lugares bem mais distantes dos centros comerciais do Espírito Santo (BUSATTO, 2002).

Além de todas as dificuldades enfrentadas no período que antecedia a viagem⁴³ e durante seu percurso pelo Atlântico, os imigrantes italianos defrontavam com uma realidade ainda mais desanimadora logo ao desembarcar no porto de Vitória, sendo uma delas a internação em um dos portos⁴⁴, até serem transportados para os núcleos coloniais. Não havia cais de acostamento. Assim, os navios ancoravam ao largo e os imigrantes precisavam descer as escadas em fila, tendo que saltar no bote no exato instante que este era levantado pela onda. O desembarque também poderia demorar horas, pois os botes não eram suficientes. Além disso, esse processo se tornava ainda mais lento devido às bagagens carregadas pelos imigrantes. Tais bagagens também dificultavam a caminhada rumo aos núcleos coloniais, pois não havia animais suficientes para o transporte (DADALTO, 2009).

⁴² “A imigração italiana para o atual Estado do Espírito Santo continuou intensa e crescente até o ano de 1895. A partir desse ano, o Governo italiano proibiu a emigração para o Estado, devido às situações a que os seus compatriotas eram submetidos ao chegar, ou seja, más condições de transporte da capital para os núcleos coloniais, longo período de espera enquanto aguardavam a medição dos lotes, ausência de gêneros alimentícios no interior e a falta de assistência médica, escolar e religiosa. Fica evidente a ausência total dos governos local e central. Aliado a esses fatores, ainda houve o surgimento de epidemias de febres malignas como a febre amarela” (DADALTO, 2009, p.46). Destaca-se que mesmo com a suspensão da imigração para esse Estado, ainda continuou a aportar levadas de imigrantes italianos em Vitória, porém em quantidade bem menor ao período anterior. Para maiores esclarecimentos sobre as condições em que estavam vivendo os imigrantes italianos no Estado, acesse o site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – www.ape.es.gov.br (relatório do cônsul Carlo Nagar).

⁴³ Nos relatos encontrados em bibliografias que retratam a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil e em histórias contadas por descendentes mais antigos quase sempre há uma história de angústia referente à partida (o choro, a despedida, a entrega de algum utensílio para recordação, o balanço dos lenços, entre outras) e da viagem (o balanço das ondas, os surtos de epidemias, e em especial o lançamento ao mar de pessoas mortas ou quase no fim da vida embrulhada em lençóis). Histórias que são marcantes nas lembranças dos descendentes desses imigrantes.

⁴⁴ A internação era feita num dos portos de Imbetiba, São João da Barra, Itapemirim, Benevente, Santa Cruz, Rio Doce ou São Mateus, para, então, serem transportados, em lombos de animais, até a sede de um núcleo colonial ou fazenda (DADALTO, 2009).

Sobre as diversas dificuldades encontradas pelos imigrantes italianos, Busatto (1990) comenta que os maiores obstáculos encontrados, já em solo espírito-santense, foram a floresta tropical, as doenças e febres malignas e o descaso do governo brasileiro.

Trento (1989) destaca que, embora as condições de imigração do Espírito Santo fossem iguais às dos Estados do Sul do Brasil, a falta quase total de comunicações dava margem para que os imigrantes optassem pelos núcleos coloniais dos Estados sulinos, e estes se tornavam ainda mais atrativos, devido principalmente às condições climáticas e de cultivo parecidas com as terras italianas.

Bussola (1990, p. 270-271) informa que

Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Estado na segunda metade do século XIX e foram logo enviados para o interior a fim de desbravá-lo e colonizá-lo. A cidade de Vitória, naquela época, não tinha condições de hospedar grande número de imigrantes, pois era uma vila interiorana [...] no interior do Estado, a situação era ainda pior [...] “terrenos desconhecidos” [...] tiveram que se juntar em comunidades por força das circunstâncias em que se encontravam: abandonados, sem amparo governamental [...]

Destaca-se nessa experiência migratória a ausência do Estado, cuja ação social se colocava à margem das necessidades dos colonos, não oferecendo as estruturas básicas necessárias para o acolhimento e os primeiros meses de trabalho no território brasileiro. Como foi ressaltado por Dadalto (2009, p. 69), os imigrantes encontraram condições piores do que as que deixaram na Itália, pois, durante todo o período do Brasil-Colônia, a província do Espírito Santo foi marginalizada pelo governo.

[...] o processo de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo à época da imigração nem sequer se avizinhava da modernização já vivenciada na Itália ou que, em território brasileiro, já se instalava no centro-sul do país e que atraía o capital estrangeiro.

Ao analisar tais situações vivenciadas pelos imigrantes italianos no Espírito Santo, é possível remeter ao que Grosselli (2008, p. 10) destaca, quando descreve a vida dos imigrantes no Novo Mundo, e recordar a canção de Ângelo Giusti⁴⁵. *“Mas a América dos imigrantes não foi apenas um belo ramalhete de flores, como dizem os versos no dialeto vêneto. Era essencialmente mata virgem, floresta selvagem, abandono e muita luta.”*

No contrato firmado entre os governos da Itália e Espírito Santo, havia os direitos e deveres a serem cumpridos pelo Estado e pelos imigrantes. Um dos deveres do imigrante italiano era a construção de uma casa sede e o cultivo da lavoura dentro de seis meses após o recebimento do lote de terras, conforme descreve Colbari (1997, p. 07)

⁴⁵ Uma estrofe e o refrão da canção foram apresentados no item 3.2 desse capítulo, página 46.

[...] o compromisso de que após seis meses do recebimento do lote medido e demarcado, já deveria estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas⁴⁶, além da construção de uma casa. A obtenção do título definitivo ocorreria depois do pagamento total das terras e de todas as dívidas com o governo. Os colonos recebiam terra para plantar e construir a casa, porém enfrentavam a falta de material para construção e de ferramentas para o trabalho.

Dadalto (2009) enfatiza que todos os benefícios⁴⁷ materiais antecipados para as famílias de imigrantes deveriam ser pagos num prazo determinado pela comissão da Diretoria Central de Terras e Colonização do Espírito Santo⁴⁸. Somente depois de cumpridas todas as obrigações é que o colono obtinha o título definitivo de seu pedaço de terra.

Colbari (1997) argumenta que, com o objetivo de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses eram constituídos de pequenas propriedades cultivadas pelos imigrantes. Assim, a imigração resolvia tanto o problema populacional quanto o econômico, pois promovia o assentamento de núcleos coloniais em regiões despovoadas, cobertas por densas florestas, constituindo pequenas propriedades no Estado do Espírito Santo. Confirmando essa perspectiva Busatto (1990, p. 250) ressalta que os imigrantes “*vinham com o objetivo específico de praticar uma agricultura de subsistência, uma agricultura produtiva*”.

Para o imigrante italiano, segundo Costa (1990, p. 531-532),

[...] estava clara a idéia de imigração como *sucesso e busca de vantagens* que não existiam na pátria de origem. Para o imigrante agricultor a busca desta vantagem traduzia-se na *posse da terra*, como fator de autonomia e de progresso econômico. O estabelecimento em pequena propriedade fazia-o responsável principal de seu progresso, dependendo da dedicação e capacidade de trabalho.

Na perspectiva de Colbari (1997), a motivação para o árduo trabalho estava determinada pelo desejo de ascensão social. O sonho de *Fazer a América* provocava a submissão à disciplina de um trabalho árduo e obsessivo que permitiria, no campo, a aquisição da propriedade de terra, e nas cidades o estabelecimento de um negócio próprio. No caso específico do Espírito Santo, que contou com a maioria de imigrantes italianos camponeses,

⁴⁶ O equivalente a 0, 484 hectares.

⁴⁷ Segundo Dadalto (2009), muitas famílias de imigrantes italianos receberam ferramentas e sementes para o cultivo no momento da chegada.

⁴⁸ O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, sendo está o órgão principal no campo da colonização na estrutura governativa. Era responsável pelos novos contratos para a importação de novos imigrantes, tudo o que se referisse às colônias de Estado e ocupava-se da chegada e instalação dos colonos. Destaca-se que cultivar seu próprio pedaço de terra era a promessa da política migratória desenvolvida em primeira instância pelo governo imperial e posteriormente pelo governo provincial. Um dos objetivos da província do Espírito Santo era localizá-los como pequenos proprietários em colônias, visando a produção e comercialização do café numa forma de trabalho familiar, num ritmo de produção e ocupação do território geográfico. Neste sentido, as famílias de imigrantes italianos estruturaram suas vidas em torno da produção e comercialização do café no território espírito-santense (GROSSELLI, 2008 e DADALTO, 2009).

era a aquisição de um pedaço de terra que representava o sucesso e a ascensão social almejados.

A integração do italiano à lavoura, nessa região, encontrou a barreira da discrepância em sua atividade rural, entre a origem e a nova terra. Vinham de outro aprendizado de produção, não tinham conhecimento de como se fazia para derrubar matas, como fazer mudas e plantar o café. Muitas famílias não possuíam as ferramentas adequadas e nem conheciam as espécies de madeira existentes na floresta. A tudo isso se aliava uma falta de políticas de orientação objetivando ajudá-los a se adaptarem ao novo ambiente (DADALTO, 2009).

Nessas circunstâncias, após a chegada ao local que passaria a ser a nova moradia, os italianos tinham que, primeiramente, definir estratégias individuais e coletivas que fossem capazes de garantir a sobrevivência de todos da família. A estratégia de sobrevivência adotada por esses imigrantes estava estabelecida na seguinte hierarquia: família⁴⁹, reciprocidade, religiosidade⁵⁰ e trabalho. A família constituía-se, assim, como unidade de produção. O trabalho assegurava a preservação do núcleo familiar e a identidade sociocultural. A junção dos objetivos do projeto imigrantista espírito-santense e as estratégias individuais e coletivas definidas pelos imigrantes italianos, nesta parte do Brasil, garantiram a formação de um novo território pautado em pequenas propriedades, além da sobrevivência e ascensão social de diversas famílias italianas no Estado (DADALTO, 2009).

Enfrentando todas essas dificuldades, os imigrantes italianos conseguiram desbravar e colonizar os locais a eles destinados. Plantaram, colheram, construíram suas casas e formaram numerosas famílias. Em poucos anos, já era possível perceber o crescimento populacional e o desenvolvimento das localidades onde havia a presença desses imigrantes.

Nesse ponto é interessante destacar que o aumento do núcleo familiar implicaria a necessidade de aumentar a produção agrícola da pequena propriedade. Para Petrone (1990, p. 614)

Uma prole numerosa, que por alguns anos poderia significar muitos braços para serem aplicados nas atividades da *colônia*, com o passar do tempo, à medida em que cresciam os filhos, passava a representar um problema sempre mais sério. Os pais nem sempre podiam amealhar recursos que lhes permitissem adquirir novas *colônias* em áreas de expansão dos antigos núcleos, para os filhos que constituíam família.

⁴⁹ Entre as famílias italianas no Espírito Santo existia uma relação de ajuda mútua.

⁵⁰ A religiosidade exercia papel fundamental na fundação de uma moralidade pautada por valores comunitários, e que se sobreponham às aspirações individualistas (COLBARI, 1997).

Por isso, diversas famílias de imigrantes italianos se mobilizaram em busca de novas terras, sendo que os principais fatores que os levaram a isso foram a existência de terras ainda incultas nas proximidades; o desejo de melhoria econômica e ascensão social, através da posse de mais e melhores terras; o esgotamento das terras onde estavam; e, por fim, o crescimento da família. E novamente no trabalho encontravam a justificativa para motivar novas mudanças e realizar novos movimentos migratórios. Em seguida, houve o processo migratório dentro do próprio território brasileiro. Diversas famílias italianas se direcionaram para outras terras do próprio Estado do Espírito Santo (regiões sul, norte e central) e para áreas no Estado de Minas Gerais, localizadas próximo à divisa com o Espírito Santo.

Diferentemente de seus Estados vizinhos (São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro) que receberam os italianos em seus portos marítimos, Minas Gerais foi destino secundário dos imigrantes. Os italianos, que se destinaram para Minas, em sua maioria, já possuíam experiência imigratória em um dos outros três Estados da região sudeste do Brasil.

Grosselli (1998), apud Biasuti, Loss e Loss (2003, p. 77), realça ter tido em Minas Gerais duas importantes ondas de imigração.

[...] a primeira, de 1880 a 1900, e a outra a partir de 1910; e que, em tese, a entrada de colonos se deu em função dos limites geográficos da província, determinada pela localização dos portos marítimos vizinhos. Foram, por essa razão, três as vias principais de entrada: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Trento (1989) descreve que a colonização, em Minas Gerais, foi iniciada pelo governo, em 1850, e não deu bons resultados, pois os núcleos coloniais nunca chegaram a números expressivos. Na realidade, segundo o autor, o governo de Minas só em 1887 começou a incrementar a imigração estrangeira, em função das exigências de recrutamento de mão-de-obra por parte dos fazendeiros. Porém, os imigrantes tinham como um de seus deveres o reembolso dos gastos em relação ao transporte. Não dando bons resultados, novamente o governo precisou assumir todos os encargos da viagem e estipulou contratos com agências particulares, para garantir um fluxo contínuo. Por dificuldades financeiras o governo, em 1897, foi obrigado a suspender a imigração subvencionada.

Segundo Monteiro (1994), o fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais⁵¹ foi dos italianos. Mesmo que o Estado de Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia – os italianos se sobressaíram nesse Estado. A autora explica que apesar da presença de estrangeiros, Minas ainda tinha preferência pelo trabalhador nacional. Ao optarem por estrangeiros, os empresários agrícolas escolhiam o imigrante italiano,

⁵¹ Indiscutivelmente, foi a corrente italiana preponderante na imigração para Minas Gerais. Entre 1894 e 1901, dos 52.582 imigrantes que entraram no Estado, 47.096 (89,5%) eram italianos (ANASTÁSIA, 1990).

principalmente os do norte da Itália⁵², tendo em vista sua melhor adaptação aos costumes e ao trabalho. Os italianos eram considerados excelentes trabalhadores, operando com sistema de meação ou parceria com relativa facilidade⁵³. A autora justifica ainda que o italiano era não só útil como mão-de-obra, mas atendia também como elemento colonizador. Houve uma influência mútua que se pode verificar na cultura de um modo geral.

Segundo Anastásia (1990), os centros urbanos, antes mineradores durante o século XIX, contaram com significativo esvaziamento em benefício das novas terras do café no sul da província de Minas Gerais. Foi somente no final dos anos de 1880 que o problema do povoamento começou a preocupar as autoridades mineiras. Por isso, o governo se dispôs a dar auxílio financeiro aos imigrantes que se destinassem para Minas, criando núcleos coloniais e iniciando uma política de divulgação da província no velho continente europeu.

O período republicano, em Minas, começou com a interrupção do serviço de imigração para o Estado. O serviço só voltou a ser estabelecido através de um regulamento que autorizou o governo a promover a introdução e localização dos imigrantes. Porém, novamente houve a suspensão do serviço devido a problemas internos do Estado (ANASTASIA, 1990). Tal situação de abertura e fechamento do serviço de imigração, por parte das autoridades mineiras, prejudicou muito a entrada de imigrantes estrangeiros no Estado.

A realização do Congresso⁵⁴ Agrícola, Industrial e Comercial, em 1903, segundo Monteiro (1994), possibilitou a definição de diretrizes que norteavam o governo em relação ao povoamento. Assim, a partir de 1907, as autoridades mineiras preocuparam-se mais com a questão do crescimento populacional, através da consolidação de núcleos coloniais e concessão de terras devolutas, possibilitando a aquisição de lotes de terras que permitiam aos imigrantes tornarem-se proprietários.

Anastásia (1990) chama a atenção para essa política de introdução de imigrantes em Minas Gerais destinados à lavoura particular, ao povoamento de terras devolutas ou aos núcleos coloniais. Segundo a autora, essa política imigratória não se restringia apenas ao imigrante estrangeiro, pois Minas Gerais não podia, tendo em vista o pequeno fluxo de imigrantes estrangeiros, abstrair-se do trabalhador nacional. Em relação a outras nacionalidades, justifica-se, segundo a autora, ser a imigração italiana a que oferecia mais

⁵² Na parte norte da Itália encontram-se as regiões do Vêneto, Trentino, Piemonte, Lombardia, Emilia Romagna. Friuli, Liguria e Valle D'Aostra. A parte norte da Itália é mais desenvolvida que a parte sul.

⁵³ O sistema de meação é quando a metade da produção é dividida entre o proprietário da terra e o colono (meeiro). O sistema de parceria é aquele em que as partes são divididas diferentemente entre o proprietário e o colono.

⁵⁴ O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais foi realizado em Belo Horizonte entre os dias 13 e 19 de maio de 1903. Um dos principais objetivos dos representantes da elite política e econômica mineira era o de definir caminhos para a economia das Minas Gerais (ESPÍNDOLA, 2012).

facilidade ao pronto suprimento de trabalhadores que o Estado demandava. Destaca-se que, embora preponderante, a imigração italiana em Minas se fez com números modestos.

Buscando esclarecer o papel do Estado no processo imigratório, o que de concreto se fez sob sua influência, e, finalmente, mostrar a realidade da imigração e colonização estrangeira em Minas, Monteiro (1994) registrou que o período do início da República até a Revolução de 1930 é o de maior significado para a imigração e colonização em Minas Gerais.

Analisando os poucos estudos específicos sobre a presença italiana em Minas Gerais, é possível perceber que há dois perfis de imigrantes italianos. Num primeiro perfil, podemos destacar os comerciantes e profissionais especializados direcionados para os centros urbanos; no segundo, os colonos agricultores direcionados para o interior do Estado, para as zonas rurais.

Enfatiza-se que a dificuldade em perceber a atuação e contribuição dos imigrantes italianos em algumas localidades mineiras se deve ao fato de não existir uma historiografia⁵⁵ específica sobre esses grupos. Faltam em Minas Gerais⁵⁶ reflexões sobre questões culturais que permearam e ainda permeiam o cotidiano das famílias imigrantes; assim como não se registram estudos sobre as práticas culturais que ajudaram a configurar as identidades dos migrantes em relação ao novo território constituído. Falta ainda, conhecer melhor as suas estratégias de defesa e de convívio com os autóctones (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013). Nesse sentido, esse estudo pretende fornecer uma modesta contribuição, preenchendo em parte essa lacuna ao apresentar dados sobre um grupo específico de imigrantes italianos e descendentes que, vindos em sua maioria da região de Alfredo Chaves e da região de Castelo no Estado do Espírito Santo, se fixaram na Microrregião mineira de Aimorés, mais especificamente nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto.

Destaca-se que a política de imigração em Minas foi tímida e retraída. Entretanto, várias foram as propagandas realizadas pela política imigratória do Estado para atrair os imigrantes, em especial, os italianos. Em solo mineiro, diversos foram os destinos desses imigrantes, sendo possível destacar algumas localidades como Barbacena, Belo Horizonte, Itueta, Juiz de Fora, Machado, Poços de Caldas, Ponte Nova, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São João Del Rey (NICOLI e SIQUEIRA, 2011).

⁵⁵ Buscando referências sobre a presença italiana em Minas, é possível encontrar trabalhos bem direcionados à presença de imigrantes italianos em Belo Horizonte (construção da capital) e Juiz de Fora (desenvolvimento do município – construção de ferrovia e indústrias). Nos demais destinos em solo mineiro, existem pouco ou nenhum trabalho historiográfico sobre a presença dos imigrantes italianos.

⁵⁶ Realizei uma busca minuciosa sobre bibliografias específicas sobre a imigração ou presença dos italianos no Estado de Minas Gerais; poucos foram os textos científicos encontrados.

Nesse contexto, os municípios mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto foram pontos de chegada de imigrantes italianos e de inúmeros descendentes⁵⁷. Os imigrantes eram provenientes do Norte da Itália; quanto aos descendentes, eram nascidos no interior do Estado do Espírito Santo, em sua maioria. A chegada à região aconteceu no início do século XX, promovendo uma nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores.

Rezende e Álvares (2009) destacam que o Vale do Rio Doce participou do movimento de imigração de europeus mais tardiamente, quando o interesse governamental pelo povoamento da região abriu caminho aos colonos fixados nas áreas montanhosas do Espírito Santo e de outras regiões mineiras.

Conforme afirma Hall (2003), a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino - os imigrantes trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, cantos, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, sendo tudo isso visível até os dias atuais.

Os imigrantes italianos e descendentes foram motivados pela possibilidade de construir, em Minas Gerais, uma nova vida como proprietários, já que no Espírito Santo trabalhavam nas terras dos pais. Esse movimento populacional foi uma verdadeira “aventura colonizadora”⁵⁸, marcada pelo trabalho árduo e luta contra as adversidades e dificuldades.

Tal movimento populacional e a formação de um novo território serão trabalhados mais especificamente no próximo capítulo dessa dissertação. Mostraremos os dois municípios destacados no primeiro capítulo, ou seja, Itueta e Santa Rita do Itueto, como pontos de chegada de diversas famílias de imigrantes italianos e a formação de um território “italianizado” nessas localidades.

⁵⁷ Cabe ressaltar que os imigrantes chegaram numa proporção menor, se comparados às famílias de descendentes.

⁵⁸ Termo utilizado por CASTIGLIONI (1998).

IV – FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ITALIANOS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO “ITALIANIZADO” EM ITUETA E SANTA RITA DO ITUETO NAS MINAS GERAIS

A Mesorregião do Vale do Rio Doce fez parte da estratégia governamental de colonização, tornando-se a última região mineira a ser colonizada (ESPÍNDOLA, 2005). E foi nessa conjuntura que os municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, foram palco da chegada de diversas nacionalidades de imigrantes tais como: italianos, alemães (pomeranos), portugueses, espanhóis e de migrantes de origem brasileira de outros Estados e do próprio Estado mineiro⁵⁹.

Enfatiza-se, inicialmente, que a presença da origem italiana nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto se tornou marcante, ao longo dos anos, em relação às outras nacionalidades de imigrantes. Portanto, nosso trabalho tem como destaque a colonização e a formação de territórios nesses municípios mineiros pelas famílias de imigrantes italianos.

Com a contribuição da metodologia da História Oral damos vozes aos atores sociais que participaram da história, testemunharam ou ouviram de seus antepassados sobre a vinda, chegada, acomodação, trabalho, formação das famílias, festas, costumes, tradições, valores, crenças, religiosidade entre outros aspectos. Ou seja, traduzem toda a trajetória percorrida pelas famílias de imigrantes italianos e a formação de um novo território em terras mineiras, a partir do início do século XX. Destacam assim, suas presenças como sujeitos históricos que se construíram e reconstruíram, e ainda constroem e se reconstroem na dinâmica da vida social.

Na sua análise sobre as funções do tempo na História Oral, Portelli (2004) assegura que narrar uma história é tomar armas contra a ameaça do tempo, preservando o narrador do esquecimento.

Khoury (2004) compreende as narrativas como atos interpretativos, pois considera as narrativas como práticas sociais e como expressões da experiência vivida. Nas falas dos sujeitos importa perceber a relação entre os fatos narrados e os significados construídos, pois as narrativas são expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida.

O apagamento das memórias ao longo dos anos nega, de certa forma, suas presenças como sujeitos históricos no espaço vivido, uma vez que as memórias atribuem significados ao passado a partir de um presente vivido. Sendo assim, dar vez às vozes de origem italiana que

⁵⁹ A contribuição do nosso trabalho será em relação à imigração italiana nesse território. Porém, destacamos que por ser uma região pouco estudada cientificamente, várias são as carências de estudos nas referidas localidades.

ainda permanecem nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto é contribuir para o entendimento e compreensão da formação do território a partir dos seus atores.

Dessa forma, pode-se dizer que os atores sociais construtores da história da humanidade são muitos, são plurais, são de origens sociais diversas; são, enfim, todos que anonimamente ou publicamente deixaram sua marca, visível ou invisível no tempo em que viveram, no cotidiano de seus lugares e também na história da humanidade.

Segundo Lowenthal (1998), são três as principais fontes de conhecimento sobre o passado: a *memória*, a *história* e os *fragmentos*. A primeira é introspectiva e inerente ao ser humano; a segunda é contingente e empiricamente verificável; a terceira, são construções realizadas pelo homem e que se transformam em relíquias, resíduos, marcas e patrimônio. Sendo assim, demonstraremos a partir da história, da memória e dos fragmentos, a formação do território “italianizado” nas localidades de Itueta e Santa Rita do Itueto.

Levaremos em consideração que a memória se traduz num esforço que recupera a história vivida e revestida como experiência humana de uma dada temporalidade. Nessa acepção, através da memória efetuada nas narrativas dos sujeitos sociais, daremos continuidade ao nosso entendimento sobre a formação do território “italianizado” nas localidades⁶⁰ em estudo, a partir da chegada das famílias de imigrantes italianos.

4.1 O Sertão e as transformações a partir do final do século XIX

Segundo Espíndola (2005), o Sertão do Rio Doce, durante séculos, foi visto pelos governos como um local de riquezas e por esse motivo protegido. Ao perceberem que não existiam os minerais preciosos, a partir do século XIX, começam a divulgar que as terras eram propícias para a agricultura e para o povoamento às margens do Rio Doce⁶¹. Assim, o maior interesse governamental, quando não encontraram as riquezas sonhadas no Sertão, seria o da navegação, de fundamental importância para o escoamento das produções de Minas Gerais, além de proporcionar movimentação ao sossegado porto marítimo do Espírito Santo. No entanto, o projeto de navegação do Rio Doce não conseguiu alcançar os objetivos propostos.

⁶⁰ Realça-se que as localidades descritas no capítulo I, fazem parte da Microrregião de Aimorés localizada na Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce. Portanto, faziam parte, antes do século XX, do grande Sertão do Rio Doce.

⁶¹ Este é um dos mais importantes rios da bacia do Leste mineiro. Não é navegável por causa das inúmeras corredeiras e quedas d'água.

Até o final do século XIX, os avanços em relação à ocupação definitiva do Sertão do Rio Doce foram bem discretos, pois esse ainda continuava dominado pelos índios Botocudos e por uma extensa floresta. A pouca ocupação se dava em alguns núcleos isolados (ESPÍNDOLA, 2005).

Ainda descrevendo sobre o Sertão do Rio Doce, Espíndola (2005) ressalta que, mesmo com o fracasso do projeto de navegação do rio, o poder provincial mineiro não deixou de persistir no propósito de ocupação da região do Vale do Rio Doce. O desejo de que o Sertão pudesse proporcionar para Minas Gerais uma nova fase de prosperidade e riquezas não deixou de se concretizar, em parte. Exemplos citados pelo autor são as lavouras cafeeiras na Zona da Mata, desenvolvidas na segunda metade do século XIX; a ocupação mais intensa, a partir da década de 1840, do Vale do Jequitinhonha, e a colonização do Vale do Mucuri. No entanto, onde eram depositadas todas as esperanças e expectativas, ou seja, o Vale do Rio Doce, em 1800, tornou-se secundário aos interesses oficiais, permanecendo essa área como fronteira agrícola para gente negra e mestiça, para grupos indígenas cada vez mais encurralados, configurando-se como espaço sertanejo.

Muitos foram povoar as brenhas do sertão a contragosto, forçados pelo degrado político, social ou judicial. Desafetos políticos, vadios e criminosos se juntavam àqueles que escolhiam se embrenhar nos matos para fugir do recrutamento forçado. [...] Outros foram residir nas matas para fugir da justiça: ladrões, salteadores, assassinos, contrabandistas. Também buscaram os sertões negros quilombolas, que aprenderam a conviver com os grupos indígenas e com eles se misturaram. Todos viviam numa terra de estrutura social indefinida e distante do poder, onde imperava a violência dos matadores de aldeia, de jagunços de aluguel, de capitães-do-mato e das divisões militares (ESPÍNDOLA, 2005, p. 419-420).

Entretanto, no início do século XX, por volta dos anos de 1903, o Vale do Rio Doce via sua paisagem sendo modificada com a abertura da floresta para a construção e fornecimento de carvão para a Estrada de Ferro Vitória a Minas que em 1942 passa a ser administrada pela Companhia Vale do Rio Doce⁶² - CVRD. Já em 1907 os trilhos da ferrovia⁶³ chegam à localidade de Aimorés⁶⁴ e, em 1910, à atual cidade de Governador Valadares, ambas no Estado de Minas Gerais.

O desejo de construção de uma ferrovia ligando Minas ao litoral espírito-santense existia desde meados do século XIX, porém somente em princípios do século XX é que se dá o início

⁶² Atual Vale - líder mundial na produção de minério de ferro.

⁶³ Destaca-se que a construção da EFVM foi o principal caminho de entrada utilizado no interior do Sertão do Rio Doce. Segundo Brito e Pinheiro (2009), a construção de uma rede de transporte ligando a região central mineira ao litoral espírito-santense foi de fundamental importância para a economia e povoação do Sertão. Realça-se ainda que a expansão da malha ferroviária no Brasil resultou num preço mais acessível aos custos de transportes, e em mais facilidade e desenvolvimento no interior do país.

⁶⁴ Na época conhecida como Natividade, situa-se na divisa do Estado de Minas Gerais com Espírito Santo.

da construção da ferrovia. Em 1902 foi decretada a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM⁶⁵, tendo essa passado por mudanças em relação ao seu percurso inicial, com a descoberta de minério de ferro em Itabira/MG. Em 1908, a EFVM⁶⁶ já contava com considerados quilômetros de extensão construídos. Inicialmente vista como eixo exportador de minério de ferro, ligando dois Estados brasileiros da região sudeste – MG e ES, a ferrovia foi avançando e penetrando pelo Vale do Rio Doce (BRITO e PINHEIRO, 2009). Como parte da Companhia Vale do Rio Doce, a Estrada de Ferro Vitória a Minas iniciou uma nova fase de desenvolvimento para Minas Gerais e Espírito Santo com transporte de cargas do interior para o litoral. Como outras ferrovias no Brasil, a EFVM teve papel importante no desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce e do país.

No percurso dos trilhos da ferrovia, vários povoados nasceram ou se desenvolveram e, entre eles, várias localidades da Microrregião de Aimorés que teve parte de sua extensão geográfica cortada pela ferrovia. Podemos afirmar que a conquista do Sertão, sendo esse, atualmente, parte da Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce, não se deu efetivamente pelo Rio Doce, mas devido à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que provocou grandes expectativas para a economia da região (ESPÍNDOLA, 2005).

Segundo Espíndola (2000), a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas foi o principal fator de aceleração para colonizar o Vale do Rio Doce. O movimento de ocupação do litoral para o interior somente tornou-se expressivo depois da ferrovia, por isso é possível perceber que a maioria dos povoados dessas áreas se formou em torno das estações da estrada de ferro.

Destaca-se que um dos primeiros benefícios da ferrovia foi a ligação comercial entre terras mineiras e espírito-santenses. Outro aspecto importante foi a possibilidade de transporte oferecida aos migrantes que optassem por construir uma nova vida em outras terras, nesse caso, nas terras do “Sertão” (ESPINDOLA, 2005).

A partir do início do século XX, as localidades mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto viram suas férteis terras sendo povoadas por migrantes de origem brasileira, portuguesa, espanhola, alemã (pomerana) e por um contingente expressivo de origem italiana. Nessa

⁶⁵ Devido a constantes dificuldades financeiras e ambientais, a construção dessa ferrovia prosseguiu de maneira lenta. Atualmente é uma das mais modernas e produtivas ferrovias do Brasil.

⁶⁶ Segundo Espíndola (2005b, p. 11), durante os primeiros 50 anos de operação, a Companhia operava com locomotivas a vapor, consumindo de 120 a 150 metros cúbicos de lenha e oito toneladas de carvão importado.

conjuntura, por volta dos anos de 1920, diversas famílias de imigrantes italianos chegam às localidades de Itueta e Santa Rita do Itueto⁶⁷.

Essas famílias de imigrantes italianos desembarcaram nas estações ferroviárias de Aimorés e Resplendor. Com elas desembarcaram, além da pequena bagagem essencial para a sobrevivência, os sentimentos de insegurança, esperança e sonhos na nova vida de migrantes em território desconhecido.

Recorremos, aqui, ao que Marandola e Dal Gallo (2010) descrevem sobre a experiência da migração - para esses autores, migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Portanto, implica sair dos territórios de segurança e lançar-se ao mundo, a lugares de pouca ou nenhuma familiaridade. Assim, o destino representa uma nova realidade para o migrante em termos tanto culturais quanto espaciais.

4.2 Os migrantes italianos que chegaram às terras mineiras. Quem são e de onde vieram

Recorrendo aos estudos sobre a imigração italiana no Brasil, mais especificamente sobre a procedência e o perfil destacados no capítulo III, é possível constatar que a migração de origem italiana para as terras mineiras em estudo segue o mesmo padrão. Portanto, os migrantes que se destinaram para as localidades mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto eram, em sua maioria, famílias oriundas do Norte da Itália, principalmente da região do Vêneto. Cabe destacar que os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor, se comparados aos seus descendentes nascidos em terras brasileiras. Esses descendentes eram, em sua maioria, nascidos⁶⁸ no interior do Estado do Espírito Santo, mais precisamente nas regiões⁶⁹ de Alfredo Chaves e Castelo.

⁶⁷ O segundo tópico do capítulo I descreve mais detalhes sobre os dois municípios em estudo. Na época da chegada dos imigrantes italianos, as localidades pertenciam ao município de Aimorés e posteriormente a Resplendor, somente mais tarde se tornaram terras emancipadas político-administrativamente. Apenas o município de Aimorés havia se emancipado em 1915. O município de Resplendor emancipou-se em 1939, Itueta em 1948 e, por último, o município de Santa Rita do Itueto em 1963. Esses três últimos contaram com a presença de imigrantes e descendentes italianos em seu território geográfico no momento de emancipação política. As datas de emancipação política dos referidos municípios foram acessadas através dos sites de suas respectivas prefeituras.

⁶⁸ Durante a pesquisa de campo constatou-se a presença de apenas *quatro* famílias de descendência italiana que também migraram para as localidades mineiras em estudo, mas que saíram da rota da região de Alfredo Chaves e Castelo/ES. Tais famílias são originárias de Carangola/MG, Colatina/ES, Juiz de Fora/MG e Santa Teresa/ES. O que se notou de diferenciação foi a migração mais tardia, se comparada aos migrantes das regiões de Alfredo

Realça-se que a maioria desse grupo em estudo, imigrou primeiramente, quando desembarcaram em solo espírito-santense, para a região de Alfredo Chaves. Após alguns anos, devido, sobretudo, ao crescimento populacional dessa região e a oferta de novas terras em outras regiões espírito-santenses, muitas famílias de imigrantes italianos optaram por migrar para a região de Castelo⁷⁰, que ainda estava praticamente inabitada e o preço da terra era mais acessível⁷¹.

Portanto, partem famílias de imigrantes italianos, tanto da região de Alfredo Chaves quanto de Castelo para as terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto. A rede de parentesco, amizade e informações cumpriu papel fundamental na decisão de migrar para as Minas Gerais. Na figura 03 é possível observar os pontos de partida (ES) e chegada (MG).

Chaves e Castelo/MG. Destaca-se também que descendentes dessas famílias afirmaram que seus antepassados tiveram notícias das terras boas que Minas possuía através de informações de familiares dos migrantes que ainda permaneciam no Espírito Santo, mais precisamente nas regiões de Alfredo Chaves e Castelo. Enfatizamos, nesse caso, o papel importante das redes de amizade e informação.

⁶⁹ Por compreender que no momento da chegada dos imigrantes italianos, a partir da segunda metade do século XIX, o território geográfico do Espírito Santo não contava com uma divisão tão organizada como atualmente, dizemos região e não município, pois muitas localidades que faziam parte de um dos dois municípios citados, atualmente se tornaram municípios ou fazem parte de outros. No momento do grande fluxo de imigrantes no Espírito Santo, as delimitações das porções geográficas eram enormes, muito diferentes da delimitação geográfica atual.

⁷⁰ Destaca-se que no momento em que a região de Alfredo Chaves presenciava o grande crescimento populacional, a região de Castelo precisava ser povoada. Assim, a propaganda e os esforços para atrair as famílias de imigrantes italianos para povoarem novas terras espírito-santenses foram intensos.

⁷¹ É possível, diante dos relatos e de referências bibliográficas sobre a imigração italiana no Espírito Santo, ter informações de que ocorreu a migração interna dentro do próprio Estado, primeiramente na parte sul. O principal motivo dessa migração interna foi a quantidade de terras ainda despovoadas e a impossibilidade de garantir o sustento das novas famílias constituídas pelos filhos dos italianos a partir da pequena propriedade familiar adquirida no momento de chegada ao Estado. O povoamento de grande parte do norte do Espírito Santo ocorreu tardiamente, se comparado ao sul.

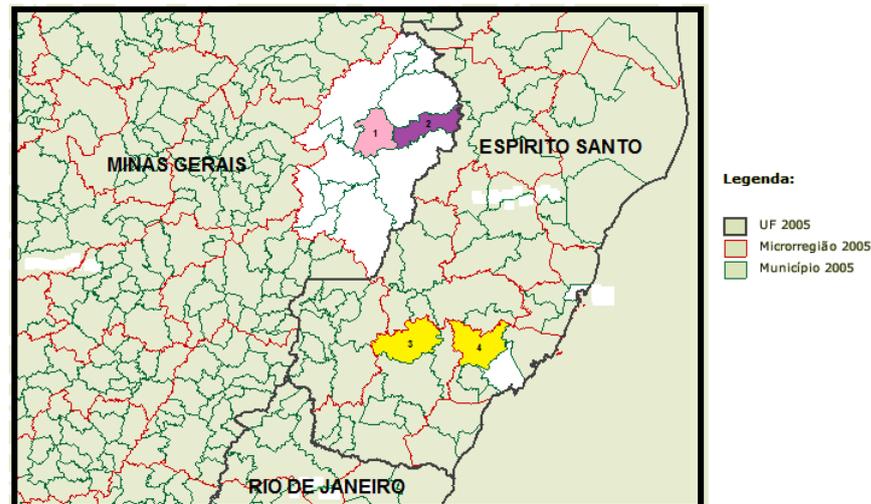


Figura 03: Espírito Santo e Minas Gerais - Pontos de Partida e de chegada.
 Fonte: Elaboração Mauro Augusto dos Santos. Base de dados cartográficos:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relação dos municípios:
 1. Santa Rita do Itueto; 2. Itueta; 3. Castelo; 4. Alfredo Chaves.

Trabalharemos com o grupo de imigrantes italianos que se estabeleceram no interior do Espírito Santo, especificamente os da região de Alfredo Chaves e Castelo, e que, depois de alguns anos, migraram para as terras mineiras localizadas na divisa interestadual de Minas com Espírito Santo.

No entanto, para compreendermos os fatores decisivos para optarem por migrar para as terras mineiras em estudo, é preciso recorrer, de maneira sucinta, à trajetória dessas famílias de imigrantes ao partirem da terra natal até o momento em que novamente partem, do solo espírito-santense para o solo mineiro.

4.2.1 O Contexto da decisão de migrar: Itália/Espírito Santo

Diante do cenário que presenciavam na terra natal, entre eles a Unificação do território geográfico; das transformações sócio-demográficas da população; da modernidade e modernização; das mudanças nos métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção da terra; da economia debilitada e das mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, cenário descrito no capítulo III, muitas famílias de italianos decidem migrar para o outro lado do Atlântico.

Um considerado fluxo de imigrantes italianos desembarca em terras do Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XIX até início do século XX⁷². Eles foram atraídos principalmente por uma política de povoamento, com o objetivo de promoverem uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar.

Mediante os relatos⁷³ de alguns descendentes dessas famílias de imigrantes, podemos observar de onde vieram, como era e estava a Itália no período em que partiram em direção ao Brasil. Ao contrário do contexto da Itália, através das narrações, é possível observar a situação do Brasil no momento da grande imigração transoceânica.

No relato, o narrador, neto de imigrantes italianos, destaca que o seu saber sobre o contexto da Itália é resultado das narrativas que ouvia de seus antepassados. Destaca-se que os imigrantes tinham conhecimento dos processos e acordos firmados entre os governos. No relato do Sr. A. Nicoli 2⁷⁴, há referência de parte desses acordos que visavam ao povoamento, no Brasil, baseado na pequena propriedade familiar como enfatiza Seyferth (2000), Saquet (2003), Dadalto (2009), Bassanezi (1995) e Colbari (1997).

[...] o que eu sei é que eu via eles falar [...] lá, na Itália, na época, a Itália diz que é um país pequeno e havia gente demais, gente demais da conta, então o governo da Itália, que salvo me engano, acho que era um tal de Musolino. [...] vi eles falar e dêva ter combinado com o governo brasileiro pá passar, pá trazer gente de lá pra cá, porque aqui o país era grande e havia muita mata, muita aonde o povo ficar, trabalhar, e lá tava apertado o trecho pelo tanto de gente que havia na Itália. Então assim, eu via o papai falando que quando eles vieram de lá pra cá, que o governo mandou eles vim embora de lá pra cá, [...]. O que, que eles ia encontrar aqui? [...] certamente eles vieram esperando o governo brasileiro daqui receber eles, coloca êis né, nas mata né, nas terras, na mata. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Assim como o Sr. A. Nicoli 2, o Sr. V. Magri também realça o convênio firmado entre os governos italiano e brasileiro, destacando que partes do acordo não foram cumpridas.

Aí houve um... intercâmbio parece, um convênio com o governo brasileiro pra mandar pra cá, que dava terra também pros imigrantes italiano. Só que chegou aqui, [...] lá em São João de Alfredo Chaves tem o primeiro território,

⁷² Enfatiza-se que se comparada a outros Estados brasileiros, a imigração para o Espírito Santo foi pouco numerosa, porém a introdução do imigrante europeu se deu de forma marcante nas terras espírito-santenses. É possível observar, nas bibliografias referentes à imigração e à constituição/formação do Estado, além das inúmeras homenagens de reconhecimento ao imigrante europeu pela formação e desenvolvimento do Estado, a eterna gratidão do povo espírito-santense para com os imigrantes europeus.

⁷³ Destaca-se que a identificação dos sujeitos será feita pela letra inicial do nome e pelo sobrenome de descendência italiana, a idade e o local de residência. Dessa maneira, estaremos preservando o anonimato do narrador e demonstrando alguns sobrenomes de origem italiana residentes nas localidades em estudo.

⁷⁴ A identificação, como descrito anteriormente, será feita através da letra do primeiro nome e do sobrenome. Dois descendentes do grupo I possuem o primeiro nome com a letra A, são da mesma família e com a mesma idade. Sendo assim, a identificação desses terá além da primeira letra do nome e sobrenome, a numeração 1 e 2 para distingui-los.

o segundo território, o terceiro território, o quarto território, até o quinto território. Depois soltou o pessoal. Aí o pessoal se lascou. Veio pra cá com uma coisa, [...] aqui era outra, segundo o que êis diziam. Mas só que todo mundo queria eles pra ser meeiros né, que trabalha igual um cão né. Então todo mundo queria, num sabia [...] a língua, mas sabia trabalhar né.[...] [...] Nada que foi prometido, que foi propagado, [...]foi cumprido. Lugar pra morar, terra pra trabalhar. (V. Magri, 71 anos, Santa Rita do Itueto).

As memórias da Itália trazidas pelos imigrantes e transmitidas aos seus descendentes são marcadas pela dureza do clima e do trabalho árduo dos italianos que se dedicavam à agricultura e das grandes possibilidades da nova terra – Brasil.

Falava que era, era frio né. [...] Na época, muita dificuldade. [...]. E... Pelo amor de Deus!... Na Itália [...] num era grandes coisa também sabe.? Vivia! [...] Lá na Itália [...] dificuldade né, trabalho. [...]. Eles contava que lá, trabalho! Lá era mais era trigo né. Eles mexia com trigo na Itália. Muito frio... (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

Êis passava muita dificurdade ali, na Itália né. Muita dificurdade né. Diz que era uma pobreza, difici... tudo as coisa poca, tudo, tudo regrado [...]. E se continuasse, ficá lá, êis passava fome naqueis lugá né [...] (R. Cremasco, 80 anos, Santa Rita do Itueto).

Ah, eu lembro pouca coisa né, mais eles falava que a vida lá, eles vieram embora porque lá tava muito [...] tava muito difícil a vida lá. Então eles resolveram. Ficou sabendo que aqui no Brasil era bom. Resolveram mudar pra aqui. (M. Campos Dell'Horto, 55 anos, Resplendor).

Um neto de imigrantes italianos, que veio do Espírito Santo com apenas quatro (04) anos de idade para Minas Gerais, ao lembrar-se do que a *nona* contava sobre a Itália enfatizou também o clima frio. Provavelmente, as precárias condições de aquecimento no inverno rigoroso tornavam as lembranças do clima frio algo a ser ressaltado e relatado para seus descendentes.

Lá... Que eu lembro que a nossa vovó sempre contava para gente. Sabe o que quê era? Diz ela que lá faz tanto frio! [...] De frio é. Eu só lembro desse pedacinho aí. (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

O Sr. A. Denadai, neto de imigrantes italianos, que veio da região de Alfredo Chaves para Santa Rita do Itueto realça que os pais e avós não conversavam muito sobre a Itália e o motivo pelo qual emigraram. No entanto, destaca que apenas diziam que era muito frio e que a vida lá estava muito precária. As boas notícias espalhadas, na Itália, de terras para viverem e produzirem fez com que muitas famílias de agricultores optassem por emigrar para o Brasil. A procedência regional também é ressaltada.

Não, não. Isso aí eles num conversava. Só a gente ouvia dizer que lá tinha a época do frio... [...] É porque lá tava muito difícil... a vida lá pra êis tava difícil né. Aí aqui surgiu a oferta de trabalho e lugar pra êis ficar né, aí resorveram vim pra cá. Muitos trabalha na roça, do meio rurale também né. [...] Era bem precária né. Vieram sem nada mesmo de lá... Era de... o meu avô acho que era de Treviso né. Treviso. (A. Denadai, 83 anos, Santa Rita do Itueto).

Assim como Trento (1989) enfatiza o contexto de miséria e pobreza vivenciada na Itália, no relato do Sr. V. Magri esses aspectos também são muito enfatizados. São agricultores sem estudo, vivendo numa região que pouco poderia oferecer às suas famílias na época.

Muito pobre! Uma pobreza doida. Uma miséria. Pobreza. E trabalhava muito, pouco lucro. [...] Agricultura. Uma pobreza danada. Nalfabeto. A região muitooo, pobre. [...] Muita difircurdade! (V. Magri, 71 anos, Santa Rita do Itueto).

A falta de terras para produzirem foi ressaltada no relato da Sra. B. Benicá ⁷⁵. A emigração se tornava ainda mais atraente quando percebiam a possibilidade de se tornarem proprietários. As notícias que recebiam eram de um país onde era possível adquirir terras. Relata uma emigração familiar, destacando a procedência regional, conforme Alvim (2000), Trento (1989) e Dadalto (2009) enfatizam que os imigrantes italianos se identificavam muito mais por sua região de nascimento do que como italianos. Novamente o clima frio é ressaltado no relato da neta de imigrantes.

Ela (nona) contava que, que tinha muita coisa, fruta né, vinho... muito, o vinho lá êis tomava muito vinho né, das uva... E só que era com muita difircurdade né, na Itália. Muita difircurdade. [...] tudo num tinha valor né. Num tinha valor. (pausa) Os avô trabalhava, ganhava poco e tudo com sacrifício, ela falava. Eles num tinha terra não, trabalhava pra arguém. [...] na roça. É na roça. [...] Iiih, ela falava que passou muita difircurdade. E depois que veio pro Brasile também passou muita. É porque lá era difici né. Era difici e começaram falar que aqui no Brasile era [...] uma maravilha né, e animaram. E ondê que foi um, foi tudo! [...] Vieram tudo da Itália. Vieram tudo junto né. [...] difircurdade que tava passando lá. [...] Treviso né. Treviso. Treviso. Ela era trevisana, de Treviso. Era bunito. Bunito, era... iiii, frio. Diz ela que nossa senhora! Muito frio né. Muito frio, muito. Muito sacrificado, falou assim, ela contava. (B. Benicá, 79 anos, Santa Rita do Itueto).

Conforme destacaram Trento (1989), Bassanezi (1995), Dadalto (2009) e Zanini (2010), a emigração italiana para o Brasil era familiar. Havia uma preferência pelo embarque de famílias com filhos ou casais, tendo em vista que um dos objetivos do estímulo à imigração era, além da complementação da força de trabalho, o povoamento das regiões para onde eram

⁷⁵ Os antepassados dessa neta de imigrantes eram meeiros.

destinados. Isso fica evidente no relato de L. Marchioro que tem em sua memória as histórias contadas por sua mãe sobre o dia do embarque dos seus avós. Eles se casaram no dia do embarque. É interessante destacar a informação sobre o presente que ganharam da família, que vai além de uma simples lembrança. Ganharam uma peça de um jogo de chá – uma xícara. Essa peça tornou-se uma relíquia que atravessaria o oceano, mas outra parte permanecia com a família na Itália. Na falta de expectativas de um dia revê-los, algo material foi entregue para que nunca pudessem esquecer-los e o elo familiar continuasse no além-mar.

A minha mãe falava que o dia que eles casaram eles vieram embora. Eles pegaram uma xícara de lembrança. Entraram no navio e veio para cá. No dia que eles casaram. Diz ela que veio a família e a xícara. (risos) Trouxe uma xícara de lá. Mamãe sempre falava, pra lembrar, é da Itália. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

O Sr. J. Baptistin, neto de imigrantes italianos, nascido na região de Alfredo Chaves, em seu relato realça a procedência regional da avó e o contexto de crise em que viviam os italianos. Destaca-se que as informações de um país novo, maravilhoso e bom para se viver estão sempre presentes nos relatos dos descendentes.

Me parece que a avó é, é de um lugar chamado Treviso, na Itália né. Então, na época existia uma enorme crise na Itália, né. Então eles falaram que o Brasil é um país novo, e essa coisa e tale, e aí arranjaram as imigrações e vinham pro Brasil né. (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

De acordo com Klein (2000), Dadalto (2009), Alvim (2000) e Trento (1989), o contexto da Itália, a partir dos anos de 1800, é um contexto de mudanças, culminando na Unificação do território geográfico, na modernidade e modernização. A Sra. R. Benicá tem em sua memória a narrativa de sua avó que descreve um cotidiano tranquilo, mas perturbado pelas guerras de Unificação, sobrevivendo a dificuldade para sobreviver no novo contexto como é ressaltado em seu relato. As notícias de um país com terras férteis era a única esperança que movia os italianos a atravessar o Atlântico, ocorrendo enfim a partida marcada pela dor de deixar a terra natal e ir para um lugar desconhecido. Por alguns instantes, a descendente fica em silêncio e com um olhar muito abatido ao lembrar como a avó, que veio com apenas 14 anos de idade, falava sobre a partida desde a região de Treviso, na Itália, até a chegada ao porto do Espírito Santo.

[...] Que era assim: lá eles viviam alegres, felizes, trabalhavam, mais por causa [...] da guerra, então veio aquele baque, então tudo ficou difícil. Eles vieram pro Brasil porque viam falar do Brasil, uma terra sadia, fértil, que tudo que plantava dava, [...]. Fala assim: que eles começaram a sair, tava deixando o Treviso, a Itália pra trás, que foi uma partida muito triste [em voz

embargada e bem baixinho não sendo possível ser gravada afirma: fico arrepiada só de pensar como foi triste]. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

O Sr. S. Daros também descreve os relatos dos avós e pais sobre esse momento da partida.

Os que êis comentaram que vieram, correndo de tirar os filho do exército. [...] É! É, só pra isso. Pelo menos o que êis sempre falava, pra isso. Ah... Frio era! O lugar lá era. [...] era de Triviso. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

Nessa mesma perspectiva, N. Nicoli (bisneta de imigrantes) também realça o contexto da guerra como o ápice da decisão de sair da Itália. O medo da morte e da fome foi enfatizado fortemente pelos seus antepassados. Novamente, a informação de que no Brasil tudo que se plantava colhia é verificado na narração.

Eles falavam que lá era bom. Só que nu vim a guerra, teve fome, fome. E o medo de morrer e a fome, eles vieram pra cá. [...] e aqui eles falavam assim: que ninguém passava fome [...] eles contam muito e tem muito sentimento é das guerra. Das guerra né. Porque se num tivesse vindo a guerra, eles num precisava ter esse sofrimento. (N. Nicoli, 58 anos, Itueta).

Destaca-se que os relatos são parte da memória de uma infância vivida junto com bisavós, avós e pais que, com intensidade e emoção, repassam para seus descendentes a partida da Itália. Como R. Benicá que se emociona ao se lembrar dos relatos da avó, M. Ton também tem em sua memória não apenas o registro das narrativas, mas de toda a emoção vivida por seus antepassados.

Ele destaca inicialmente que quem contava para ele as histórias sobre a Itália era a *nona*. A narrativa da avó descreve um país pequeno com restrições para o crescimento da unidade familiar. A procedência regional também foi destacada no relato, confirmando assim que os imigrantes se identificavam muito mais por suas regiões de nascimento e que Vêneto, conforme destaca Trento (1989), Dadalto (2009), Costa (1990), Bassanezi (1995) e Alvim (2000), foi a região que mais forneceu imigrantes para o Brasil.

Era a nona que contava alguma história, né. Que lá já era muito habitado [...]. A nona contava [...] que as terras era muito poquinho que trabalhava cada um, né. (pausa) [...] ela contava que: “ah, lá o governo num deixa construir mais a casa no chão, aí mora um por cima do outro, pra num ocupar a terra” [...]. Eles eram agricultores [...] a mãe do papai era da região de Treviso. Já o pai era Milão. É tudo norte. (M. Ton, 77 anos, Santa Rita do Itueto).

Continuando sua narração sobre a decisão de emigrar dos italianos, M. Ton, assim como A. Nicoli 2, também destaca a abundância de terras que o Brasil possuía. Como camponeses,

esse fator era fundamental. Ele guarda em sua memória os relatos sobre a chegada dos imigrantes ao sul do Espírito Santo, realçando o verde das florestas como pano de fundo que se descortinava aos olhos dos imigrantes italianos em terras brasileiras e a percepção de que a sobrevivência nas novas terras era possível. O canto em dialeto vênето cantado pela *nona*, demonstra a admiração dos imigrantes pelas terras em continente americano.

[...] aqui tinha terra à vontade pra trabalha. [...] aí que houve o ensejo de vim, eles vieram. [...] eles vieram encontrar justamente terra e facilidade de trabalhar. Que lá já era um país com habitação grande, a Itália naquele tempo né. E ela num é tão grande né. [...] e que notícia que tinha ajuda do governo, que o governo ia dá terra [...]. Deu lá no sul do Espírito Santo [...] eles deram uma área de terra [...] pra cada um. [...] Gostaram né. Porque era tudo muito bonito, muito verde, muito... Ela (nona) falava que era... Ela cantava uma música [...] “América lé bella, Brasille nu se parla”. [...] E na Itália nunca mais né. (M. Ton, 77 anos, Santa Rita do Itueto).

O pequeno território geográfico italiano e o acordo entre os governos para a efetivação da imigração para o território espírito-santense são destacados também na narração do Sr. A. Nicoli 1.

Por que lá era muito apertado. E aqui era o governo de Alfredo Chaves, Alfredo Chaves aqui de Vitória aí [...]. Dava os terreno de graça para o povo que vinha de lá. Então eles vieram. (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

O Sr. V. Magri enfatiza que as famílias de imigrantes italianos foram desbravando as novas terras com o principal objetivo de adquirir um pedaço de terra para plantar e colher. Assim, o sustento da família estaria garantido.

[...]. Aí que eles conseguiram ir se arrumando... [...]. Terra boa pra trabalhar né! E campo pra trabalhá! Vieram com esse intuito, de chegar e disbravar e... alavancar alguma coisa na vida né. (V. Magri, 71 anos, Santa Rita do Itueto).

As narrações expostas pelos descendentes sobre o contexto da Itália e do Brasil, no momento da grande imigração transoceânica, confirmam os dados apresentados no capítulo III. Também é fundamental destacar que a migração é resultado de uma multiplicidade de fatores – econômicos, políticos, ambientais, culturais –, como realça Haesbaert (2007). Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos estavam perdendo seu território apropriado e construído na origem, para reorganizarem suas vidas em terras desconhecidas, vivendo assim o processo de desterritorialização e reterritorialização, conforme descreve Saquet (2009).

4.2.2 A chegada em solo espírito-santense: Alfredo Chaves e Castelo

No contexto da chegada, quando os grandes navios ancoravam no porto de Vitória – capital do Espírito Santo, os imigrantes italianos já se deparavam inicialmente com uma situação difícil em terras brasileiras. Presenciavam, de imediato, o desembarque de maneira precária, pois as condições de segurança eram péssimas. Após o desembarque, novamente embarcavam em navios de pequeno porte que se direcionavam para os portos menores situados no litoral espírito-santense (DADALTO, 2009). No caso específico do grupo de imigrantes italianos em estudo, a maioria desembarcou no porto de Benevente, atual município de Anchieta.

Após a quarentena no albergue, barracão ou hospedaria do imigrante⁷⁶, as famílias italianas eram direcionadas para localidades praticamente inabitadas, ou seja, para o interior do Espírito Santo, em especial para a região sul⁷⁷, que contou com um número expressivo de imigrantes em suas terras (DADALTO, 2009).

O Sr. V. Magri, em seu relato, destacou o tempo de quarentena dos imigrantes na hospedaria. Segundo os dados do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) a Hospedaria dos Imigrantes da Pedra D'Água⁷⁸ foi inaugurada em 1889 na entrada da baía de Vitória, atualmente pertencente ao município de Vila Velha⁷⁹.

[...]. Ficou numa quarentena na... num lugar lá em Vitória próprio prus imigrantes né. Pá fazer aquela quarentena, pra num transmitir doença e num pegar doença. [...] Aproximadamente foi em Anchieta na época, [...] ali acho que tinha [...] uma hospedaria que os imigrantes ficava quarentena. [...] Depois foram, [...] (V. Magri, 71 anos, Santa Rita do Itueto).

Partiam assim, em direção às montanhas da Serra do Mar para ocuparem e cultivarem o solo; muitos chegavam à região sul através dos rios, navegando ou utilizando picadas às suas

⁷⁶ Esses são os nomes dados aos locais que os imigrantes ficavam em quarentena ou internação. Algumas famílias de imigrantes permaneciam por mais tempo, outras por menos.

⁷⁷ Destaca-se que a ocupação e colonização da região norte do Espírito Santo ocorreu tardiamente se comparada à região sul, e contou especialmente com a migração interna para seu povoamento (DADALTO, 2009).

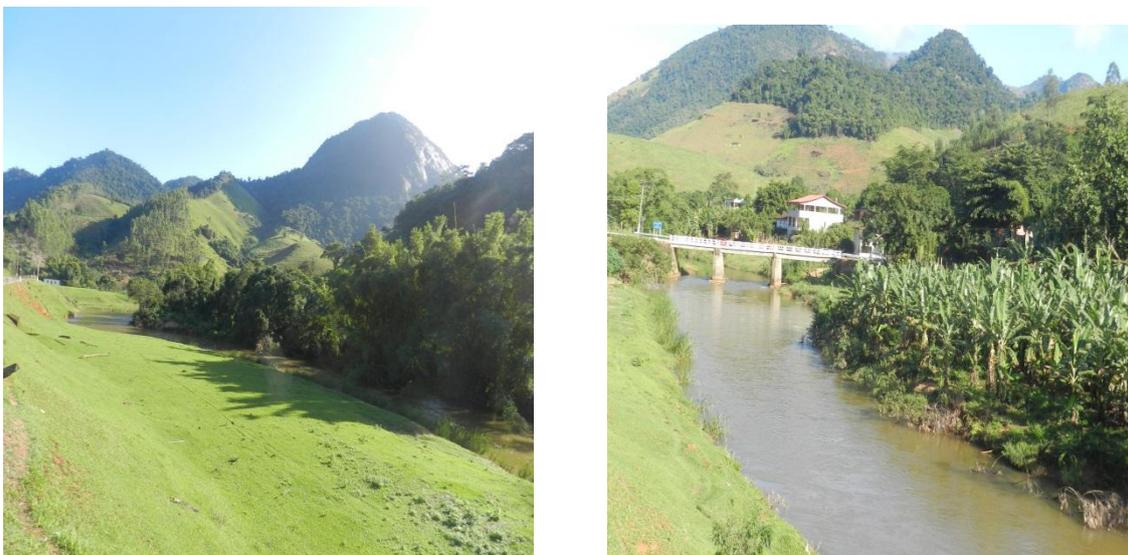
⁷⁸ Conforme os dados extraídos do projeto **Imigrantes Espírito Santo**, entre os anos de 1889 a 1900, período do maior fluxo de imigrantes para o Estado, a hospedaria recebeu mais de 20 mil imigrantes. Antes, porém, o desembarque se dava diretamente no porto de Vitória e os alojamentos, quando existiam, ficavam localizados em barracões improvisados nas circunvizinhanças da capital ou então as famílias seguiam diretamente para as colônias. Portanto, os imigrantes que chegaram ao porto de Vitória até 1888 não passaram pela hospedaria da Pedra D'Água. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – www.ape.es.gov.br - Projeto **Imigrantes**.

⁷⁹ Em 1924 o edifício foi transformado em Penitenciária do Estado, situação que permanece até os dias atuais. Informação retirada do site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes>. Acesso em 05/09/2013.

margens. Aos poucos foram se formando vilas, povoados e municípios, configurando assim, o espaço físico e a ocupação das terras espírito-santenses.

Destaca-se o Rio Benevente⁸⁰, citado nas narrativas dos descendentes de imigrantes italianos ao se lembrarem de como foi a chegada à região de Alfredo Chaves contada pelos seus antepassados.

Utilizando uma das duas vias de penetração no interior, os recém-chegados iam lentamente embrenhando-se nas terras que os recebiam. Aos olhos, novidades e estranhezas. Nas figuras 04 e 05 observa-se o Rio Benevente na altura da sede municipal de Alfredo Chaves. Nota-se, além do rio, a preservação das matas nos topos dos morros. Cenário semelhante é observado também nas propriedades pertencentes aos descendentes de origem italiana nos municípios mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto.



Figuras 04 e 05: Vista Panorâmica do Rio Benevente – Município de Alfredo Chaves/ES
Fonte: Sandra Nicoli, 01/06/2013 – Pesquisa de Campo.

Nas memórias de J. Baptistin, neto de imigrantes italianos que desembarcaram no porto de Anchieta/ES e seguiram em direção à região de Alfredo Chaves, várias são as lembranças do que foi contado por seus pais e *nonos* sobre a chegada ao Brasil e o encontro com o Rio Benevente.

Eles desceram em quarenta e cinco famílias [...] em Anchieta. [...] depois que eles chegaram lá, eles gostaram, [...]. Eles gostaram muito. [...] o nome [...] Benevente, “bons ventos” quer dizer né. [...] É, “bons ventos”, porque ali o

⁸⁰ A Região Hidrográfica do Rio Benevente se localiza no sul do Espírito Santo, abrangendo os atuais municípios de Alfredo Chaves e Anchieta em sua totalidade e, parcialmente, os atuais municípios de Guarapari, Iconha e Piúma. A nascente do Rio Benevente localiza-se em Alfredo Chaves e sua foz em Anchieta. Fonte: (www.alfredochaves.es.gov.br).

mar fazia uma zuera danada né. E era o vento. [...] Então, tudo era mato! [...] Essas pobre família, essas pobre família andava por uma picada a fora, acompanhando o rio, Rio Benevente, [...] horas de, de distância, foi picada até dentro da floresta né. E aí acharam um lugar, [...] nesse lugar eles apelidaram né, “Ao Primo”, que quer dizer, o primeiro lugar né. (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

No relato do Sr. A. Denadai, há a confirmação de que o grupo de imigrantes italianos em estudo seguiu primeiramente para a região de Alfredo Chaves, na época pertencente ao território geográfico de Benevente. O rio foi destacado como a via de penetração no interior do Espírito Santo.

Eles chegaram por, por Alfredo Chaves mesmo. Por ali. Dizem que o Rio Benevente era navegável né. [...] é, muitos até viajaram né, pelo rio, pra procurar os lugar que êis ia ficar né, pelo Rio Benevente, hoje já não é mais navegave né [...]. Ele passa dentro de Alfredo Chaves. (A. Denadai, 83 anos, Santa Rita do Itueto).

O Sr. J. Magri narra que seus antepassados subiram o Rio Benevente em direção às terras, hoje pertencentes a Alfredo Chaves. Destaca a navegabilidade do rio e o não cumprimento das promessas feitas.

Eu só sei que eles subiram no Rio Benevinte, eles chegaram [...]. É no Espírito Santo. Chegaram no Rio Benevente em São João de Alfredo Chaves. [...] Anchieta. [...] subia pro Benevente assim, nos pequeno barco a vapor né. [...] Foi muita gente. A gente assim, até estranha né, chegar lá, que andava o barco a vapor ali, né, as pequenas embarcações a vapor levando o pessoal imigrantes, né, pro rio acima ali, pra ter as, [...] promessas, cumprir as promessas que eram feitas né, [...]. Num tinha promessa nenhuma, era tudo solto no mato. (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

O Sr. J. Ton também destaca em seu relato que muitos grupos de imigrantes italianos chegaram pelo porto da capital do Espírito Santo e depois da quarentena foram encaminhados para localidades pertencentes à região sul.

[...]. Eles chegaram [...] Vitória né. Onde, depois eles foram encaminhados para o município de Alfredo Chaves na região de Matilde, né. (J. Ton, 65 anos, Santa Rita do Itueto).

Mostrando diversas fotografias, a Sra. J. Bonela destaca em seu relato que a imigração italiana foi familiar e que seus avós emigraram ainda crianças acompanhados dos pais. As famílias foram direcionadas primeiramente para a região de Alfredo Chaves. Depois de alguns anos vivendo nesse local, migraram para Iconha, localidade que atualmente faz limite com Alfredo Chaves.

Aqui dá foto. [...], esses dois que vieram, mais ou menos a idade de dois anos, e era de navio, demorava muito chegar, era seis meses me parece. Aí eles que

vieram, [...] os dois avós. [...] vieram da Itália. Ah, eles chegaram em Vitória. [...] depois eles foram [...] pra Alfredo Chaves, [...] onde eles moravam. Foram [...] criança né. Aí tinha [...] os velhos né, os pais dele que era meu bisavó, meus bisavós né. [...], aí depois foram pra Iconha, eles morou muito tempo em Iconha né. Iconha é perto de Alfredo Chaves. [...] É, eles vieram em família, [...] (J. Bonela, 66 anos, Resplendor).

Narrando sobre quais de seus antepassados vieram para o Brasil e pararam no porto de Vitória, R. Benicá destaca a idade da jovem avó ao emigrar.

Foi a minha avó, [...] que tinha quatorze anos. [...] Com quatorze anos, [...] da Itália e pararam em Vitória. [...] Em Benavente. Que é onde hoje é... Deixa eu recordar bem. Eles chegaram em Vitória, Vila Velha. Espírito Santo. Então, dali eles já tinham todos assim é... O pessoal pra acolhê-los [...] aí eles foram se agrupando. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

Como R. Benicá, o Sr. S. Daros também destaca que o grupo em estudo, emigrou em família e desembarcou no porto de Anchieta, na época conhecida como Benevente.

[...] saltou em Anchieta, Alfredo Chaves aí, [...]. O meu avô... Da Itália. [...] ele veio com a família. [...], saltou aí em... Anchieta mesmo. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

Como a Sra. J. Bonela, o Sr. A. Nicoli 2 relata também uma imigração familiar com crianças acompanhadas dos pais e que desembarcaram no porto de Anchieta que, segundo o narrador, recebeu grande fluxo de italianos. Realça também em seu relato a acolhida do governo brasileiro, mesmo com a falta de estrutura para receber um grande fluxo de imigrantes e direcioná-los aos lugares interioranos do Espírito Santo para desbravarem as novas terras.

Meu avô e minha avó, dos lado, tanto faz da minha mãe como do papai. [...], na época que eles vieram era num navio né, veio muita gente, veio um navio cheinho. [...] vieram de lá. [...], da Itália. [...] me parece que meu avô veio de lá com nove ano e minha avó veio com seis ano, eles vieram crianças. [...], eles vieram em companhia dos pais né, [...]. Ah, Anchieta. Espírito Santo. [...], lá que eles desembarcou tudo, a migração italiana é ali. Todo eles que vieram, desembarcou foi ali. Eles foram e desembarcaram ali. Dali certamente o governo brasileiro, o povo que estava esperando por eles, que foi combinado os dois governos, eles recebiam esse povo aqui, dali levaram eles, não se sabe como, [...] de algum jeito, de qualquer jeito. Que aquele tempo era mata pura né. Colocaram eles nesse lugar. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

O Sr. V. Magri (neto de imigrantes) também narra a ida para a região sul do Espírito Santo, e novamente o Rio Benevente aparece como via de penetração para o interior.

[...], pegaram o Rio Benevente e subiram até Alfredo Chaves, São João de Alfredo Chaves. [...] Benevente, sai dali de Anchieta e sobe [...] até Alfredo Chaves. Tinha navio que subia, hoje acho que nem lancha num sobe mais. [...], aí se localizaram em São João de Alfredo Chaves, hoje, Curubixá. (V. Magri, 71 anos, Santa Rita do Itueto).

Relembrando as conversas que teve com a avó, a neta B. Benicá narra sobre a chegada das famílias de imigrantes e a utilização do rio como via de acesso ao interior.

Chegaram ali no Espírito Santo. [...] Eu acho que foi em 1800 né. [...] Subiram o Rio Benevente né, e foram parar lá em cima. E lá eles se colocó ali né. [...] Tudo em mata! [...] Veio tudo mundo. [...] E tudo ficou ali no Espírito Santo, ali. (B. Benicá, 79 anos, Santa Rita do Itueto).

Ao chegarem a Benevente as primeiras famílias recebiam um lote de terra⁸¹, sempre margeando o rio. Com a chegada de outras levas de imigrantes os lotes foram se distanciando das margens do rio, e aos poucos o território geográfico espírito-santense foi se transformando pelas mãos dos imigrantes italianos. O Sr. M. Ton relata as narrativas da avó sobre a ocupação desse território geográfico.

Lá, eles contam que eles ficaram em Benevente né. Quando chegou as famílias ficou em Benevente. [...] e eles foram pra abrir a terra berando o Rio Benevente né. Então berando o rio, a terra [...] saia cumprida, tombava morro pra lá né. [...] pra que eles abrisse tudo de uma vez. Então eles formaram em grupo, [...]. Sempre preferiam pegar mais junto né, aí dirrubaram a beira do rio toda de uma vez assim. No rio só vinha estreita né. [...], então todo mundo ficou beirando o rio. Do outro lado já eram outros. [...], então distamparam a região duma vez. (pausa). E eram muitas famílias! [...] distamparam o rio todo. (M. Ton, 77 anos, Santa Rita do Itueto).

As narrativas expostas confirmam o objetivo de povoamento do projeto imigrantista do Espírito Santo, conforme destacado por Dadalto (2009), e confirmado por Colbari (1997), quando argumenta que, com o objetivo de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses foram constituídos de pequenas propriedades cultivadas pelos imigrantes.

As famílias embrenharam-se no interior do Espírito Santo, enfrentaram o clima tropical, animais selvagens, e desbravaram os locais pouco habitados até a sua chegada. Plantaram, colheram, construíram suas casas e formaram numerosas famílias – vistas como unidades de produção. Assim, em poucos anos de fixação no solo espírito-santense já era possível

⁸¹ O tamanho dos lotes de terra adquiridos pelos imigrantes italianos no Espírito Santo ficava em torno de 25 hectares (POSENATO, 1998, p. 236). No entanto, em trabalho de campo foi constatado a ocorrência de erros de demarcação, podendo existir lotes com dimensão bem inferior.

perceber o considerado crescimento populacional e o desenvolvimento das localidades, onde havia a presença dos imigrantes italianos (NICOLI e SIQUEIRA, 2011).

Conforme destaca Dadalto (2009), a integração dos imigrantes italianos à agricultura no Espírito Santo encontrou várias barreiras. Em primeiro lugar, eles vinham de outro aprendizado de produção. Aliada a isso, houve também uma falta de política de orientação, objetivando ajudá-los a se adaptarem ao novo ambiente. Eles viveram numa sociedade eminentemente rural, alojados em colônias, isolados dos principais centros de comercialização e da produção político-cultural, já estabelecidos em outras áreas do Espírito Santo.

O verde das florestas foi se transformado em verdes de lavouras de café pelas mãos dos imigrantes italianos, confirmando assim a informação de Busatto (1990) de que os imigrantes vinham com o objetivo de praticar agricultura.

A Sra. N. Nicoli relata que as famílias de imigrantes italianos foram levadas para localidades inabitadas, com a finalidade de povoarem e desenvolverem a cultura cafeeira no Espírito Santo.

[...]. Vieram de navio, desembarcaram em Vitória. Aí o governador do Estado naquela época trouxeram pras mata [...]. Colocaram eles nas mata. [...] Trabalhar, plantar café. Porque o governo do Estado naquela época queria renda. Aí porque quê ele levava pras mata? Pra poder dirrubá as mata, plantá o café, pra colheita do café dá lucro. (N. Nicoli, 58 anos, Itueta).

Dadalto (2009) destaca que esse contingente familiar foi o responsável pela produção de uma agricultura para exportação, em pequenas propriedades. Isso ocorreu devido à orientação dada aos imigrantes, centrada na formação de lavoura de café - o incremento da cultura cafeeira no Espírito Santo ajudou a promover o desbravamento, culminando no seu desenvolvimento.

Destaca-se também que, no contrato firmado entre os governos da Itália e Espírito Santo, havia os direitos e deveres a serem cumpridos pelo Estado e pelos imigrantes. Dos deveres do imigrante italiano, um era o compromisso de que, após seis meses do recebimento do lote, já deveriam existir uma área roçada e plantada de aproximadamente meio hectare e uma casa construída. A obtenção do título definitivo ocorreria somente depois de cumpridos todos os compromissos com o governo, como destaca Colbari (1997).

O Sr. A. Nicoli 2 relata que o governo dava um pedaço de terra para cada família de imigrantes, porém a dificuldade deles era conseguir as ferramentas para trabalhar. Segundo Dadalto (2009), os benefícios materiais antecipados (ferramentas e sementes) para as famílias

de imigrantes deveriam ser pagos depois de um determinado prazo. O narrador destacou também que as famílias italianas começaram a desmatar e plantar.

Dava a terra. Um pedaço de terra. [...], eles contava que era maior dificuldade deles consegui a ferramenta. [...] levaram eles e colocaram eles em [...] família, cada grupo de família, [...] em alqueires de terra. [...], ali eles desmataram, [...]. Até eles começá colhê as coisas, eles derrubaram as mata, o governo arrumou as ferramenta e plantaram né, café. Que italiano gosta muito do café, [...] eles são trabalhador. Começou cultivá assim que venceu o ano, mais ou menos por aí afora, dois anos no máximo, [...] já tava produzindo as coisa de comê, bebê, [...]. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

A Sra. A. Benicá realça em seu relato as dificuldades de sobrevivência das famílias na região de Alfredo Chaves, destacando como uma mãe fazia para alimentar seus filhos.

[...] num tinha dinheiro. Num tinha onde nem comê. Aí [...], quê que eles fazia pra podê dá come pras criança? [...], moía na engenhoca, cana! [...], ia [...] no fogão de lenha fazer o melado. Depois êis pegava e fazia polenta. [...], no chão assim, com a bacia, [...] êis sentava tudo em volta, aí ela [a mãe] moiava, dava pras criança. [...] (pausa). Aquela dificurdade. Dificurdade! Dificurdade! (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

Em sua memória, o Sr. J. Magri guarda histórias de muito sofrimento vivenciadas por seus antepassados no interior do Espírito Santo e que foram contadas para os filhos e netos.

Sofreram demais né. Pelas histórias que a gente sabe, sofreram muito né. [...] Ah, o meu pai falou que... Falava né. Que o lugar que eles apossaram na época, era um lugar, [...] muito difícil, [...] muita mata né. Eles sofreram muito mesmo. (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

Como o Sr. J. Magri, a Sra. R. Cremasco também lembrou de histórias contadas pelos avós sobre a difícil vida no Espírito Santo, quando chegaram. Destaca também o desmatamento realizado pelas famílias de imigrantes.

Meus parente que ficaram no Espírito Santo, [...]. Eles passaram muita necessidade. [...] Aí que êis foram começá a prantá o café. [...]. É as pessoa sofreu muito. [...], quando os pai dêis veio de lá de fora e chegaram aí no Espírito Santo. [...], eis podia entrar e fazer [...] um desmatamento no lugar. Porque o lugar era inteiro, cheio de mata né. Então êis fazia o desmatamento ali e êis ia prantando, faziam prantação, [...]. (R. Cremasco, 80 anos, Santa Rita do Itueto).

O Sr. J. Baptistin destaca em seu relato que os principais motivos, pelos quais os imigrantes italianos vieram para o interior do Espírito Santo foram o preço da terra fértil e a existência de florestas que lhes proporcionaram madeira para as construções e lenha. Destaca também que uma das primeiras construções a ser erguida foi uma capela para as orações.

Segundo Zanini (2010) e Franzina (1991), a tradição religiosa vêneta é a católica, sendo os venetenses religiosíssimos e conservadores.

Eles vieram é por causa das mata. Pensa bem né. Mas sofreram. Pensa bem quanto que sofreram. Então, foram se distribuindo. Ôh, o primeiro lugar que eles tiveram na mata, que eles abriram, fizeram uma igreja de pedra, tá lá ainda. (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

Considerando que o objetivo do projeto imigrantista do Espírito Santo era o desbravamento e povoamento baseados na pequena propriedade familiar, com a formação das famílias dos filhos de imigrantes italianos, as primeiras propriedades destinadas a eles se tornaram pequenas em relação ao aumento do núcleo familiar. O que culminou na necessidade de mais terras para a produção agrícola e para o sustento da família.

No relato do Sr. J. Baptistin é possível perceber que os imigrantes foram desbravando, povoando e formando novas famílias no interior do Espírito Santo.

[...]. Eles eram uma família grande né, e [...] depois o pessoale foi crescendo, foi derrubando mata e o povo foi crescendo, [...]. Lá no Espírito Santo. [...] Tudo ali. E ali foram [...] se espalhando esses italianos. [...]. Se espalharam assim, [...] foi nascendo filhos né, [...] e netos, juntou muita gente. [...] então eles queriam mata, começou a se espalhar [...]. (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

Diante da necessidade de outras terras para as novas famílias constituídas, uma das primeiras opções foi a migração para localidades mais próximas à região de Alfredo Chaves que ainda estavam praticamente inabitadas. Portanto, a migração interna no Espírito Santo aconteceu num período em que houve a constituição de numerosas famílias descendentes de imigrantes, e não havia a possibilidade de sustentar toda a prole apenas com o pedaço de terra adquirido no momento da chegada em solo espírito-santense.

Entre as localidades escolhidas pelos filhos dos imigrantes está a região de Castelo, também localizada no sul do Espírito Santo. O povoamento dessa região contou com a participação das famílias de imigrantes italianos a partir do final do século XIX. Destaca-se que os colonos eram agricultores vindos da Itália e de outras regiões do Espírito Santo (CASAGRANDE e BARBIERO, 2012).

A Sra. M. Grobério relata que as famílias de imigrantes italianos, ao migrar para a região de Castelo, queriam melhorar a situação de vida, ou seja, ter mais terras para produzirem.

Eles quiria assim: ficar mais bem de situação né. (...) Ser melhor pra viver. Porque sair de lá né, pra vim parar [...] em Cachoeiro do Itapemirim, Castelo por aí né. (M. Grobério, 68 anos, Itueta).

Relatando que seus avós, depois de um tempo instalados na região de Alfredo Chaves, conseguiram uma reserva financeira e foram em busca de mais terras, o Sr. V. Magri destaca que seu pai e um irmão escolheram a região de Castelo para construírem suas vidas após a união matrimonial.

[...] aí compraram [...] uma terra [...]. Casou e foram morar lá [Castelo]. Aí dirrubaram a mata, plantaram muita lavoura. [...], aí eles formaram lavoura, [...] de café. (V. Magri, 71 anos, Santa Rita do Ituetó).

Relembrando o que o pai e o irmão mais velho contavam sobre a ida de Alfredo Chaves para Castelo, o Sr. A. Nicoli 2 relata a existência de uma grande fazenda na região pertencente a um cafeicultor que utilizava mão de obra escrava. A fazenda entrou em decadência econômica, por razões desconhecidas, e foi adquirida pela congregação religiosa dos Agostinianos. Um dos religiosos, juntamente com o governo estabeleceu a vinda de famílias de imigrantes italianos, no intuito de povoarem a região baseando-se na pequena propriedade familiar.

De lá a história é essa: havia uma fazenda [Fazenda do Centro] lá de dois mil e oitocentos alqueires de terra. Era dos escravos, [...]. Córrego do Limoeiro. [...] Um casão [...] alto, [...] um desajeiro. É um trem bonito, [...]. [Depois da escravidão] o vigário do lugar lá, ele ajeitou uma maneira com o governo [...], compraram essa terra que era [...] do fazendeiro. [...] E aí o padre começou a medir tudo em lote de cinco (05) alqueire. Esse padre era italiano. Ele, em cima de dois mil e oitocentos alqueire de terra dividido em cinco alqueire, é muita raça de trem! (risos). Aí ele foi panhando esses italiano mais, mais fracassado. Aquêis que tava mais assim, com mais pobreza, lá [...] de Alfredo Chaves [...]. Ele foi levando esse povo pra lá e vendeu. Não deu, vendeu. O padre vendeu pra eles, cinco (05) alqueire de terra pra cada um. Ele fez as escrituras, fez tudo bonitinho, certinho, [...]. Da terra que eles [imigrantes italianos] tinha ganhado do governo cá, venderam cá [referindo à região de Alfredo Chaves]. Ajeitaram e foram pra lá [referindo à região de Castelo]. O padre foi colocando essas família tudo, tudo de orige, tudo, tudo orige, tudo gente que veio de [Alfredo Chaves]. [...]. Eles ia de Alfredo Chaves, [...] até em certa altura, [...] aí eles tinha um ponto que ali eles chegava. Eles saia de lá de manhã cedinho, romper do dia, levando as coisas [...], mas a preocupação deles era o sal, querosene e banha né. [...], um feijão também. Um arroz porque não podia leva muita coisa porque era na cacunda né. Não era em cima de animal. E o animal não ia, não tinha estrada porque era picada, [...]. A fazenda era grande, quase que era tudo mato. Tinha as aberta, onde que era a sede da fazenda. [...], muito café né. Naquele tempo o negócio era café né. [...], de cá de Alfredo Chaves eles ia até naquele ponto. Aí vinha a noite, ali eles dormia. Tinha [...] um lugar lá que acho que o governo, o padre arrumou lá um acampamento dentro da mata lá. Ali eles dormia, fazia uma comida, comia, dormia ali. Pra no outro dia eles rancá [...] dali pra frente. Era mata pura. Não havia estrada, havia picada [...] pra chega nas terra. [...] Dois dia eles demoravam

pra chagar lá e era mata pura. [...], havia muita onça, muito bicho brabo, [...]. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Pode-se observar nas figuras 06 e 07 a sede da Fazenda do Centro no atual município de Castelo – a fazenda do senhor de escravos citada pelo Sr. A. Nicoli 2 em seu relato. A figura 07 é uma foto atual e a figura 06 é do início do século XX.

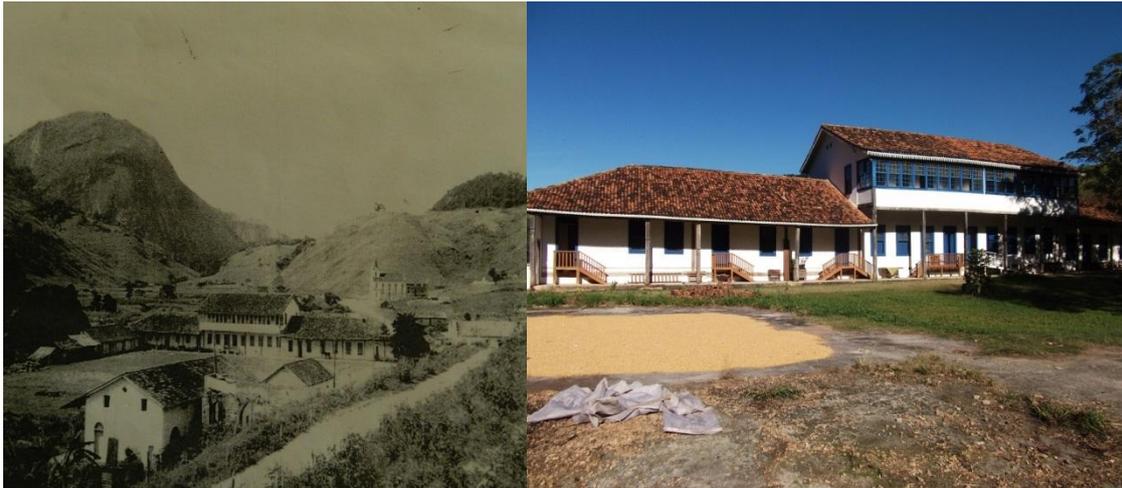


Figura 06: Fazenda do Centro, Município de Castelo- ES no início do século XX.
Fonte: Arquivo do Casarão da Fazenda do Centro.

Figura 07: Vista panorâmica da sede do casarão (Fazenda do Centro), Município de Castelo- ES.
Fonte: Sandra Nicoli, 02/06/2013.

O Sr. A. Nicoli 2 relata, ainda, que as famílias italianas foram desmatando e formando lavouras de café na região de Castelo. O narrador destaca que todos os membros da família trabalhavam na lavoura.

E ali eles derrubaram um pedaço de mata pra cada um. [...] E ali eles apossava, [...] e daí eles ia trabalhando, derrubando uma mata, formando mais café, aumentado a casa mais um pouquinho. [...], eles tinha muito café formado e trabalhava todo mundo. [...], é menino, mulher, todo mundo ia pro serviço. [...] Da manhã à noite. Muito trabalhadores, formaram muito café. A vida deles foi no café. Não foi boi e outras coisa não. Colhia muito café. [...] Mas naquela época [época que houve o aumento no valor do café] que eles fizeram um dinheirinho, que conseguiram fazer casa boa, melhorar a situação e [...] daí por diante esse povo foi melhorando e comprando mais terra de um, de outro [...]. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Enfatiza-se que, diferente das famílias de italianos que utilizaram o rio ou as picadas para adentrar no interior do Espírito Santo, as novas famílias constituídas em solo espírito-santense utilizaram as picadas e a Estrada de Ferro Sul. Segundo os documentos do Arquivo

Público do Estado do Espírito Santo (APEES), há mais de um século a Estrada de Ferro Sul⁸² faz parte do trajeto geográfico e do cotidiano das pessoas por onde seus trilhos passam.

A partir das narrações sobre a vida na região de Alfredo Chaves e Castelo, é possível perceber que as famílias de imigrantes italianos transformaram as localidades em um território apropriado e construído, a partir das relações sociais estabelecidas, que se materializaram e se reproduziram, desde a chegada ao Espírito Santo. Conforme ressaltado por Saquet (2003), o território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, e a territorialidade é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc.

E assim, ao longo dos anos, o espaço físico do Espírito Santo, na região onde se estabeleceram os italianos e seus descendentes, foi se transformando num território geográfico onde predominou a pequena propriedade familiar. Entretanto, com o passar do tempo configurou um panorama de estagnação econômica⁸³ e de impossibilidade de garantir o sustento das novas famílias, constituídas pelos filhos dos imigrantes italianos, resultando um contexto de fracionamento da terra. Diante da situação, uma alternativa foi uma nova migração, com destino às terras mineiras. O motivo dessa escolha era a qualidade e o baixo valor dos terrenos, a abundância de nascentes de água, e as florestas.

4.3 Em terras mineiras: formação do território “italianizado”

Assim como as famílias italianas que partiram da Itália para o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, as novas famílias constituídas pelos filhos dos imigrantes estabelecidos no interior do Espírito Santo optaram por migrar, quando suas pequenas propriedades no interior do Estado já não ofereciam mais condições para o sustento da família.

⁸² O empreendimento iniciou-se nos anos de 1892 (início da construção) sob o controle do Estado, indo até os anos de 1907. Depois passou para a iniciativa privada. Os trilhos da ferrovia passam atualmente pelos municípios de Vila Velha, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta e Cachoeiro de Itapemirim. O primeiro projeto ferroviário foi materializado na região sul do Espírito Santo provavelmente pelo motivo de, ao longo da segunda metade do século XIX, essa região ter se destacado pelo crescente incremento na produção cafeeira impulsionada pela chegada dos imigrantes. Fonte: (<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>).

⁸³ Segundo Dadalto (2009) essa estagnação econômica era resultado da falta de infra-estrutura para o escoamento do excedente de produção aliada à falta de mais terras para que os numerosos filhos dos imigrantes pudessem produzir.

Nesse sentido, os filhos dos imigrantes tinham o grande desejo de serem também proprietários de terras, já que as terras adquiridas pelos pais, no momento da chegada ao Brasil, tornaram-se pequenas para o sustento de toda a prole.

Conforme destacado no tópico 4.2 deste capítulo, os que migraram para Minas eram, em sua maioria, famílias oriundas do Norte da Itália, principalmente da região do Vêneto. Os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor, se comparados aos descendentes nascidos na região de Alfredo Chaves e de Castelo no interior do Espírito Santo.

Neste ponto é interessante destacar que, além do benefício comercial oferecido pela ferrovia, outro benefício, conforme destacou Espíndola (2005), foi a possibilidade de transporte oferecida aos migrantes. Destaca-se que tanto a Estrada de Ferro Sul (interior do Espírito Santo) quanto a Estrada de Ferro Vitória a Minas foram fundamentais para a realização do desejo de migrar rumo às terras mineiras, localizadas na divisa interestadual de Minas e Espírito Santo. A primeira ferrovia fazia o transporte do interior do Espírito Santo para a capital Vitória, e a segunda fazia o transporte até a divisa interestadual.

Chegando em solo mineiro, uma das belezas que mais impressionou as famílias de imigrantes italianos nas terras de Itueta e Santa Rita do Itueto foi a enorme floresta. Como um pano de fundo, verde, era o primeiro cenário que se descortinava aos seus olhares. Esse cenário se tornava ainda mais deslumbrante na medida em que o sentimento de concretizar seus objetivos se tornava mais forte.

De fato, aquela cortina verde iria cooperar para a realização da prática de uma cultura de subsistência e comercialização, uma agricultura produtiva para o sustento das numerosas famílias. Por isso, ao se perguntar aos descendentes do primeiro grupo como eram as localidades, quando ali chegaram os seus antepassados ou quando eram crianças, é muito comum responderem de imediato: *“Era Mata Pura!”*

[...]. Meu pai quando veio para Minas, [...] era mata purinha. [...] Santa Rita era mata pura! A cidade mesmo de Santa Rita não tinha nenhuma casa. (pausa). Não tinha nenhuma casa. Era mata pura! (A. Bersan, 94 anos, Resplendor).

Era só mata. Só matas. Não tinha [...] café, milho, pasto, essas coisas, era tudo mata. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

Uma outra atração era a existência de nascentes de água em grande quantidade, que significava produção e prosperidade.

Porque a intenção do italiano na época era muito simples. Era uma vida simples que eles tinham. Eram de chegar num lugar onde tivesse uma água

alta, pra eles produzir ali, um milho, ter uma vaquinha de leite, fazer um queijo e fazer o fubá e fazer a polenta e comer com queijo. Essa é a base da alimentação deles. [...], olhavam muito esse lado. (J. Ton, 65 anos, Santa Rita do Itueto).

[...] os italiano antigo falava assim: “aonde é que tem muita água e tem queda de água, tem prosperidade.” (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

Um terceiro ponto de atração era a fertilidade do solo. Como a ocupação ainda era tímida, existiam muitas terras boas para o cultivo e produção. Segundo Espíndola (2005), a fertilidade das terras, após a derrubada da mata/floresta, era o principal fator que impulsionava a ocupação do Sertão. Portanto, a fertilidade e o preço baixo das terras se comparados a outras localidades, foi o principal fator de atração das famílias de imigrantes italianos que optaram por migrar para as terras das Minas Gerais.

[...], é muita fartura. Eles só falam que tinham muita fartura. Que nossa mãe! Aqui era uma benção, que tudo que plantava até estragava, fartura demais! [...] Porque tudo que prantava dava com fartura, né. (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

Enfatiza-se que as famílias de imigrantes italianos possuíam um alto conhecimento de técnicas para trabalhar na terra e contavam com grande força física, e a experiência adquirida em solo espírito-santense, na chegada, foi de essencial importância para iniciarem uma vida nova nas terras pouco habitadas do Sertão do Rio Doce. A agricultura foi, portanto, a base econômica da ocupação humana nas terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto.

A chegada à região desses migrantes aconteceu no início do século XX, promovendo uma nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores.

Para compreender a trajetória e a inserção das famílias de migrantes italianos em Itueta e Santa Rita do Itueto, foi necessário um esforço de pesquisa qualitativa mediante o trabalho de campo pautado na História Oral, como foi demonstrado no capítulo I. Será, portanto, nessas fontes que embasaremos os resultados relativos à memória dos descendentes de imigrantes italianos, quanto à configuração do novo território no momento da sua chegada em solo mineiro.

O Sr. A. Nicoli 1 relata que, quando os filhos dos imigrantes italianos no interior do Espírito Santo formaram família, as terras adquiridas pelos pais se tornaram pequenas. Guardada uma reserva financeira, optaram por migrar para as terras mineiras que eram mais baratas.

Eles eram tudo casado sabe.? Então êis começo adquirir filho, essas coisas... E lá a propriedade era muito pequena e já tinha um dinheirinho guardado lá e vieram para aqui porque aqui os terreno era baratinho né. Então eles veio e se possiaram aqui. [...] Barato. Baratinho [se referindo ao preço da terra em Minas]. (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

A Sra. L. Marchioro referindo-se às famílias italianas que viviam no interior do Espírito Santo relata que essas eram grandes e desejavam mudar a situação de vida. Como a propriedade era pequena para a quantidade de membros e o preço das terras em Minas Gerais era menor, a opção pela migração era vantajosa.

É família grande. Eis quiseram mudar assim, um pouco. E lá era pequeno, [...] lá era assim, era um lugar muito pequeno. Aí quis se espalhar mais aqui. [referindo-se ao preço da terra] Mais barato. Baratim. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Segundo Dadalto (2009), a migração interna tinha como objetivo a busca de mais e melhores terras – projeto que vieram construir e concretizar por meio do árduo trabalho, utilizando estratégias individuais e coletivas capazes de garantir a sobrevivência.

O Sr. M. Ton faz a seguinte observação em relação à migração interna:

Ao decidirem emigrar para Minas estes adquiriam mais terras com preços mais em conta em relação ao Espírito Santo e para a sobrevivência da família mais terras teriam. E os que ficaram [ES] passariam a ter mais terras, pois houve o esvaziamento das terras por algumas famílias. Então, era solução para quem permanece [ES] e para quem migra [MG]. (M. Ton, 77 anos, Santa Rita do Itueto).

Para as famílias de imigrantes italianos a terra tem uma importância significativa. Ainda crianças aprendem o cuidado para com ela. Conforme Franzina (2006) *apud* Dadalto (2009), a terra significava, para eles, o porto para o qual se voltavam todas as esperanças, talvez até a meta das maiores ambições. Nesse sentido, a posse da terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade. Há uma tradição das famílias de imigrantes italianos de apego à terra que qualifica o espaço e o aprofunda. Assim, o apego ao solo o torna abrigo de histórias e valores, conforme destaca Pierron (2003).

Segundo os descendentes, os pais e os avós (*nonos*) sempre contavam como foram difíceis a chegada e a instalação, dificuldades essas observadas através das narrativas. Está presente na maioria dos relatos a descrição dos tempos difíceis, a derrubada da mata, a construção das primeiras casas para abrigo da família e a formação das primeiras lavouras de subsistência e para a comercialização.

A vinda pra cá naquela época era bem difícil, porque trem de ferro naquela época era tocado à lenha [...]. É Maria Fumaça é. Era demorado vim de lá aqui. Eles levaram dois dia dá onde eles morava pra vim pra Castelo [...]. Eles pegava o trem de ferro pra Vitória. E vieram. Eles venderam tudo os trem que tinha. Eles só trouxeram os menino e uma bagagemzinha pouca, [...] porque era longe de Itueta pra vim onde ele morou aqui, onde ele comprou. Era quase mata pura, estrada ruim. [...] os meninos começaram a chorar porque diz que tava com fome, [...] o papai acabando de pregar as tabinhas... a mamãe chorando, o Antenor,[irmão mais velho] chorando querendo voltar pra Castelo. Saí de um lugar santo pra vim pra um lugar desse, no meio de uma mata... (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Era mata! [...] A mata quase vinha dentro de casa. Pura mata! Quase tudo era quase mata. Aí eles foram derrubando e prantando milho, café... foram, foram se graduando. [...] Achava bom porque trabalhava. (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

[...] naquela época, [...]. Aqui era mata pura! Cê vê eles conta! Era mata purinha, purinha! Aí êis [...] fazia [...] aquelas barraca. Aí, ali eles ficava e começava a dirrubá pra pode começar a vida. (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

Direto para Santa Rita. [...], veio de trem [...] até Resplendor. De Resplendó pra cá, canela. Subi essa serras tudo aí [...]. Tudo mata pura. Lutando com dificuldade e tali, foi assim. A vida aqui foi trabalhar, lutar e trabalhar. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

As experiências narradas mostram a difícil tarefa de transformar aquele espaço em um território. A Mata Atlântica não apresentava condições para viver e a decisão de sair de um território conhecido, levava os desbravadores a pensar que deixaram um lugar santo. A família deveria transformar a mata em terras cultivadas e moradia, mas talvez o desafio maior seria *re-significar* a mata como oportunidade de trabalho e de enriquecimento. Na realidade, a terra comprada era apenas uma projeção, um projeto de futuro que, no momento da chegada, se apresentava bem distante do sonho acalentado em cultivar boas porções de terra. Um sonho que os levava a pensar na alegria das colheitas, mas poupava-os dos momentos penosos do desbravamento (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

O novo território nas terras de Itueta e Santa Rita do Itueto, apesar de inóspito, se constituía na oportunidade de reviver o sonho da primeira geração de imigrantes italianos que vieram para o Brasil, mais precisamente para o Espírito Santo, com a promessa de terra farta e inteiras condições de desenvolvimento. A impossibilidade de manter o sustento das novas famílias constituídas em solo espírito-santense lançou-os rumo ao desconhecido, como os seus antepassados (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

A mata que tanto impressionava os migrantes e é constantemente relatada nas narrativas dos descendentes era, no fim, a única chance de se tornarem proprietários de um pedaço de

terra em solo mineiro. Assim, decidiram migrar em busca de novas oportunidades. Nessa perspectiva compreendem-se a dedicação e o esforço das famílias de migrantes e descendentes italianos que, por volta dos anos de 1920, chegaram à região de Itueta e Santa Rita do Itueto e logo compraram pequenas propriedades. Outras trabalharam como colonos e/ou meeiros em terras de familiares ou amigos, e mais tarde adquiriram sua própria terra.

A luta do dia-a-dia das famílias de migrantes, nos primeiros anos de chegada em terras mineiras, foi de desmatamento para a formação das lavouras de café, milho, feijão, arroz, entre outros alimentos. Também, utilizando-se da madeira disponível na mata, construíram suas casas, currais e galpões para armazenar os produtos colhidos⁸⁴. As famílias que chegaram à região, após a instalação dos primeiros imigrantes italianos, receberam ajuda desses através de mutirão, quando todos ajudavam a preparar o terreno para iniciar a plantação das sementes (NICOLI e SIQUEIRA, 2012, p. 101).

Saquet (2003) acentua que a força de trabalho na prática agrícola no Rio Grande do Sul era totalmente familiar. Nos momentos de plantio e de colheita muitos praticavam os mutirões, motivados pelas dificuldades, relações de parentesco e vizinhança, solidariedade e pela identidade cultural herdada da Itália.

Trento (1989) destaca que a tradição de mutirão vem da região de Treviso na Itália, sendo uma prática muito comum entre as pessoas daquela região. O Sr. A. Nicoli 2 destaca, em sua narração, o uso dessa prática quando os seus familiares chegaram em Itueta.

Já tinha muita gente de lá [ES] aqui, [MG][...]. No domingo de manhã, eles subiram a pé [...] aquela serra [...]. Já tinha feito os acervos pra poder entrar na mata. Aí [...] juntô mais gente, vieram mais gente [...] pra pranta milho, feijão, arroz, [...] naquela varge ali. [...] Naquela baixa ali, [...]. Choveu pra valer, choveu pra prantar. [...], eles aproveitaram, [...] arrumou muita gente e falou: “vamos prantar o milho!” [...]. A semente de milho, feijão tudo que vinha de prantar. [...], juntou muita gente e vieram e prantaram. Prantô o milho, prantou feijão, prantou o arroz, prantou tudo, como foi muita gente. [...] Ajudava em tudo! Na doença, em tudo. Eles eram unido. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Durante os relatos sobre os primeiros imigrantes que chegaram à região em Minas Gerais, foi possível perceber que a maioria das famílias trazia, junto à mudança, sementes para plantarem, logo que preparassem a terra. Traziam também algumas ferramentas.

Sendo assim, ao longo dos anos e com toda a família na lavoura começaram a adquirir mais terra e gado. A produção era familiar e todos os homens, mulheres, e crianças a partir

⁸⁴ Destaca-se que tudo era produzido na própria propriedade. Só era comprado nas vendinhas ou comércio da região o que não se podia produzir, tais como: sal, trigo e querosene; açúcar era artigo de muito luxo.

dos seis anos de idade trabalhavam na terra. De tal modo foram ampliando suas terras que se tornaram importantes produtores de café⁸⁵ de Itueta e Santa Rita do Itueto, além de criadores de gado para corte, produção de leite e queijo, até os dias atuais (NICOLI e SIQUEIRA, 2012, p. 101).

Os dados do Censo Demográfico de 2010 demonstram que a Microrregião de Aimorés possui uma população de 144.724 habitantes, sendo que 66,8% vivem em áreas urbanas e 34,2% em áreas rurais – percentual muito elevado, se comparado com o Estado de Minas Gerais em que apenas 14,7 % da população reside em áreas rurais. A maioria dos municípios que faz parte da Microrregião possui características predominantemente rurais⁸⁶, prevalecendo a agricultura familiar.

É interessante destacar que, segundo o Censo Agropecuário 2006, no município de Itueta 82,6% dos estabelecimentos rurais são propriedades de agricultura familiar. Essas propriedades ocupam 57% da área total utilizada. Em Santa Rita do Itueto 80,2% são propriedades de agricultura familiar de um total de 46,3% da área utilizada.

Realça-se um diferencial citado pelos descendentes - em Minas seus antepassados tinham a vantagem de poder diversificar a atividade econômica, pois além da cultura cafeeira, poderiam dedicar-se à criação de gado para corte e produção de leite, o que na região sul do Espírito Santo era mais difícil devido, provavelmente, à topografia do terreno.

Mesmo com a possibilidade de diversificação da atividade econômica, as famílias de migrantes e descendentes não praticaram uma pecuária extensiva, como aconteceu em outras localidades da Mesorregião do Vale do Rio Doce. Convém salientar que uma das especificidades dos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto, onde se contou com a ocupação de descendência italiana, foi a preservação das matas. Nos lugares em que foi preciso desmatar, utilizou-se a conservação dos topos dos morros. Assim, é possível observar logo ao chegar a essas localidades a diferença em relação à preservação das matas, cenário também observado nas regiões de Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo durante a

⁸⁵ Destaca-se que a cultura do café foi praticada em toda a região, sendo esse produto transportado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM. Enfatiza-se ainda, que a cultura do café na região do Vale do Rio Doce concentrou-se nos municípios de Caratinga, Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, esses quatro últimos fazem parte da Microrregião de Aimorés. Além da importância de transportar as famílias de imigrantes italianos para as terras mineiras, no início do século XX, a ferrovia também foi de grande utilidade para a exportação das sacas de café colhidas pelas famílias residentes nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto. Já como proprietários de suas terras ou como colonos, as famílias de origem italiana também se beneficiaram com tal utilidade (INFORMATIVO da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto, 2006).

⁸⁶ Segundo Espíndola (2005a), até a década de 1970 o Brasil era predominantemente rural. Mesmo diante desta mudança pode-se afirmar que os aspectos do mundo rural, relativos à cultura (usos, costumes e vida material), ainda podem ser observados nas propriedades rurais. Este cenário é comum nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto.

pesquisa de campo. Reafirmamos que realmente isso é uma especificidade da ocupação de descendência italiana, pois, conforme Espíndola (2005b), os atos humanos ocorrem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão econômicos e sócio-culturais quanto ecológicos.

Quando [...] falou que ia vendê eu apertei e comprei, fiquei com ... com medo de derrubá a mata [...] sem mata num tem água e lá tem nascente que dá água pro córrego aqui. (I. Nicoli, 64 anos, Itueta).

Na figura 08 pode-se observar a preservação das matas na propriedade de um neto de imigrantes italianos.

Merece destaque, também, a diferenciação no manejo da terra, no cuidado para com as ferramentas e implementos de plantar/colher, nas formas de plantar, de colher, de guardar e de limpar os alimentos. Somam-se a isso o cuidado e a preocupação com a preservação da terra e a manutenção da área verde, o cuidado com o “terreiro” e a organização do celeiro. Segundo os descendentes essa é uma herança que receberam de seus antepassados.

Aquelas fazenda bem cuidada, muita lavora né? [...] muito caprichosos, [...], pranta lavoura, cuida, irriga. Então, muito bem cuidada as coisas [...]. São muito caprichosos. É muito bem cuidado. (M. Campos Dell’Horto, 55 anos, Resplendor).



Figura 08: Mata no topo dos morros no município de Itueta/MG.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O cotidiano das famílias de imigrantes italianos em terras mineiras não foi diferente do que se presenciou em solo espírito-santense. O empenho do dia-a-dia se fez através de muito trabalho, para que o objetivo principal de se tornarem proprietários de suas terras se tornasse

realidade. As narrativas a seguir demonstram uma vida regrada no trabalho tanto pelos adultos quanto pelas crianças. Lavorar era preciso, pois somente assim conseguiriam alcançar o sonho da posse de terras.

Como o Sr. S. Daros destacou em seu relato, a vida das famílias de imigrantes italianos em Minas foi lutar e trabalhar. A Sra. L. Marchioro que, com apenas 20 dias de vida, percorreu nos braços da mãe o trajeto do Espírito Santo até Minas Gerais, conta em seu relato a memória de uma infância regida por muito trabalho.

E o tempo colhia bem. Colhia as coisas. Plantava o milho, plantava arroz, feijão, plantava café. A gente mesmo. Nós trabalhava. E o nosso pai não botô nós na escola. Nunca quis pô. Ele brigava com a gente para gente não ir na escola. Ele queria que a gente trabalhasse. [...]. Às vezes eu era muito pequena que não sabia direito ficava a outra irmã lá. Tomando conta. Então eu ia pra roça também junto. Fazia pouco, mas o pouco que fazia já ajudava. [...] Ah... A gente não, não tinha... a gente não tinha folga não. Só dia de domingo. Ah, eu também. Trabalhei demais. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Ao recordar-se da sua infância, a Sra. M. Campos Dell’Horto a retratou assim:

Ah, a minha infância foi a mais sofrida que vocês pensarem. Ah, eu trabalhava demais na roça. Com seis anos meu pai botava a gente na enxada. [...], trabalhava a semana inteira, quando chegava sábado e domingo a gente tinha que lavar roupa pra segunda-feira. É, costurava o domingo. [...]. Todo o serviço que num podia fazer na semana tinha que ser feito no domingo. A gente não tinha folga pra nada. Assim com seis anos a gente fazia comida, colocava no fogão assim, um caixote pra gente alcançar. É, foi muito sofrido. Eu puxava enxada o dia inteiro, eu tinha muita dor nas costas, sofri demais na roça. (M. Campos Dell’Horto, 55 anos, Resplendor).

A Sra. L. Marchioro destaca que todas as irmãs trabalhavam na lavoura e que a menor ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos. As tarefas, tanto domésticas quanto da lavoura, eram bem divididas entre os membros da família.

Nóis trabalhava. [...]. Nós eram em quatro, irmãs. Todas as quatro trabalhava. Ficava um. Que cuidava de todo o serviço. [...], a mais pequena ficava em casa. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Nas suas lembranças, o Sr. A. Nicoli 1 destaca o tempo de trabalho na lavoura. São fortes recordações presentes em sua memória.

Todo mundo trabalhava. Era mulher, homem, mulher casada, tudo ia para a roça. E nós de dia? No cabo da enxada. Pra enxada. O dia inteiro. Capinar café, diriguiçar café, panhar café, tudo. É, a vida era apertada. [...]. Meu Deus do céu! (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

Perguntando sobre a sua infância, o Sr. S. Daros, como outros descendentes do grupo I, destacou que era o árduo trabalho que regia seus dias.

Enxada, enxada. Enxada. Machado... Foice. [...], cabo da enxada. [...] A semana toda. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

É significativo que as narrativas evoquem com frequência o cenário da mata e o trabalho árduo, revelando a estranheza das famílias que saíram de um ambiente já organizado no Espírito Santo e se deslocaram para uma região com poucos ou quase nenhuns recursos. A referência à mata se torna fundamental para assinalar o esforço de transformação levado a cabo pelas famílias de migrantes italianos e descendentes. Esse esforço se complementa com as falas relativas à infância, cuja marca central é o trabalho (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Em todas as narrativas está presente o intenso trabalho de toda a família, que se torna uma forte marca identitária desse grupo de migrantes que se estabeleceu nas terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto. Para os imigrantes e seus descendentes, era o trabalho que os dignificava. Afinal, foi por esse ensejo que muitas famílias se deslocaram da Itália rumo ao Brasil, em busca de condições de trabalho e sobrevivência (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Segundo Fausto (1991), os imigrantes e descendentes se dedicavam ao projeto de ascensão social pela via do trabalho rural. Assim, dedicados ao crescimento da renda iam adquirindo mais terras ou gado, ou plantando em maior escala.

A vida desde a infância era regada pelo trabalho de “*estrela a estrela*”, como destacou o Sr. V. Magri ao falar sobre o cotidiano de seus antepassados e de todas as famílias de migrantes italianos em Minas que trabalhavam desde o amanhecer até o anoitecer. O ensino escolar não era uma prioridade.

A família era vista como unidade de produção. Dessa forma, matricular os filhos na escola diminuiria a mão-de-obra disponível para trabalhar na lavoura. Em alguns casos, porém, havia os que tinham o desejo de que os filhos aprendessem ao menos a ler e escrever, para isso providenciou-se a contratação de alguns professores práticos para ensinar esses aspectos básicos. As aulas eram ministradas nas casas de algumas famílias, pois não havia um prédio próprio para o ensino escolar.

A Sra. L. Marchioro relata com muita emoção o quanto a mãe tinha o desejo de que os filhos tivessem acesso ao ensino escolar. A falta de tempo e a dedicação para com a família impediam que a mãe ensinasse pelo menos o básico aos filhos.

Mas ela [a mãe] não tinha tempo. Ela não tinha um filho a cada ano! E [...] tinha um monte de serviço, como é que ela fazia? Não tinha tempo pra ensinar. Bem que ela tinha vontade de ensinar, mas não dava tempo. Ela costurava para eles. Ela lavava pra eles. Cozinhava. Zelava de todos nós. E ainda trabalhava na roça. Então como é que fazia né? Foi uma vida... que vida! Foi uma luta feia. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

A participação das mulheres, tanto no âmbito doméstico quanto na lavoura, era importante para a economia familiar. Sempre muito sérias e caladas, usavam um longo vestido e pano na cabeça, bem ao estilo da Itália. Além dos serviços domésticos e educação dos filhos, também cuidavam da horta, terreiro, criações e participavam ativamente dos trabalhos na lavoura.

Assim pode-se resumir o cotidiano das mulheres descendentes: catavam as roupas sujas para lavar, cuidavam da limpeza e arrumação da casa, cozinhavam no fogão à lenha, cuidavam dos filhos – isso quando a filha ou filho mais velho ainda não tinha idade suficiente para ficar com os irmãos mais novos –, e ainda ajudavam os companheiros/maridos na lavoura, pois não se podia pagar um empregado para ajudar no trabalho do campo. Outra ocupação típica das mulheres era a costura. Tal tarefa era feita após o jantar, quando o marido e os filhos já estavam dormindo. Como não havia energia elétrica, costuravam à luz da lamparina e a máquina era tocada à força das mãos. A máquina de costurar da época pode ser observada na figura 09. Essa máquina pertenceu a uma imigrante italiana e atualmente encontra-se na casa de um neto.



Figura 09: Máquina de costura manual. Córrego do Paredão – Município de Santa Rita do Itueto/MG.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A narração do Sr. A. Nicoli 2 retrata o que a maioria dos descendentes do grupo I relatou sobre a escola. Estudar naquela época era algo extraordinário, pois a vida era regrada pelo trabalho. Houve a contratação de um professor para ensinar, numa casa, o básico para as crianças numa parte do dia e, à noite, para alguns adultos. Destaca-se que a frequência a essas aulas não duravam mais que dois meses.

A escola, nossa [risos] aí naquele tempo, [...] é que a maioria do povo daqui da minha infância, [...] ficou igual eu mesmo. Todo mundo analfabeto. Ninguém estudô. [...] Ah, então a escola foi assim, eles ajuntaram o pessoal, a vizinhança do lugar, não havia escola da prefeitura, nem do Estado. Não havia escola! E nem casa de escola. Juntava o povo né, [...] naquela época, ajustava, ia buscar fora por que aqui num tinha não. [...], contratava esse [...] professor né. [...]. Aí os pai que pagava né, [...] pagava uma parte de cada um, [...]. Todo mundo pagava. [...] Os adulto só de noite, [...] porque de dia, já amanhecia no mato trabalhando. Só mesmo as crianças [...] é que ia à escola de dia. [...]. Então, naquela época, [...] eles arrumaram esse professor [...]. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Destaca-se que os avós, pais e netos se dedicaram ao trabalho e não tiveram a oportunidade de se dedicar aos estudos, mas os netos passaram a investir na educação de seus filhos. Portanto, as gerações mais novas tiveram a oportunidade de se dedicar aos estudos. Essa e mais algumas mudanças entre as gerações serão expostas no capítulo V.

O cotidiano das famílias em terras mineiras não foi apenas de trabalho árduo. A semana era toda regrada pelo trabalho na lavoura, porém na maioria das noites de sábado conseguiam

expor suas emoções e alegrias nos bailes e casamentos. As festividades religiosas e culturais também eram tidas como momentos de encontro com os amigos e vizinhos. As festividades dos padroeiros eram comemoradas por todos e, fora os domingos, eram os únicos dias em que as famílias não trabalhavam na terra.

Enfatiza-se que, como essas famílias de migrantes já haviam passado por um processo de reterritorialização em outro local, os traços culturais encontravam-se alterados em relação à originalidade italiana. Assim, tantos os traços de continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem foram fundamentais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente.

As famílias de migrantes italianos e descendentes trouxeram para as terras mineiras (Itueta e Santa Rita do Itueto), além de suas práticas de cultivo da terra, seus valores, suas festas e sua religiosidade que acabaram moldadas pelas condições geográficas, climáticas e culturais do novo ambiente. Conforme Espíndola (2005a), as crenças, os valores e o ritmo de vida são ditados pela necessidade do trabalho, pelas condições modestas e pelas tradições herdadas.

Dadalto (2009) realça que os imigrantes italianos carregavam seu estilo de vida, costumes, gostos, hábitos, religião e valores. Nas terras de Itueta e Santa Rita do Itueto, as famílias de migrantes italianos e seus descendentes expressaram sua fé e devoção construindo diversas capelas em homenagem aos santos e santas da Igreja Católica. Aos domingos, as famílias se reuniam para rezarem o terço e a ladainha a Nossa Senhora, sendo as mulheres as responsáveis por todo o momento de oração.

Costa (1990) destacou que a reza do terço e a devoção mariana é uma devoção familiar e um costume trazido da Itália pelos imigrantes da região do Vêneto. Também enfatizou que a maioria, muito católicas como eram, na época, as classes sociais pobres da Itália, tinham uma enorme devoção a Cristo Jesus, a Nossa Senhora e aos Santos. Franzina (1991) e Zanini (2010) também ressaltaram a religiosidade dos imigrantes italianos.

Provavelmente essas especificidades contribuíram para o reforço de alguns traços. Em terras mineiras, as famílias de migrantes italianos construía rústicas capelas logo após se instalarem, muitas delas se tornaram belas igrejas na região. Muitos descendentes do grupo I destacaram que, mesmo sem a presença do sacerdote, pois esse passava somente uma vez por mês nas localidades, eles se reuniam aos domingos para rezar o santo terço e cantar a ladainha. Para as famílias de migrantes italianos, o sacerdote era considerado autoridade máxima, pois além de questões religiosas ele auxiliava em vários aspectos do cotidiano dessas famílias.

Conforme Espíndola (2005a), a vida e o trabalho eram determinados pela luz do sol. O mundo possuía sua própria lógica, marcada pela vida privada e pela comunitária, em torno de capelas em que o sacerdote comparecia de tempos em tempos; marcada, também, por festas e valores que construíram as raízes do Brasil.

O relato da Sra. L. Marchioro retrata como era o domingo da maioria das famílias de migrantes italianos.

O domingo aí a gente se preparava... A mamãe sempre matava a galinha, fazia aquela taiadela que os italianos fala. Fazia aquela panelada de macarronada com gordura em cima..., fazia tipo uma comida mais diferente sabe? Aí passava o domingo assim. Mamãe também gostava de ir muito na igreja. Mamãe era muito católica. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

A Sra. A. Benicá, ao relembrar das festividades em homenagem à padroeira da igreja à qual pertence e das festas do mês de maio, assim narrou:

Tudo isso! Cantar em italiano? Se ocê vê cantar em italiano. Aqui nessa Santa Luzia, [...]. Era cada festa! Nossa Senhora! Maravilhosa! [...]. Aquilo eis assava leitosa, [...] no mês de maio. Aí cantava em italiano. Ficava aquela coisa, aquela festa, bebia... e aquela festa. Tudo os italianão mesmo. (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

A Sra. R. Benicá relatou o cotidiano das famílias de migrantes italianos na região de Itueta e Santa Rita do Ituetto, destacando o trabalho, a música italiana, a reza do terço e a tradicional macarronada com queijo e polenta. É interessante notar que o vinho é substituído pela aguardente. Segundo os relatos dos descendentes, isso ocorreu por ser a aguardente o produto mais acessível na época.

Era só italianos! [...] E os italianos são muito alegre, muito felizes, [...], existe ainda, a tarantela, todo mundo cantando as músicas italiana, [...], que eles cantavam, quando eles vieram, [...]. Ah era assim, [...] trabalhavam muito. Mas era assim, todos feliz, [...] a tarde chegava do trabalho, tomava um banho, jantava, rezava o terço, [...]. Todo mundo ajoelhava nos banco na sala assim, rezava o terço depois ia dormir. Quando era no domingo, [...] todo mundo ia pro terço [...] numa igrejinha piquena, [...] aí rezava o terço. As mulheres ia embora, ficava em casa, né. [...], preparava a tradicional sopa de galinha com aquele macarrão talharim feito em casa, que era uma delícia, né. Gostoso com aqueles prato de queijo ralado enorme na mesa assim, e eles cozinhava a galinha e desfiava e botava nos prato a galinha desfiada e depois cozinhava o macarrão naquela água da galinha. Então aquela sopa suculenta, gostosa com [...] bastante queijo em volta, [...] num podia faltar à polenta [...]. Aí sentavam, iam cantar, rezar, [...]. Então era uma vida feliz, os homens jogavam é bola de pau até anoitecer, tomando sua cachacita, sua cachacinha, [...]. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Ituetto).

Havia comidas típicas, danças e cantos italianos. Era um momento de encontro entre as famílias italianas e havia muita alegria. Outros importantes momentos de lazer eram os bailes.

No relato do Sr. A. Nicoli 2, há a descrição de como eram as festas das famílias de migrantes italianos e descendentes, e o Sr. J. Baptistin realça que a melhor festa era o baile e que todos dançavam.

A festa que eles fazia, mais é de italiano aí nas época. Naquelas época, vamos dizer na comida, as comida que eles põe, num era negócio de churrasco, cerveja, esses trem. [...], era a bebida alcoólica e o vinho, vinho e alguma cachaça ou outras bebida quente, e a comida era um feijão, eles falava tutu de feijão. Hoje [...] eles fala feijão tropeiro, naquele tempo falava tutu de feijão. Fazia, macarrão à vontade, por exemplo, tipo comida assim, de servir mesa né, prato. Todo mundo comia no prato e mais as bebida era o vinho, um pouco de bebida alcoólica e eles cantava muito a música italiana. [...] Cantava aquelas músicas na língua italiana e tocava. Tinha [...] uns que tocava, uns italiano véio que tocava também... [...] Tocava a Sanfona. Mais essa sanfona oito baixo, trinta baixo, sanfona pequena, não era tanto a acordeon. Acordeon de poucos anos pra cá que saiu ela. E dançar, [...]. Nós dançava assim: o sol cobria lá... acendia as lamparina, era lampião nas parede assim, com óleo, lampião. Nós dançava das sete as sete da manhã ué. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Só tinha italiano em Santa Rita. [...] A festa era o [...] baile. Tinha muito baile. Dançava muito. [...], dançava todo mundo! (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

O relato resume as narrações da maioria dos sujeitos do grupo I. As festas eram um momento de lazer, encontro e descontração das famílias de origem italiana. Havia além da dança, comida, bebida, cantos em dialeto italiano e muita alegria. Ao se lembrarem dos bailes, há uma forte expressão de alegria e emoção quando era esquecido todo o duro trabalho do dia-a-dia.

Enfatiza-se que as famílias de migrantes italianos e seus descendentes mantiveram uma relação de respeito e amizade com os não descendentes de italianos⁸⁷ que viviam na região. Entretanto, os casamentos só aconteciam entre as famílias de descendência italiana. O casamento com os brasileiros, como designavam os não descendentes, não era bem aceito. Até a terceira geração, raros são os que se casaram com não descendentes e, quando isso ocorria, era motivo de discriminação. A partir dos relatos do grupo I, o melhor era que se casassem entre os de mesma descendência, pois tinham os mesmos costumes, valores e virtudes. Atualmente, descendentes a partir da quarta geração parecem não possuir restrições ao casamento com não descendentes, mas ainda se referem a esses como “brasileiros” (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

⁸⁷ Embora apenas uma pequena parte dos imigrantes tenha nascido na Itália, eles e seus descendentes se denominam italianos e atribuem aos não descendentes o adjetivo de “brasileiros”.

Os relatos da Sra. L. Marchioro e A. Benicá resumem o pensamento em relação ao matrimônio.

O meu pai ele era muito racista. Nossa senhora! Ele não queria que nós casasse com brasileiro de jeito nenhum. Ele não queria que a gente misturasse a raça de jeito nenhum. Nossa mãe! Ele tratava muito bem, mas, misturar o sangue não. [...] Italiano com italiano. Ele falava: “brasileiro com brasileiro. Italiano com italiano”. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Tudo italiano! Ocê cruzava, que ocê num achava um brasileiro. Tudo italiano. [...] Nós casava tudo entre nós. (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

Os casamentos entre as famílias de migrantes italianos também eram comemorados com muita festa, comidas típicas, cantos e danças italianas até o raiar do dia. O relato do Sr. A. Nicoli 2 resume como eram a maioria dos casamentos das famílias de descendência italiana.

Casamento de uma prima [...], nós fez festa mesmo. O home fez uma festa, um trem de doido, [...] tinha uns quatro sanfoneiro bom. [...], nós começamos dançar, e fomo, e era pra dançar mesmo. [...], falava antes de começar a dançar, “fiz a festa pra todos que tão aqui, são convidados”, não deixava entrar quem não fosse convidado, era o povo convidado. Aí ele falava: [...] “é pra dançar”! A dama que cansá, vai lá na cozinha, cavalheiro nenhum vai tirar dama lá na cozinha não, que tá lá, tá descansando”, [...]. Ficou na sala, é pra dançar! [...] Aí quando deu madrugada, lá pra três (03) hora da manhã, ele deu um reforço, [...] pra todo mundo junto. Espaiô uns com a peneira, dando cumé pra uns e outro, um café, mais uns trem, deu uns vinho, nós tomemos uns vinho. Comemos mais um pouquinho e, comemos a ripa. [...], mais num foi só eu não, [...] ele pegou todo mundo de surpresa, a varanda dele é feita meio pra fora assim e, [...]. Aí quando deu lá numa certa hora, fechô a casa toda, as janela toda e fechô a porta, que vai pra cozinha. Mais ficou um velho ali na porta e cada um deles ficou numa janela e falaram assim: “é proibido, o dono da casa proibiu, ninguém abrir porta e nem janela. É pra ficar na sala, é pra dançar! É proibido abrir porta e janela.” Se alguém fosse querer abrir, o veio que tava ali: “não, não é pra abrir não, não pode abri não, o dono da casa pediu pra não abrir”. Eles pego nós de surpresa [...], e nós oh, oh... [neste momento faz sinal com os dedos de que, dançaram pra valer]. [...] Naquele tempo tinha as dança boa de dançar [...]. Aquele tempo nós dançava bem o xote, a valsa, a rancheira que alguém fala mazuca [...]. Era esses toque assim, que nós dançava, o xote. Pro cê ter uma idéia, dançava era sempre em casa [...] de assoalho [...]. O dono da casa falô: “agora”, a sanfona, o italiano trata como remônica... [...] remônica, aí ele falou: “Adesso, fermi te qua remoni, fermi te qua remoni”. Quê que ele falô? Pra parar com a sanfona e “acho que chega”. Aí abriu as portas, as janela. Nós fiquemo tudo assim [expressão de espantado, surpresa] que o sol bateu dentro de casa [...]. O sol bateu na varanda lá era quase oito horas do dia ué... (risos). É. Fechamos tudo! As janelas, as portas né. E o sanfoneiro. [neste momento faz sinal de que o sanfoneiro tocou muito] Até o dia clarear... [...]. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

A Sra. L. Marchioro destaca que tinha muitas festas na região. O pai dela gostava e sempre oferecia bailes em sua casa; ela e seu marido também fizeram o mesmo.

Tinha mesmo. Papai gostava de dançar. Dava a festa e ele ia na festa. Dançava a noite inteira. Lá na minha casa [...]. O papai gostava de uma dança... Nossa mãe! Ele gostava de uma festa. [...] Bom. Aqui em casa também já teve festas de fechar as janelas e ir até oito, nove horas dançando também. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Destaca-se que, entre os sujeitos do grupo I, ainda há a permanência da fala em dialeto italiano, de comidas típicas, danças e cantos italianos. A culinária é uma das marcas mantidas pelos descendentes na região. A polenta cortada com barbante, ministrone ou minestra (sopa de arroz, macarrão e feijão) são ainda alimentos servidos nas festas, mantendo a memória de seus antepassados.

[...] por exemplo, polenta que nós falamos, eu acho que é uma tradição. [...] acho que o Brasil inteiro faz né, mas eu acho que o italiano é mais. [...] É diferenciado, eu acho né. E a gente [...] tem costume de comer a nossa polenta antiga [...]. Os brasileiros já é um pouco diferente, e é mais tradicional esses costume, em casa de italiano quase num falta. (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

Pode-se observar a polenta cortada no barbante na figura 10 e, na figura 11, um prato com minestra (sopa de feijão, macarrão e arroz), polenta e queijo.



Figuras 10 e 11: Alimentação Típica dos descendentes de imigrantes italianos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

É possível perceber que há uma adaptação identitária, especialmente aquela referente à culinária típica italiana. Alguns elementos são mantidos, como o vinho e o macarrão, porém

outros elementos são inseridos como é o caso do feijão e da cachaça. Esses dois últimos são procedentes de uma tradição cabocla, disseminada pelos tropeiros que circulavam por todo o território interiorano, especialmente nos sertões (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

A maior relevância nas narrativas sobre os momentos fora das tarefas cotidianas é o momento festivo. Os relatos indicam que as festas eram de italianos, o que reforça a identidade do grupo e os elos de solidariedade e sociabilidade. A comida, a música e a dança traziam de volta momentos da terra natal e reconstituía, no novo território, um ambiente agradável e alegre, quando todos cantavam em dialeto italiano como se estivessem na Itália, tão distante e tão presente ao mesmo tempo (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Conforme Hall (2003), a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino. Nesse sentido, os imigrantes italianos trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, cantos, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, estando ainda presentes nos dias atuais. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras.

As famílias de migrantes italianos e seus descendentes foram agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram, seja da Itália ou da localidade de onde partiram em direção a Minas Gerais. Realizou-se, neste sentido, o objetivo de fazerem das novas terras “la nuova pátria”.

Ao longo de aproximadamente 90 anos, após a chegada às terras mineiras, o novo território foi construído e apropriado, a partir das relações sociais⁸⁸, pelas famílias de migrantes italianos e seus descendentes, e se tornou um território “italianizado” nas terras das Gerais. Realça-se que até os dias de hoje os descendentes de imigrantes italianos em Itueta e Santa Rita do Itueto se denominam como “italianos” e denominam os não descendentes como “brasileiros”. Expressão muito comum na região: “*nós e os brasileiros*” ou “*nós e os italianos*”.

A configuração social do território foi marcada pela pequena propriedade rural e pela cultura cafeeira. O imaginário sobre a Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce, no início do século XIX, representou-a como fonte de riqueza a ser extraída, e foi na persistência desse imaginário que os imigrantes italianos e seus descendentes concretizaram seu sonho de aquisição de um pedaço de terra para a sobrevivência da família. Foi, de fato, na esperança de dias melhores e de sobrevivência das famílias que os migrantes italianos rumaram para o

⁸⁸ Saquet (2003) em seus escritos sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul destaca a formação do novo território construído e apropriado a partir das relações sociais.

Sertão do Rio Doce – “a ilha da esperança” como definiu Saint-Hilaire *apud* Espíndola (2005).

Na análise dos relatos dos descendentes realça-se um elemento básico – a memória. Ela é fator importante na construção da tradição familiar e da história passada para as gerações seguintes. Aos filhos, netos, bisnetos e a outros familiares são transmitidas as lembranças de pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com o qual estabelece contatos, correlações, aproximações, repulsas e afeições. Tudo isso é que dará suporte à compreensão da história cotidiana do grupo aqui estudado.

A pesquisa sobre a presença italiana em Itueta e Santa Rita do Itueto pode considerar que a formação desse território contou com a forte influência de imigrantes e descendentes italianos vindos do Espírito Santo, cuja chegada permitiu nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores.

Assim, ao persistir na memória dos descendentes a história de vida, contada pelos antepassados sobre a trajetória, a chegada e a inserção na nova sociedade, pôde perdurar ao longo dos anos. O passado e a memória desses atores sociais atualizam e intensificam a consciência de pertencimento, traduzida numa identidade étnica que aflora na história contada e recontada. Portanto, ao comprarem pedaços de terras em lugares inóspitos, buscavam, também, um solo onde também pudessem inscrever sua história e deixar suas marcas aos seus descendentes.

Até os anos de 1950, o Brasil era reconhecido como um país receptor de migrantes internacionais⁸⁹. No entanto, a partir dos anos de 1960, há uma redução considerável no número de entrada de imigrantes. Nessa mudança de cenário, a Microrregião de Governador Valadares/ MG foi o ponto inicial da emigração de brasileiros para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. Esse fluxo se espalha por toda a região e atinge, nos dias atuais, vários Estados brasileiros (SIQUEIRA, 2009).

Atualmente, na Microrregião de Aimorés, é possível perceber um fluxo de saída de pessoas para o exterior, o que não deixa de afetar os descendentes de imigrantes italianos de Itueta e Santa Rita do Itueto.

Em consequência disso, desencadeia-se uma prática dos antepassados: a migração. Esse novo cenário será apresentado no próximo capítulo.

⁸⁹ Destaca-se que no período de 1890 a 1899, segundo os dados do IBGE, o Brasil recebeu um total de 1.129.000 imigrantes. Na década seguinte esse número caiu para 622.000, e aumentou nas duas próximas décadas. No período entre as duas guerras mundiais há uma redução significativa, voltando a crescer na década de 1950 a 1959. A partir dos anos de 1960 há uma redução considerável da entrada de estrangeiros no Brasil. Por essa razão o país foi reconhecido como receptor de imigrantes até os anos de 1950.
Fonte: (<http://super.abril.com.br/multimedia/república-imigrante-brasil-683294.shtml>)

V - O CAMINHO INVERSO: A EMIGRAÇÃO DOS DESCENDENTES

No capítulo anterior descrevemos a chegada de diversas famílias de imigrantes italianos às terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto no início do século XX. Destacamos como essa migração promoveu uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores. Este capítulo aborda o movimento migratório internacional.

Com o passar dos anos e com o fracionamento das terras devido à herança dividida entre os muitos filhos dos migrantes italianos⁹⁰, a sobrevivência dos descendentes das gerações mais novas⁹¹ se torna cada vez mais difícil, pois não há mais perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Essa situação, atrelada à procura pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo da atual sociedade acaba gerando um cenário que propicia a emigração.

Muitos dos descendentes das gerações mais novas escolheram migrar internamente em busca de trabalho ou para estudar. Outros escolheram a migração internacional como forma de atingirem seus objetivos e conseguirem uma melhoria da qualidade de vida. Tal circunstância fez com que muitos descendentes, a partir da década de 1990⁹², começassem a buscar o reconhecimento da cidadania⁹³ italiana com o objetivo de emigrar.

Segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores a estimativa é de que há 85.000 brasileiros na Itália e, em toda a Europa, esse número seria de aproximadamente 911.889⁹⁴. O Censo Demográfico de 2010 apresenta números bem mais modestos⁹⁵, sendo a Itália o quinto destino mais frequente dos brasileiros que emigram.

No presente capítulo vamos analisar os relatos dos entrevistados do grupo II, constituído pelos descendentes de imigrantes italianos residentes na região estudada que emigraram para

⁹⁰ Contexto que também é relatado pelos entrevistados do grupo I em relação ao processo de migração do Espírito Santo para Minas Gerais no início do século XX.

⁹¹ Durante a pesquisa de campo com os sujeitos do grupo II, ou seja, dos descendentes que emigram para a Itália, foi possível constatar que é a partir da quarta geração que se configura a emigração para o exterior.

⁹² Diante das entrevistas realizadas, durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que os dois primeiros descendentes que emigraram com o documento de dupla cidadania para a Itália data do final do ano de 1997.

⁹³ No capítulo I desta dissertação foi descrito sobre o reconhecimento da cidadania italiana.

⁹⁴ As estimativas são com base em consultas feitas, no final do ano de 2010, às Embaixadas e aos Consulados no Brasil sobre a presença brasileira em suas jurisdições. Fonte: (<http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br>)

⁹⁵ O número considerado de brasileiros moradores no exterior, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, é de 491.645, disseminados por 193 países. Os principais destinos dos brasileiros foram: Estados Unidos da América (23,8%), Portugal (13,4%), Espanha (9,4%), Japão (7,4%), Itália (7,0%) e Inglaterra – Reino Unido (6,2%). Destaca-se que quase a metade desses migrantes tem como origem a região sudeste brasileira, principalmente dos Estados de São Paulo (21,6%) e Minas Gerais (16,8%).

a Itália. Com esse grupo foram realizadas 15 entrevistas em profundidade, o quadro 01 apresenta as principais características dos entrevistados.

Quadro 01: Principais características dos entrevistados do Grupo II.

Entrevistado	Idade	Sexo	Grau de instrução	Situação	Atividade/Renda antes de emigrar.	Investimento
J. B. Magri	35 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai na propriedade rural.	Ampliação da lavoura/ melhoramento do solo/ poupança.
H. Cassini	43 anos	Masculino	Ensino Fundamental Completo.	Retornado.	Empregado/CLT.	Compra de ponto de táxi/ automóvel para trabalho/ poupança.
V. Zorzal	45 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com a mãe e os irmãos na propriedade rural.	Investimentos na propriedade rural / poupança.
M. Daros	34 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai na propriedade rural.	Compra de imóvel na área urbana / investimento em empresa de prestação de serviços para a área rural com tratores.
J. R. Mighiorin	61 anos	Masculino	Ensino Fundamental Completo.	Retornado.	Trabalhava na sua propriedade rural.	Poupança.
M. Daros 1	30 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai na propriedade rural.	Poupança.
E. Mighiorin	39 anos	Masculino	Ensino Médio Incompleto.	Retornado.	Empregado/CLT.	Investimento em comércio na área urbana / poupança.
M. Vazzoler	36 anos	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto.	Retornado.	Serviços domésticos na área rural.	Construção da casa na área rural / compra de propriedade rural / poupança.
M. Fazzolo	31 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai na propriedade rural.	Compra de um caminhão para trabalho/ poupança.
M. Dalfior	28 anos	Feminino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Funcionário Público na área da educação.	Reforma na casa na área rural/ poupança.
M. A. Stefanon	33 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai na propriedade rural.	Ampliou a plantação de café / investimento na melhoria do solo / reforma da casa na área rural / poupança.
P. Magri	23 anos	Masculino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai na propriedade rural.	Poupança.
A. Casagrande	32 anos	Feminino	Ensino Médio Completo.	À passeio.	Trabalhadora/CLT.	Investimentos em imóveis na área urbana e rural.
A. Baldon	50 anos	Masculino	Ensino Fundamental Completo.	Retornado.	Trabalhava com o pai e os irmãos na propriedade rural.	Construção da casa na área rural / investimentos em café/ compra de propriedade rural/ poupança/compra de imóvel na Itália.
A. B. Baldon	38 anos	Feminino	Ensino Médio Completo.	Retornado.	Funcionário Público na área da educação.	Compra de imóvel na área urbana/ poupança.
M. Baldon	47 anos	Feminino	Ensino Fundamental Completo.	Retornado.	Serviços domésticos na área rural.	Compra de propriedade rural/poupança.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012/2013.

5.1 Emigração da geração mais nova: Estados Unidos da América e Itália

A Microrregião de Governador Valadares-MG foi o ponto inicial da emigração de brasileiros para o exterior. Através dos primeiros emigrantes valadarenses⁹⁶, a rede migratória foi se formando e consolidando ao longo das décadas de 1960 e 1970. Já nos meados dos anos de 1980, ocorre um significativo aumento da emigração de brasileiros para o exterior, principalmente para os Estados Unidos da América. Esse movimento se espalha por toda a região e atinge, nos dias atuais, vários Estados brasileiros (SIQUEIRA, 2008).

A migração atualmente é diversificada e ocorre a partir dos países periféricos em direção aos países centrais. Esse novo panorama da mobilidade está ligado à nova dinâmica do capitalismo, marcado, principalmente, pela globalização da produção. Contudo, é importante ressaltar que são vários os fatores que possibilitaram o crescimento do atual fluxo de migrantes internacionais, tais como reestruturação econômica que internacionalizou a produção e possibilitou o surgimento de um espaço transnacional, facilitando a mobilidade do trabalho; a existência de um mercado secundário pouco atrativo para os trabalhadores nativos, mas extremamente interessante economicamente para os emigrantes; a formação de redes sociais nas quais trafegam as informações e os mecanismos facilitadores do projeto migratório (SIQUEIRA, 2009).

A migração internacional de brasileiros, dentro desse novo contexto, é pouco significativa em termos de volume, se comparada a outros países, mas é consequência do mesmo processo de transformações econômicas e sociais, resultantes do novo paradigma da economia mundial. [...] O destino da maioria dos brasileiros [são] os Estados Unidos, em razão, principalmente, das possibilidades de trabalho e das redes de relações que disseminam informações sobre o mercado de trabalho e criam mecanismos facilitadores para o processo de emigração (SIQUEIRA, 2009, p. 65).

Segundo Santos e Barbieri (2012), a migração é um componente da dinâmica demográfica que responde mais velozmente a variações na conjuntura socioeconômica. Sua concretização depende de fatores estruturais e conjunturais, além de passar pela decisão individual e pela avaliação de riscos e retornos que o empreendimento pode vir a realizar.

Segundo Santos et al (2010), uma das contribuições dos novos economistas é o conceito de privação relativa. A discussão está centrada na ideia de que um aumento na renda tenha o mesmo efeito, independente do contexto socioeconômico do domicílio. Nesse sentido, a

⁹⁶ Os primeiros valadarenses que emigraram, na década de 1960, eram jovens das camadas mais ricas da população e empreenderam o projeto migratório muito mais em função da aventura do que em busca de ganhos econômicos (SIQUEIRA, 2008).

migração representaria uma possibilidade de melhorar a posição relativa do domicílio, dentro do seu grupo de referência, o que contribui para a manutenção dos fluxos.

Siqueira (2009) destaca que desde a segunda metade dos anos de 1980, o fluxo migratório internacional da Região do Vale do Rio Doce é marcadamente direcionado para os Estados Unidos da América. Mesmo que no decorrer do tempo ocorra uma mudança nos planos iniciais, a maioria desses emigrantes tem como projeto retornar e investir na sua região de origem, objetivando melhorar sua condição socioeconômica.

Inicialmente os emigrantes da região estudada acompanharam o mesmo fluxo - migraram para os Estados Unidos da América. Porém o documento de dupla cidadania, que possibilita a entrada no território norte-americano sem o visto, não garante a inserção no mercado de trabalho. Portanto, ao exercer atividades laborais remuneradas, esses imigrantes tornam-se indocumentados⁹⁷.

Com o atentado das torres gêmeas em setembro de 2001 e conseqüentemente o acirramento da fiscalização da Imigração norte-americana, o destino dos emigrantes da região estudada muda de direção. Eles passam a se deslocar para o norte da Itália – a mesma região de origem dos seus antepassados. Porque escolhem essa região?

É certo que o documento de dupla cidadania é um fator determinante, pois através dele conseguem trabalhar e viver documentados no país. Eles estão livres dos constrangimentos de serem indocumentados, como é o caso dos que emigram para os Estados Unidos da América. Outro fator é o desejo de conhecer a Itália das histórias ouvidas desde a infância, contadas pelos seus pais e *nonos*. Cresceram ouvindo que eram italianos nascidos no Brasil, portanto diferente dos “brasileiros”.

Um dos principal motivo, eu tinha interesse de conhecer a Itália, saber de onde a minha origem foi, [...] um princípio meu, né, de onde [...], meus bisavó vieram, né. Tudo se originou de lá, né, então esse era um interesse meu de ir lá. E um interesse que eu também já fui [...], pra trabalhar, pra mim ver como que seria [...] permanecer na Europa, eu me estabilizar lá né, na Itália no caso. (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta)⁹⁸.

Aliado a esses fatores, outro aspecto foi decisivo: os primeiros que emigraram para essa região tinham a informação de que havia grandes possibilidades de trabalho.

⁹⁷ Consideramos o termo “ilegal” inapropriado para se referir ao emigrante, por essa razão utilizamos o termo indocumentado.

⁹⁸ Destaca-se que a identificação dos sujeitos será feita pela letra inicial do nome e pelo sobrenome de descendência italiana, a idade e o local/região de residência. Desta forma, estaremos preservando o anonimato do entrevistado (a). Enfatiza-se que apenas uma entrevistada estava a passeio no Brasil, por isso, será colocada a região de residência na Itália.

Ah, eles [os primeiros] disseram que a região lá [Itália] era muito desenvolvida, tinha muita necessidade de mão-de-obra. Por ser muito desenvolvida é que precisava de pessoas pra trabalhar, é aí que o imigrante entra. E como nós temos o documento fica bem mais fácil. (E. Mighiorin, 39 anos, Santa Rita do Itueto).

Nos relatos de M. Fazzolo e E. Mighiorin fica evidenciado que, além da vontade de conhecer suas origens, há também a possibilidade de trabalho e melhoria de vida. Isso fica mais evidente no relato de V. Zorzal. Ele vivia na área rural com sua esposa e uma filha e passava por dificuldades financeiras. A emigração era a possibilidade de resolver seus problemas, em um espaço de tempo mais curto do que se permanecesse na origem. Emigrou para o norte da Itália no ano de 2006. Destaca-se que, diferente dos seus antepassados, seu período de emigração tinha tempo determinado. A família permaneceu na origem e o retorno era parte constitutiva do seu projeto migratório.

Fui somente pra trabalhar. [...] O principal foi o financeiro, né, eu fui trabalhar pra tentar melhorar alguma coisa financeiramente. Tinha uma dificuldade financeira, se eu ficasse aqui eu resolvia também, mas eu queria resolver num tempo mais curto né. Trabalhar lá, num período, metade ou menos do tempo eu conseguia normalizar as coisas, como eu consegui. Aí tentei. O principal mesmo é esse. No caso fui quase obrigado a deixar a família. (V. Zorzal, 45 anos, Itueta).

Refletindo sobre essa questão, é interessante realçar que a dispersão de povos e culturas através de espaços geográficos, no início do século XXI, tem colocado novos sentidos para os deslocamentos diferentemente dos da segunda metade do século XIX. São diversos grupos de migrantes que se espalham pelo mundo, cruzando fronteiras e reconstruindo identidades. No caso específico do presente estudo, em Itueta e Santa Rita do Itueto focalizam-se os descendentes de imigrantes italianos do século XIX e início do século XX, vivenciando as experiências de “volta à terra de seus antepassados”.

É certo que a cidadania italiana é um facilitador para essa mobilidade espacial, contudo, outros fatores devem ser considerados, como, por exemplo, a possibilidade destacada pelo entrevistado V. Zorzal de ganhar dinheiro, resolver seus problemas financeiros e retornar para o ponto de partida.

Os italianos que imigraram para o Brasil, carregavam consigo o desejo de recriar em solo brasileiro uma nova Itália. Vieram para ficar e aqui constituir suas famílias em melhores condições do que na sua terra natal. Diferentemente, os descendentes dos imigrantes entrevistados nesse estudo são, em grande parte pessoas na faixa etária de 18 a 40 anos, com oito anos de escolaridade em média, originários principalmente da região rural. Eles emigram

com o principal objetivo de trabalhar, fazer poupança, investir e retornar para o local de origem.

Essa é uma das diferenciações entre a imigração italiana, registrada a partir da segunda metade do século XIX, que chegou à região estudada⁹⁹ e a atual emigração dos descendentes, a partir do final do século XX, para a Itália. A imigração italiana era familiar, composta por camponeses com baixa escolaridade. Já a emigração dos descendentes, que fazem parte desse estudo, é individual, composta por pessoas originárias principalmente da área rural, majoritariamente do sexo masculino, com nível médio de escolaridade.

5.2 Os descendentes na Itália: a descoberta de ser estrangeiro na terra dos antepassados

Como foi destacado no capítulo IV, o território formado e apropriado a partir das relações sociais nos municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto, ou seja, o território “italianizado” deixou marcas e histórias por gerações. Assim, os descendentes que emigraram tinham informações de uma Itália contada por seus antepassados, ou seja, uma Itália ainda do século XIX. Por isso, ao chegarem em solo italiano todas as informações que guardavam na memória foram desconstruídas.

Como Siqueira (2009) destacou o fluxo migratório internacional da Região do Vale do Rio Doce é marcadamente direcionado para os Estados Unidos da América, desde a segunda metade dos anos de 1980. A maioria dos descendentes acompanhou primeiramente o fluxo em direção aos EUA, como fez o descendente M. Fazzolo que emigrou duas vezes para o exterior. A primeira foi para os EUA, em 2003. Ele permaneceu naquele país por aproximadamente quatro anos. Retornou ao Brasil e, depois de quase um ano, decidiu emigrar para a terra de seus antepassados no ano de 2009. A região para a qual se destinou foi Milão no norte da Itália. O descendente emigrante destaca em seu relato as poucas informações que ele possuía da Itália de hoje. As informações mais concretas eram as transmitidas por seus pais, tios e avós de uma Itália do tempo da imigração dos seus antepassados.

[Informações atuais da Itália] *Pouco. Por televisão e mais com amigos, né. No caso amigos que já estavam lá. De uma Itália de agora.* [a informação mais

⁹⁹ Destaca-se que as famílias de imigrantes italianos chegaram à região de Alfredo Chaves/ES a partir dos anos de 1878 e posteriormente migraram para Microrregião de Aimorés, mais precisamente para Itueta e Santa Rita do Itueto como descrito no capítulo IV.

concreta- antepassados] *Da Itália que eles saíram, a informação que eu tinha, que eu sei, que eu sempre soube, deles falar, é as histórias deles, né. Que eles comentavam, era uma Itália que não estava num período muito bom. Tanto que eles vieram pra cá, saíram de lá, procurando alguma coisa melhor aqui, né.* (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta).

Ao viver na Itália, M. Fazzolo fez o seguinte relato:

A Itália como é um país antigo, ela ainda preserva certas cultura, daquela época antiga, [...] a cultura lá eles preservam muito, os mais idosos, né. Os mais novos não, os mais novos já tão numa fase mais avançada. (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta).

Esse relato é um resumo do que a maioria dos sujeitos do grupo II falou em relação à Itália contada pelos antepassados e a atual Itália. O descendente P. Magri acrescentou ainda:

Os italianos antigos daqui [Itueta e Santa Rita do Ituetto] também preservam muita coisa e destacam que é de italiano. Mas nós mais novos não estamos preservando tanto quanto eles. Lá na Itália eu percebi isso também, porém com os mais idosos, agora com os mais novos, estão muito pior que nós, de italianos eles num têm nada. (P. Magri, 23 anos, Santa Rita do Ituetto).

O descendente A. Baldon trabalhava com todos os irmãos na lavoura. Como a renda era familiar, decidiu emigrar para a terra dos antepassados para adquirir recursos que lhe propiciariam meios de possuir sua própria renda e, assim, seus filhos pudessem ter melhores condições de vida dentro dos novos padrões da atual sociedade. Destaca-se que, após um ano vivendo na Itália, A. Baldon retornou ao Brasil, voltando a emigrar com a esposa e os dois filhos para a Itália.

Era sempre trabalho junto com a família né. Era sociedade e nada era meu. Eu tinha aquilo que eu precisava mas, não sobrava né, por que tudo era em prol da família né. [...] [motivo pra ter emigrado] conseguir uma vida melhor. Por que as terras que a família tinha era ainda da família do meu pai e da minha mãe e como tinha mais irmãos eu tinha vontade de ter a minha própria, conseguir um dinheiro e também a cidadania que era importante visando um futuro para os filhos né. Se eu conseguisse ganhar um extra, um dinheiro lá mais rápido, mais fácil era bom pra mim, e aconteceu, graças a Deus eu tive a sorte. (A. Baldon, 50 anos, Santa Rita do Ituetto).

Destaca-se que o descendente A. Baldon retornou em definitivo para a localidade onde morava, no município de Santa Rita do Ituetto, no ano de 2008. Seus investimentos, conforme pode ser observado no quadro 01, foram variados, investiu, inclusive, na Itália.

O descendente M. Fazzolo destaca em seu relato sua escolaridade, o trabalho na área rural e que, ao chegar à Itália, procurou frequentar cursos oferecidos para os imigrantes. Assim como M. Fazzolo, a maioria dos descendentes que emigraram trabalhavam com os pais na pequena propriedade familiar, conforme demonstrado no quadro 01.

[No Brasil] Segundo grau completo. [...], porque eu trabalhava [...] com meu pai na roça, né. É uma propriedade rural. Renda, renda era da propriedade, né. [...]. [Na Itália] Frequentava alguns curso, é de línguas. [...] é a prefeitura, a que oferecia [cursos], né, para os imigrantes. [...]. Primeiro a língua né, e depois em consequência vinha um pouco da cultura italiana né, pra gente se adaptar. (M. Fazollo, 31 anos, Itueta).

Os descendentes emigrantes das localidades em estudo chegam à Itália com o documento de dupla cidadania, confiando estar nas mesmas condições do italiano nativo. Porém, em seus relatos, confirmam a desilusão em relação ao tratamento recebido como cidadão italiano. O documento de cidadania ajudou na inserção legal no trabalho, mas não na sociedade italiana. São estrangeiros e só conseguem se inserir no mercado de trabalho secundário (NICOLI e SIQUEIRA, 2012, p. 106).

O trabalho era bom, eu gostava. Trabalhava com uma empresa de, que alugava material pra festa né. É mesa, prato, copo, talheres né, tudo que cê precisa em geral pra uma festa, eles alugavam. Aquele material, cadeira, mesa, tudo. Toalha pra mesa, flor [...]. [Quantas horas trabalhava?] Um dia pro outro era a média de, porque semanalmente cê trabalhava normal [...], das oito às cinco, às seis e só final de semana que aumentava o serviço, então aumentava um pouco das horas né. Aí já levava um pouquinho além do horário, porque pela necessidade que tinha de tá organizando o material, pra tá saindo pra outras festas, né. [...] O domingo era folga né. Nem sempre, sempre tinha um... Já tava tanto num pique, o aluguel do material, se tivesse tanta festa e o material desse pro final de semana, então dava pra ter uma folga no domingo. [...], trabalhei de motorista um mês e pouco, [...] eu num período, num pequeno período trabalhei com pintura e feira de exposição. (M. fazzolo, 31 anos, Itueta).

Construção civil. [...], pedreiro. [...], acabei de aprender lá. [...] Reforma de banheiro, piso, azulejo esse ramo aí. (A. Baldon, 50 anos, Santa Rita do Ituetto).

Limpeza. [...], limpeza de portaria de prédio. Eu trabalhava de porteiro no prédio. Limpando e cuidando da portaria. (M. Vazzoler, 36 anos, Santa Rita do Ituetto).

Destaca-se que a cultura vivenciada, na origem, a partir do dialeto, dos cantos, da culinária, das festas típicas italianas e da memória dos antepassados, não lhes ofereceu nenhuma identidade italiana que promovesse a inserção na sociedade de destino, ao contrário, lá se perceberam estrangeiros, ou seja, brasileiros. Assim, toda identidade italiana que os

definia no local de origem foi desmontada, ao se perceberem como qualquer outro estrangeiro no país que acreditavam ser parte de sua identidade (NICOLI e SIQUEIRA, 2012, p. 106).

Oh... Eu fui bem acolhido pelos italianos. Eu já imaginava que eu tendo origem italiana, então já era, seria atendido de uma maneira diferente num é? E de certa maneira fui. [...] Primeiro eu fiquei impressionado mesmo foi com a língua, [...] que até então só tinha contato de, [...] de pequenas palavras né, em poucas, era em frases curtas e ali eu já me deparei com uma língua mãe né. (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta).

Sobre a diferença que sentiu ao chegar à terra de origem dos antepassados, a descendente de migrantes italianos A. Casagrande que residia no município de Itueta e emigrou para a Itália em 2003 descreve em seu relato que, no contato com o país de origem de seus antepassados, os descendentes emigrantes são tratados como estrangeiros.

Na verdade quando eu cheguei lá eu levei um susto, era tudo novo, era uma experiência nova. [...], então quando eu fui para Itália eu achei assim, por eu ser descendente de italiano eu achei que eu fosse chegar lá que seria outra coisa. Eu iria chegar e ser um povo mais acolhedor mais assim, só que na verdade não. [...] Mas na verdade não, eles são muito acolhedores quando são turistas, então quando você vai realmente trabalhar muda um pouquinho o negócio, mas só que eu fui me adaptando tinha que me adaptar. Depois eu fui aprendendo a língua porque no início eu fiquei assustada não sabia a língua, não estava trabalhando, eu queria trabalhar e tudo. Depois eu fui me acostumando, eu aprendi a língua [...] mas tem o dialeto de cada região, você acaba até brincando com a própria língua. A região mesmo que eu estou puxa muito o R fala muito o dialeto Fiorentino, já o norte da Itália, hoje tem a maioria da emigração dos descendentes dessa região aqui são do norte da Itália, eles falam muito engraçado é como se eles falassem cantando então você acaba brincando e acostumando. (A. Casagrande, 32 anos, Toscana).

Assim como A. Casagrande, E. Mighiorin destacou em seu relato o impacto que sentiu ao chegar às terras dos antepassados.

Foi muito grande assim, foi muito grande, muito grande. Que você chegar num país que sua família, seu sangue tá ali né, nós somos descendentes de italiano. Então nosso sangue é italiano, mesmo que nós nascemos no Brasil. Aquilo dos nossos avós, no caso, e tudo fica no sangue. Eu tinha uma ideia assim muito forte, muito forte mesmo que era tudo certinho né, [...], mas, [...] a gente tem impacto assim, que não é aquilo que a gente pensava. [...]. Muita diferença! (E. Mighiorin, 39 anos, Santa Rita do Ituetto).

O descendente P. Magri também descreve o sentimento de estranhamento ao chegar à terra dos *nonos*.

Aqui nós somos considerados italianos. Somos vistos como diferentes. Não tanto atualmente, mas somos diferenciados dos que não tem origem italiana. Quando a gente chega lá descobre que somos mais parecidos com os brasileiros do que com os italianos de lá. Eles nos consideram e nós nos

sentimos estrangeiros. Como eles mesmos sempre falam: “extra comuni”. Nós somos de fora da sociedade deles. (P. Magri, 23 anos, Santa Rita do Itueto).

No capítulo IV observamos que os entrevistados do grupo I¹⁰⁰, consideram-se italianos nascidos no Brasil e, portanto, diferentes dos brasileiros. Isso é confirmado em seus relatos “nós italianos” e os brasileiros¹⁰¹. Essa mesma perspectiva encontra-se nos entrevistados do grupo II. No relato acima, fica evidente que o entrevistado considera-se diferente dos brasileiros que não têm origem italiana. Entretanto, o contato com os italianos o fez perceber-se mais brasileiro. Todos os costumes cultivados na origem e que os diferenciavam dos brasileiros não são identificados quando chegam à Itália. Descobrem-se brasileiros conforme pode ser observado no relato a seguir.

Mesmo que somos descendentes de italianos, temos o documento de cidadania concedido pelo Consulado da Itália no Brasil, lá nós somos vistos como estrangeiros, latinos, brasileiros. Nada do que nos define aqui no nosso local como italianos existe lá [Itália]. [...] Descobrimos que somos brasileiros mais lá do que aqui [Brasil]. Nem língua, nem comida, nem costumes nos ajudam a ser reconhecidos como italianos como aqui no nosso local. [...] Eles [italianos] compreendem que somos descendentes e temos direitos e deveres como italianos, mas não nos consideram como tais. (J. B. Magri, 35 anos, Santa Rita do Itueto).

A rede de ajuda e informações que se aperfeiçoou durante a chegada das famílias de migrantes italianos a Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, continua sendo observada entre os descendentes que emigram para a Itália. No destino, já é possível perceber a formação de uma rede de relações entre os descendentes, com formas e características diferentes dos primeiros imigrantes, porém com a mesma intenção de minimizar os riscos e sofrimentos.

Os relatos dos descendentes M. Fazzolo, V. Zorzal e A. Casagrande destacam a rede de relações entre os entrevistados, tanto na origem quanto no destino. Tais relatos resumem o que a maioria dos sujeitos do grupo II destacou em suas entrevistas.

Quando eu migrei, [...], tinha companhia né, já assim, pessoas que já moravam lá, eu aproveitei a companhia deles pra ir junto [viajar]. Acompanhado. (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta).

Foi no norte da Itália, na região de Milão. [...]. Próximo a Milão, na periferia, mas tudo ligado. [...], eu fui com um amigo meu, que tinha

¹⁰⁰ Relembramos que o grupo I descrito na metodologia (capítulo I) é constituído pelos descendentes mais antigos residentes na região estudada.

¹⁰¹ Na página 100 do capítulo IV dessa dissertação é possível verificar dois relatos em que fica evidente a identificação de italianos e brasileiros na região estudada.

cidadania também, [...]. Fui com ele, fui pra casa dele. [...]. Também descendentes. Inclusive ele tá lá até hoje. [...]. Me ajudou, porque eu fiquei na casa dele uma semana e depois ele arrumou lugar pra eu ir ficar na outra casa, né, outra casa. (V. Zorzal, 45 anos, Itueta).

Tenho um irmão que mora comigo e o meu cunhado e sua esposa e tenho o meu primo. [...] são também descendentes. Vamos dizer, todos passavam na minha casa, o ponto de apoio foi a nossa casa depois a gente ia dividindo aí cada um ia dividindo. [...], inclusive a gente se reúne, não sempre, a gente se reúne em datas comemorativas como aniversário ou datas festivas como natal, ano novo a gente se reúne faz churrasco, às vezes até dança, às vezes vai em um parque a passeio. Tem bares tem restaurante brasileiro é onde tem um maior fluxo de brasileiros e se reúne assim, só quando vem o frio que vai todo mundo para a toquinha e é mais difícil. (A. Casagrande, 32 anos, Toscana).

Realça-se, nas entrevistas em profundidade ou em conversas informais, que os descendentes que emigraram sempre enfatizam a ajuda e as informações que obtiveram em todo o decorrer do trajeto migratório. Enfatizam ainda que o projeto migratório foi concretizado devido principalmente às informações e ajudas obtidas.

O descendente M. Fazzolo destacou em sua entrevista que procurou informações sobre a Itália com pessoas que já residiam naquele país.

Primeiro eu pesquisei com pessoas que já moravam lá e com quem tava lá. Todas dessa região de Minas Gerais mesmo né, depois que eu tava lá que eu passei a conhecer gente de outras partes do Brasil. Mas [...] muita gente dessa região aqui de Minas Gerais mesmo. [...] Santa Rita, Aimorés, Conselheiro. [...] [Porque decidiu ir para o Norte da Itália] é porque já tinha alguém que conhecia lá. Morando lá. Bastante. [...]. Na região ou proximidade de Milano. [...]. Pode ter alguém que vai te acolher sim. (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta).

O descendente V. Zorzal destacou que obteve ajuda e informações de um amigo que já vivia na Itália e estava de férias no Brasil.

Ele veio de férias pra cá, ele veio cá em casa passear. Conversando com ele, ele falou que se eu quisesse ir, que eu podia ir com ele, aí eu tava com os documentos tudo em dia, eu fui, com ele. [...]. Não tinha noção de qual região era melhor pra eu ir lá. No caso a região norte lá, pra trabalhar é melhor né, mais desenvolvida, né. (V. Zorzal, 45 anos, Itueta).

Destacando que seu marido sempre ajudava os que o procuravam na Itália, a descendente M. Vazzoler enfatizou em sua entrevista que:

Olha, era independente se era dessa região ou não, talvez era um amigo do amigo dele que ele fez lá. Então era uma corrente assim, era um ajudando o outro. Tenho um amigo que tá precisando disso se um tá podendo ajudar o

outro ajuda, o outro tá chegando... (M. Vazzoler, 36 anos, Santa Rita do Itueto).

Ao chegarem às localidades em estudo, demonstram que estar na terra dos antepassados os fez ver que ela não era o que imaginaram ao sair do Brasil. A Itália da memória dos pais, tios, avôs, bisavós ficou num passado distante, uma Itália ainda do século XIX impregnada nas memórias. Na atual Itália não está presente a Itália de suas memórias.

Na terra dos antepassados descobrem que são identificados como estrangeiros, nesse caso, como brasileiros e não como descendentes de italianos como são vistos e como se sentem nos locais de origem. Toda identidade que os define é desmoronada ao chegar às terras dos antepassados.

Os relatos anteriores nos permitem considerar que os emigrantes da região estudada utilizam-se das redes, tanto para obter informações sobre as condições no destino como para reduzir os constrangimentos quando chegam. É interessante destacar, como afirma M. Fazzolo, que, em solo italiano, primeiro fez contato com seus conterrâneos e só depois conheceu brasileiros de outra região. Podemos afirmar que conexões são estabelecidas tanto na origem como no destino do migrante, tornando acessível o projeto de migrar. Assim foi possível migrar, trabalhar, poupar, investir e retornar ao Brasil.

5.3 O Retorno e a diferenciação entre os projetos migratórios

Os descendentes emigraram com o objetivo de trabalhar, fazer poupança, investir e retornar para o local de origem. O grupo entrevistado realizou seus investimentos nos municípios de origem – Itueta e Santa Rita do Itueto e/ou nas proximidades.

Destaca-se que a maioria dos investimentos é feita em compra de terrenos, mudas de café, estocagem de café e melhorias nas lavouras, na reforma e/ou construção de casas na área rural. Na área urbana, a maioria dos investimentos se realiza na compra de lotes. Alguns descendentes emigrantes investiram em imóveis em localidades um pouco mais distantes como Colatina (ES), Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG). Outro detalhe é que muitos descendentes, ao retornarem, reiniciam os estudos.

A gente ampliou, comprou um pedaço de terra onde a gente morava e compramos [...] mais outro pedaço. (M. Vazzoler, 36 anos, Santa Rita do Itueto).

Diante dos dados coletados é possível enfatizar que esses dois fluxos, dos imigrantes italianos vindo para o Brasil em busca de sobrevivência e atualmente de seus descendentes indo em direção inversa se distanciam não apenas no tempo, mas também na natureza, perfil do emigrante e projeto de emigração. Enquanto as famílias de imigrantes italianos chegaram à região brasileira com objetivo de nela permanecerem, os descendentes emigram para a Itália com o projeto de retornar para o Brasil e investirem nas mesmas atividades rurais dos seus antepassados e em outras atividades. Destaca-se, também, que a primeira emigração era familiar, enquanto a emigração dos descendentes é individual. Essas práticas têm reconfigurado a economia local, pois a maioria dos investimentos desses descendentes de italianos são nos próprios municípios de Itueta e Santa Rita do Itueto ou em outras localidades dentro da Microrregião de Aimorés.

E. Mighiorin, em seu relato, demonstra a diferença do seu projeto migratório em relação ao dos seus antepassados, descrevendo que o caminho inverso percorrido por ele também tem diferentes propósitos.

Vieram é pra ter mais terra com certeza. Mas, quando chegaram [...] foram um impacto também né. Vieram sem nada, acredito que quase todos né, na época de [...] mil oitocentos, [...] pela história que eu já ouvi falar [...]. Vieram pra crescer aqui como depois nós retornamos pra lá pra crescer. Isso... que foi o inverso assim. (E. Mighiorin, 39 anos, Santa Rita do Itueto).

Ele acrescenta que nunca se interessou muito pelas histórias dos antepassados, mas sempre se sentiu italiano dentro das definições do que é ser italiano nas terras de Santa Rita do Itueto.

E foi uma história assim, que meu avô sabia e eu nunca fui muito assim de perguntar não. Eu me interessei foi depois que eu fui pra lá e que o próprio italiano lá me perguntava: “você é italiano?” “Sou. Sou italiano também.” [...] Mas, eles falavam: “oh... quer dizer, seus avós foram pra lá e hoje você tá retornando então.” Eles também fazem essa pergunta. (E. Mighiorin, 39 anos, Santa Rita do Itueto).

As famílias de italianos imigraram para o Brasil, mais precisamente para o Espírito Santo em busca de sobrevivência, com o objetivo de adquirir seu próprio pedaço de terra e viver em solo brasileiro. Os *nonos*, ao chegarem às terras brasileiras, buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes, das festas e da ideia transmitida para os descendentes de que ser descendente é ser diferente dos brasileiros. Isso porque tinham um modo de ser diferente no trato da terra, na relação com os outros e nos costumes, estando essa percepção presente na expressão sempre repetida “nós italianos e os brasileiros”.

Diferentemente, os descendentes que fazem a emigração inversa dos seus antepassados, ao chegarem às terras italianas percebem-se brasileiros, pois não encontram a Itália reconstruída pela memória transmitida por seus *nonos*. O relato de J. B. Magri sintetiza essa ideia.

A nossa terra, a nossa vida, o nosso território é aqui! É no Brasil. Somos descendentes de italianos, mas nascemos no Brasil. (J. B. Magri, 35 anos, Santa Rita do Itueto).

Pelo descrito até aqui, podemos considerar que as diferenças entre a imigração dos italianos para o Brasil e a emigração dos seus descendentes para a Itália estão representadas na essência da elaboração do projeto migratório. Ambas são motivadas pela busca da melhoria de vida, mas enquanto para a primeira essa melhoria se dá no território de destino, para a segunda a melhoria é projetada no território de origem. Os italianos fizeram uma emigração familiar, vieram para reconstruir a vida no Brasil e aqui permanecer. Eles recriaram uma ideia de italianidade que transmitiram para seus descendentes – o que foi reforçado pela percepção de serem diferentes dos brasileiros não descendentes –, valorizando sua origem.

Outro aspecto a salientar é que, no primeiro caso, tratava-se de uma migração tutelada pelo Estado. Diferentemente, a emigração dos descendentes é voluntária, não familiar e o retorno está circunscrito no projeto migratório. Na trajetória migratória a ideia de italianidade construída pelos *nonos* e transmitida aos descendentes é desconstruída, pois ao chegarem à Itália percebem-se brasileiros.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou a imigração de famílias italianas para os municípios mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto e a emigração de seus descendentes para a terra de seus antepassados, a Itália.

Itueta e Santa Rita do Itueto foram palco, no início do século XX, da chegada de diversas nacionalidades de imigrantes tais como: italianos, alemães (pomeranos), portugueses, espanhóis e de migrantes vindos de outros municípios brasileiros. Entretanto, a presença dos imigrantes italianos e de seus descendentes, nesses municípios, se tornou marcante ao longo dos anos em relação às outras nacionalidades.

De natureza qualitativa, o presente estudo teve como sujeitos da pesquisa os descendentes mais antigos residentes na região estudada (Grupo I) e os descendentes que emigraram para a Itália, com o recurso da cidadania ou adquirindo esse direito no destino, retornaram para a região em definitivo ou estão a passeio (Grupo II). Com o primeiro grupo utilizou-se a técnica dos relatos orais, e com o segundo entrevistas em profundidade.

As referências teóricas que auxiliaram a análise do objeto de pesquisa foram os conceitos acerca de Território e Territorialidade, além de teorias que discorrem acerca do fenômeno migratório. Através desses conceitos compreendemos melhor o fenômeno da migração ocorrido na região analisada.

Consideramos que a migração é um processo social que envolve deslocamentos e, para sua compreensão, é essencial analisar os fatores de expulsão e atração para se concretizar o movimento migratório. Além disso, é importante destacar que a migração é resultado de uma multiplicidade de fatores - econômicos, políticos, ambientais e culturais.

Os conceitos de Território descritos nesta dissertação foram elementos fundamentais para compreender o tema da imigração de diversas famílias de origem italiana para os municípios mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, e a emigração de muitos de seus descendentes para o exterior, em especial para a Itália no final do século XX e início do século XXI.

A definição de Território utilizada foi a do poder marcado pelas relações sociais com ênfase na vertente Cultural ou Simbólica-Cultural que é vista como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo social em relação ao seu espaço vivido, conforme afirma Haesbaert (2007).

Consideramos que, na perspectiva da migração, os migrantes reconstruíram e reconstroem seu território de origem no novo espaço, mantendo, aperfeiçoando e redefinindo territórios e territorialidades.

Trabalhar com a memória dos descendentes de imigrantes italianos foi primordial para compreender o território estudado e os fenômenos de i/emigração. As narrativas efetuadas por meio da metodologia da História Oral tiveram, portanto, crucial importância, pois através delas podemos compreender a trajetória e a inserção das famílias de imigrantes italianos em Itueta e Santa Rita do Itueto.

Com essa metodologia, produzimos vozes dos atores sociais que participaram, testemunharam ou ouviram de seus antepassados sobre a vinda, chegada, acomodação, trabalho, formação das famílias, festas, costumes, tradições, valores, crenças, religiosidade entre outros aspectos. Visualizamos, assim, toda a trajetória percorrida pelas famílias de imigrantes italianos e a formação de um novo território em terras mineiras, a partir do início do século XX.

Os relatos orais, realizados com os sujeitos do Grupo I, nos permitiram perceber que ainda persistem na memória dos descendentes mais antigos as imagens da Itália no momento da partida e do Brasil no momento da chegada. São marcantes, também, a formação de um território diferenciado nas terras espírito-santenses e a vinda, a chegada, e a instalação nas terras mineiras.

Enfatiza-se que as lembranças em relação à terra natal dos antepassados são bem menos intensas se comparadas às lembranças da vivência em solo espírito-santense. Reconhecem-se como italianos ou de origem italiana, porém sabem que as lembranças da terra de origem dos antepassados são remotas. Minimizam tal situação, afirmando que os pais pouco conversavam com os filhos, estando preocupados com o trabalho e o sustento da numerosa família constituída em solo brasileiro. Nota-se que aqueles que têm mais lembranças são os que conviveram de forma mais intensa com seus *nonos*.

No cenário de imensa floresta, quando chegaram em terras mineiras, esses migrantes conseguiram realizar a prática de uma agricultura produtiva que garantiu não apenas o sustento das numerosas famílias, mas também uma melhoria da qualidade de vida dos mesmos. A quantidade de nascentes de água, a fertilidade do solo e o preço mais acessível foram de fundamental relevância para migrar para essas novas terras.

Os relatos dos indivíduos do Grupo I novamente nos permitem confirmar que toda a vivência daquelas famílias, em terras mineiras, passou por momentos difíceis, desde a

chegada até a formação de um território “italianizado”. As experiências narradas mostram a difícil tarefa de transformar o espaço em um território.

Por já terem passado por um processo de reterritorialização no Espírito Santo, os traços culturais encontravam-se alterados em relação à sua originalidade italiana. Assim, tantos os traços de continuidade quanto os de descontinuidade, em relação à cultura de origem, foram fundamentais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente.

As famílias de imigrantes italianos e descendentes trouxeram para Itueta e Santa Rita do Itueto além de suas práticas de cultivo da terra, seus valores, danças, comidas típicas, cantos em dialeto italiano, suas festas e sua religiosidade que foram moldadas pelas condições geográficas, climáticas e culturais do novo ambiente. Destaca-se que a culinária é uma das marcas mantidas pelos descendentes na região.

O cotidiano era regrado pelo trabalho e as festas eram momentos de lazer e diversão. Os relatos com os sujeitos do grupo I indicam que as festas eram de italianos, o que reforça a identidade do grupo e os elos de solidariedade e sociabilidade. A comida, a música e a dança traziam momentos de uma memória contada pelos antepassados da terra natal e reconstituíam no novo território, um ambiente “italianizado”.

Ao construir seu território em um novo espaço, essas famílias de imigrantes italianos e seus descendentes tornaram-se agentes de sua própria história, assimilando novos costumes e mantendo os traços culturais da sociedade de onde vieram. Em sua maioria tornaram-se proprietários de terras. Realizou-se, então, o sonho daqueles que partiram em busca da “nuova pátria”.

Ao longo de aproximadamente 90 anos, após a chegada às terras mineiras, o novo território construído e apropriado, a partir das relações sociais pelas famílias de imigrantes italianos e seus descendentes, se tornou um território “italianizado” nas terras das Gerais. Realça-se que até os dias atuais os descendentes de imigrantes italianos em Itueta e Santa Rita do Itueto se denominam como “italianos”, e os não descendentes como “brasileiros”. Essa expressão é muito comum na região: “*nós italianos e os brasileiros*”.

A história e a memória desses atores sociais atualizam e intensificam a consciência de pertencimento, traduzida numa identidade étnica que aflora na história contada e recontada. Portanto, ao comprarem pedaços de terras em lugares inóspitos, buscavam um solo onde também pudessem inscrever sua história e deixar suas marcas.

Com o passar dos anos e com o fracionamento das terras devido à herança dividida entre os muitos filhos, a sobrevivência dos descendentes das gerações mais novas se tornou cada vez mais difícil, pois não havia mais perspectiva de continuar tirando o sustento, somente da

terra, para as futuras gerações. Essa situação, atrelada à procura pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida dentro dos novos padrões de consumo da atual sociedade, acabou gerando um cenário que propiciou a emigração, tanto interna como internacional. A migração internacional foi o foco desse estudo.

Uma das diferenciações entre a imigração italiana da segunda metade do século XIX e a atual emigração dos descendentes, no final do século XX, para a Itália é que a primeira imigração era familiar, composta por camponeses, com pouca escolaridade. Já a segunda é individual, composta, também, por pessoas de origem rural, predominantemente do sexo masculino com nível médio de escolaridade.

As entrevistas em profundidade realizadas com os sujeitos do Grupo II possibilitaram confirmar que inicialmente o fluxo se direcionou para os Estados Unidos da América, como ocorreu em outras localidades brasileiras. Porém, com as mudanças estruturais ocorridas ao longo do tempo, o destino dos descendentes que emigram, muda de direção para a terra dos antepassados, o norte da Itália. A maioria dos descendentes emigrantes tem como projeto retornar e investir na sua região de origem, objetivando melhorar sua condição socioeconômica.

O documento de dupla cidadania é um fator determinante, pois através dele conseguem trabalhar e viver documentados no país, o que seria diferente se estivessem nos Estados Unidos. A possibilidade de conhecer a Itália das histórias ouvidas desde a infância, contadas pelos seus pais e avós também foi um fator determinante, associado às grandes possibilidades de trabalho encontradas na região norte da Itália.

Ao chegarem ao solo italiano todas as informações que guardavam na memória, assimiladas a partir das histórias relatadas pelos antepassados sobre esse país e a sua própria italianidade são desconstruídas. Chegam à Itália com o documento de dupla cidadania, confiando estar nas mesmas condições dos italianos nativos. No entanto, o documento de cidadania ajuda na inserção legal no trabalho, mas não na sociedade italiana. São considerados estrangeiros, são tratados como tais e, na terra de seus antepassados, só conseguem se inserir no mercado de trabalho secundário.

A cultura vivenciada, na origem, a partir do dialeto, dos cantos, culinária, festas típicas italianas e da memória dos antepassados, não lhes ofereceram nenhuma identidade italiana que promovesse a inserção na sociedade de destino. Ao contrário, lá se percebem estrangeiros e brasileiros. Portanto, toda identidade italiana que os define no local de origem, é desmontada ao se perceberem como qualquer outro estrangeiro no país que acreditavam ser parte de sua identidade.

A rede de ajuda e informações que se aperfeiçoou durante a chegada das famílias de imigrantes italianos em Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, continua sendo observada entre os descendentes que emigram para a Itália. Todavia, com formas e características diferentes dos primeiros imigrantes, mas com a mesma intenção de minimizar os riscos e sofrimentos.

Ao retornarem às localidades de Itueta e Santa Rita do Itueto descrevem que estar na terra dos antepassados mostrou-lhes que aquela terra não era o que imaginaram ao sair do Brasil. A Itália da memória dos pais, tios, avós, bisavós ficaram num passado distante, em uma Itália ainda do século XIX.

Os italianos que imigraram para o Brasil carregavam consigo o desejo de recriar em solo brasileiro uma nova Itália, vieram para ficar e aqui constituir suas famílias em melhores condições do que na sua terra natal. Diferentemente, os descendentes que emigraram no trajeto inverso, têm como principal objetivo, trabalhar, fazer poupança, retornar e investir no local de origem.

Portanto, seus investimentos foram realizados nos municípios de origem ou em municípios próximos. A maioria dos investimentos foi em compra de terrenos, mudas de café, estocagem de café, melhorias nas lavouras, e na reforma ou construção de casas na área rural. Na área urbana investem na compra de lotes. Alguns descendentes, ao retornarem, reiniciaram seus estudos. Essas práticas têm reconfigurado a economia local.

As diferenças entre a imigração dos italianos para o Brasil e a emigração dos seus descendentes para a Itália estão representadas na essência da elaboração do projeto migratório. Ambas são motivadas pela busca da melhoria de vida, mas enquanto para a primeira essa melhoria se dá no território de destino, para a segunda, a melhoria é projetada no território de origem, quando retornam. Os italianos fizeram uma emigração familiar, vieram para reconstruir a vida no Brasil e aqui permanecer. Recriaram uma ideia de italianidade que transmitiram para seus descendentes, o que foi reforçado pela percepção de serem diferentes dos brasileiros não descendentes, valorizando sua origem. Diferentemente, na emigração dos descendentes o retorno está circunscrito no projeto migratório. Na trajetória migratória a ideia de italianidade construída pelos *nonos* e transmitida aos descendentes é desconstruída, pois ao chegarem à Itália percebem-se brasileiros. Portanto, esses dois fluxos – I/Emigração, dos italianos vindo para o Brasil em busca de sobrevivência e atualmente de muitos de seus descendentes em direção inversa se distanciam não apenas no tempo, mas também na natureza, tipificação, perfil do emigrante e projetos.

Respondendo ao objeto central deste estudo - analisar a imigração de famílias italianas para os municípios mineiros de Itueta e Santa Rita do Itueto e a emigração de seus descendentes para a terra de seus antepassados, a Itália - concluímos que a formação desse território contou com forte influência de famílias de imigrantes e descendentes italianos vindos principalmente do Espírito Santo. A chegada dos sujeitos analisados, no início do século XX, permitiu nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores. A história e a memória, desses atores sociais, atualizam e intensificam a consciência de pertencimento, traduzida numa identidade étnica que aflora na história contada e recontada. O movimento inverso realizado pelos descendentes para a Itália é distinto em vários aspectos que vão desde a construção do projeto migratório até a desconstrução da italianidade, forjada no convívio de uma memória transmitida socialmente pelos antepassados.

REFERÊNCIAS ORAIS

Relatos Orais – Grupo I

- A. Benicá, 73 anos. Relato Oral realizado pela autora em 13/10/2011. Itueta/MG.
- A. Bersan, 94 anos. Relato Oral realizado pela autora em 07/09/2011. Resplendor/MG.
- A. Denadai, 83 anos. Relato Oral realizado pela autora em 14/05/2012. Santa Rita do Itueto/MG.
- A. Nicoli 1, 81 anos. Relato Oral realizado pela autora em 13/10/2011. Itueta/MG.
- A. Nicoli 2, 81 anos. Relato Oral realizado pela autora em 08/09/2011. Itueta/MG.
- B. Benicá, 79 anos. Relato Oral realizado pela autora em 14/05/2012. Santa Rita do Itueto/MG.
- I. Nicoli, 64 anos. Relato Oral realizado pela autora em 11/11/2012. Itueta/MG.
- J. Baptistin, 85 anos. Relato Oral realizado pela autora em 14/10/2011. Conselheiro Pena/MG.
- J. Bonela, 66 anos. Relato Oral realizado pela autora em 20/04/2012. Resplendor/MG
- J. Magri, 67 anos. Relato Oral realizado pela autora em 25/02/2012. Santa Rita do Itueto/MG.
- J. Ton, 65 anos. Relato Oral realizado pela autora em 14/10/2011. Santa Rita do Itueto/MG.
- L. Marchioro, 73 anos. Relato Oral realizado pela autora em 13/10/2011. Itueta/MG.
- M. Campos Dell’Horto, 55 anos. Relato Oral realizado pela autora em 07/09/2011. Resplendor/MG.
- M. Grobério, 68 anos. Relato Oral realizado pela autora em 31/07/2012. Itueta/MG.
- M. Ton, 77 anos. Relato Oral realizado pela autora em 29/07/2012. Santa Rita do Itueto/MG.
- N. Nicoli, 58 anos. Relato Oral realizado pela autora em 12/11/2012. Itueta/MG.

R. Benicá, 70 anos. Relato Oral realizado pela autora em 24/02/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

R. Cremasco, 80 anos. Relato Oral realizado pela autora em 10/07/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

S. Daros, 97 anos. Relato Oral realizado pela autora em 24/02/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

V. Magri, 71 anos. Relato Oral realizado pela autora em 14/10/2011. Santa Rita do Itueto/MG.

Entrevistas em Profundidade – Grupo II

A. Baldon, 50 anos. Entrevista realizada pela autora em 26/08/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

A. Casagrande, 32 anos. Entrevista realizada pela autora em 06/09/2011. Itueta/MG. (No momento da pesquisa de campo, a descendente estava a passeio no Brasil. Reside atualmente na região da Toscana na Itália).

E. Mighiorin, 39 anos. Entrevista realizada pela autora em 11/07/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

J. B. Magri, 35 anos. Entrevista realizada pela autora em 21/04/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

M. Fazzolo, 31 anos. Entrevista realizada pela autora em 27/02/2012. Itueta/MG.

M. Vazzoler, 36 anos. Entrevista realizada pela autora em 11/07/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

P. Magri, 23 anos. Entrevista realizada pela autora em 25/08/2012. Santa Rita do Itueto/MG.

V. Zorzal, 45 anos. Entrevista realizada pela autora em 08/07/2012. Itueta/MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

AMATI, P. **Um Sonho Italiano**: A imigração para o Brasil entre 1870 e 1910. *Akrópolis*, 13 (1): 69-72, 2005.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. **Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais**. Subsídios para uma história da imigração italiana. Sd: Belo Horizonte, 2003.

BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review**. S. I. v. 23, n. 3., p. 638-670, 1989.

BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide (org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. v. 1 p. 53-65.

BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, v. 21, n.1, 2004, p. 5-20.

BRITO, Adilson Aguiar; PINHEIRO, Tiago Cisalpino. O processo econômico de ocupação do Médio Rio Doce. In: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo. (Org). **Era Tudo Mata**: o

processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. *Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo*. Vitória, 2002. [Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos.]. Site: www.estaçãocapixaba.com.br. Acesso em maio de 2012.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

CAMARGO, J. F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. **Ensaio Econômico** IPE-USP, São Paulo, 14, 1981.

CASAGRANDE, André Dell'Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. “Castelo da Pré História ao Início do Século XX”. 2 Edição. Castelo/ES. 2012. Disponível em: http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio_livro.asp

CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.

CASTRO, de Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar de Costa. **Geografia: conceitos e temas**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CLAVAL, P. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z; CORREA, R. (Org). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História**. vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997.

COSTA, Rovílio. Culto a Maria entre os descendentes italianos do Rio Grande do Sul. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v.1. 6ª reimp. São Paulo: Ed. 34, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. **História Oral**, 6, 2005. P. 9-25.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. “**Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**”, da Faculdade de Ciências Humanas e Letras do Centro Universitário Newton de Paiva. Ano VIII, número 14, abril de 2000.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Vida Rural: Usos, Costumes e Objetos**. Projeto de Prática de História III e IV. Governador Valadares. Fevereiro-julho de 2005a. Projeto Pedagógico do Curso de História e Projeto intitulado “Memória, Documentação e Cotidiano”, aprovado pela Resolução CONSEPE 029/2000.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Elementos biológicos no processo de configuração social do território: capim-colonião e latifúndio na região do Rio Doce**. Governador Valadares. Fevereiro-julho de 2005b. Projeto Pedagógico do Curso de História e Projeto intitulado “Memória, Documentação e Cotidiano”, aprovado pela Resolução CONSEPE 029/2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Modernização, dinâmica territorial e mudanças ambientais. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente**. Governador Valadares: Editora Univale, 2012.

FAUSTO, Boris. 1930 - **Historiografia da Imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos de pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em educação no campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006. p. 27-39.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**. Março de 2006. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/CULTURA%20E%20IDENTIDADE/BIBLIOGRAFIA/FLORES%20Rimisp%20centrodoc_236_2006.pdf

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANZINA, Emilio. **Storia dell'Emigrazione veneta**. Dall'Unità al Fascismo. Verona: Cierre, 1991.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 166-205.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. *O território em tempos de globalização*. Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas - **Etc..., espaço, tempo e crítica**. No. 2(4).Vol. 1. 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

INFORMATIVO da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto – “Compromisso com o Agricultor”. Santa Rita do Itueto. 2006.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* **Muitas memórias, Outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004. p. 116-138.

KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: BNB, 1980.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília: UnB, 2002. Disponível em <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: **Projeto História 17**. São Paulo: PUC, 1998, p. 111.

MARANDOLA, Eduardo Jr.; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 27, n. 2. Rio de Janeiro, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MASSEY, Douglas. S.; ARANGO, J.; GRAEME, Hugo.; KOUAOUCI, Ali.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Teorías sobre lá migración internacional: una reseña y una evaluación. Trabajo, año 2, No. 3, Enero del 2000.

MIORANZA, Ciro. O futuro dos dialetos italianos. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

NEVES, Margarida de Souza. História e Memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NICOLI, Sandra.; SIQUEIRA, Sueli. **Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes**. In: III Congresso Internacional - Territórios, poderes, identidades. Vitória - Espírito Santo, 2011. Territórios, poderes, identidades - Territoires, pouvoirs, identités. Vitória/ES: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica (NPIH), 2011. v. 01. p. 1-12. Disponível nos Anais eletrônico do evento.

NICOLI, Sandra.; SIQUEIRA, Sueli. Microrregião de Aimorés: território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente**. Governador Valadares: Editora Univale, 2012.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2 Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PATARRA, Neide L. e BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide (org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. v. 1 p. 79-87.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas aos estudos da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**. N. 2, 2007.

PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

PIERRON, Jean Philippe. **Sols et civilisation. Une approche poétique du territoire**. *Études*, N. 3983, 2003, pp. 333-345. Traduzido por José Luiz Cazarotto (ad instar manuscrito).

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, N. 17, 1998. p. 203-211.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

POSENATO, Júlio. Arquitetura e imigração italiana no Espírito santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H (org). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

RAFESTTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO ANUAL da Cooperativa Agropecuária de Resplendor – Capel. Resplendor. 2012.

REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo. A Ocupação do Médio Vale do Rio Doce e o Surgimento dos Municípios de Aimorés, Resplendor e Itueta. In: REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo (Orgs.). **Era Tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo. Itueta: Passado e Futuro. In: REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo (Orgs.). **Era Tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009a.

ROSA, L. B. P., NICOLI, S., SIQUEIRA, S., SANTOS, M. A. A presença Italiana em Minas Gerais a partir do século XIX. In: **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, UFMG/ Cedeplar, agosto de 2012.

SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Mauro Augusto dos.; BARBIERI, Alisson Flávio.; CARVALHO, José Alberto Magno de e MACHADO, Carla Jorge. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. Debates – **Território y movimientos sociales**. 2005. Ano VI, número 16, enero - abril.

SANTOS, Mirian de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir *et al* (Orgs.). **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SANTOS, Reinaldo Onofre dos; BARBIERE, Alisson Flávio. Reflexões sobre população, migrações e planejamento regional para o desenvolvimento. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente**. Governador Valadares: Editora Univale, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**. Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia**, São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência E Conhecimento** – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo – Vol. 01, 2007, História, A.2.

SIQUEIRA, Sueli. **O trabalho e a pesquisa científica na construção do conhecimento**. 2 edição. Editora Univale. Governador Valadares, 2005.

SIQUEIRA, Sueli. Emigrants from Governador Valadares: Projects of Return and Investment. In: JOUET-PASTRÉ, Clemence and BRAGA, Letícia J. (Editors). *Becoming Brazuca*. Brazilian Immigration to United States. Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2008. p. 175-194.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TILLY, Charles. Transplanted Networks in YANS-McLAUGHLIN, Virginia (ed.). **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics**, Oxford University Press, New York. 1990, p. 79-95.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**. A Revista do Migrante/Janeiro-Abril, São Paulo, 2000.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. **Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural**. Universidade Federal de Goiás. Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia. Edição Especial – 20 Anos. Vol. 21. Número 1. Jan.-Jul. 2001.

ZANINI, M. C. C. Literatura de descendentes: italianos no Rio Grande do Sul. In: PACELLI, Ademir *et al* (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 39-52.

APÉNDICE(S)

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS DESCENDENTES MAIS ANTIGOS

Identificação:

Nome _____ Idade: _____ Geração: _____

Nome do primeiro familiar que chegou ao Brasil: _____

Ano de chegada no Brasil: _____ Local de Chegada: _____

Familiares que vieram junto(parentesco): _____

Local de Chegada na Microrregião de Aimorés: _____ Ano: _____

Familiares que vieram junto(parentesco): _____

Município de residência atual: _____

Município de residência anterior: _____
(onde residia antes de mudar para o município atual)

1. O que o senhor sabe sobre a Itália onde seus nonos viviam? Como era? Porque eles vieram para o Brasil? o que faziam lá na Itália? Qual era a situação financeira deles lá na Itália?
2. De que Região eles vieram? Como era essa região?
3. O que o senhor sabe sobre a viagem para chegar ao Brasil? Onde chegaram?
4. O que eles esperavam encontrar no Brasil? O que acharam do que encontraram?
5. Como chegaram aqui na região? Como era essa região? O que encontraram?
6. Como foi a vida deles aqui na região? O que eles fizeram quando chegaram?
7. Qual era o sonho deles quando aqui chegaram?
8. Hoje, quais são os costumes e hábitos que podem ser caracterizadas como trazidas pelos italianos?
9. Como o senhor acredita ser a Itália hoje?
10. Como era essa região quando o senhor era criança e jovem:
 - Como era a terra?
 - Como era a relação com os vizinhos?
 - Como cultivavam a terra?

- E as crianças de que brincavam? O Senhor lembra-se das brincadeiras de sua época? Como eram? E a escola como era? O que estudavam?
 - E sua mãe? Como ela era? Em que trabalhava?
 - Como o senhor adquiriu essa terra?
11. O que mudou da época de sua infância e juventude para o que existe hoje na região?
 12. O que o senhor mais sente saudades dessa época?
 13. O que o senhor pensa sobre as pessoas que vão para Itália?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS DESCENDENTES EMIGRANTES

Identificação:

Nome _____ Idade: _____

Nome do primeiro familiar que chegou ao Brasil: _____

Possui cidadania Italiana: () não () sim. Ano que recebeu a cidadania: _____

País de primeira emigração: _____ Ano: _____

Emigrou para Itália: () não () sim. Ano da emigração: _____

Para qual região da Itália emigrou: _____

Foi para outras regiões ou países? _____

Emigrou acompanhado: () não () sim. Com quem emigrou: _____

Quando emigrou qual era sua escolaridade? _____

Fez algum curso na Itália? () não () sim. Qual (is)? _____

Quando emigrou qual era sua renda mensal? _____ Salários mínimos.

Questões roteiro

1. O que você sabia sobre a Itália antes de emigrar? Quais eram as lembranças contadas por seus pais e avós? O que sabia da região de onde seus nonos vieram?
2. O que você considera que foi o principal motivo que te levou a emigrar?
3. Depois que decidiu emigrar para Itália como foram feitos os contatos e a definição da cidade para qual foi?
4. Quais eram seus projetos?
5. O que esperava encontrar na Itália? Qual foi sua primeira impressão ao chegar lá?
6. Tinha alguma informação sobre essa região para qual emigrou? Era a região da qual seus nonos vieram?

7. Conhecia alguém na região para qual emigrou na Itália? Tinha amigos e parentes lá? Como consegui moradia e trabalho?
8. Em que trabalhava? Como era seu dia de trabalho (que horas levantava e que horas retornava para casa)? Quantas horas trabalhava (ou trabalha) por dia?
9. Como era sua moradia? Dividia a casa com outros brasileiros? Quais as condições de sua casa? Era longe ou perto do trabalho? Quantas horas demorava para chegar no trabalho?
10. O que fazia para se divertir nos dias de folga? Participava de alguma associação? Participou de algum movimento político na Itália (foi a alguma reunião, passeata, encontro, movimento artístico ou cultural)?
11. Fez algum investimento no Brasil? Onde? No que investiu?
12. (Se já retornou mudar o tempo verbal) Qual seu projeto de retorno? O que pretende fazer em relação à renda? Para onde pretende retornar?
13. O documento de dupla cidadania fez alguma diferença durante sua residência na Itália? Como foi sua interação com a sociedade italiana?
14. Para você valeu a pena emigrar? Porque?
15. Ao retornar como foi a expectativa dos familiares e amigos em relação à Itália?